



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 91

III Sessão Legislativa Horta, quinta-feira, 15 de dezembro de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Tiago Branco e Marco Costa (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Silveira)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

No período dedicado ao tratamento de assuntos políticos, estiveram presentes diversos votos, assim ordenados:

- [Voto de Congratulação pelos 50 anos do ensino público na ilha de São Jorge](#), apresentado pelo CDS-PP, cuja leitura coube ao Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*). O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo 125.º Aniversário Sociedade Filarmónica Lira Madalense](#), da autoria do Grupo Parlamentar do PSD, cuja apresentação ficou a cargo do Deputado Marco Costa (*PSD*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária de Santa Maria](#), da autoria do Grupo Parlamentar do PS, cuja apresentação coube à Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*). Sobre o mesmo pronunciou-se apenas a Deputada Elisa Sousa (*PSD*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Tiago Furtado pelo título de campeão nacional](#), da autoria do Grupo Parlamentar do PSD e cuja apresentação coube à Deputada Susana Soares (*PSD*), tendo sobre o assunto emitido opinião os Deputados Berto Messias (*PS*) e Pedro Neves (*PAN*). Submetido à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação pelos 75 anos da Sociedade Lajense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, cuja leitura coube ao Deputado Berto Messias (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação a Frederico Ferreira](#), uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD e cuja apresentação ficou a cargo da Deputada Nídia Inácio (*PSD*). Sobre este Voto intervieram os Deputados Pedro Neves (*PAN*), Rodolfo Franca (*PS*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*). Submetido à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação pelos 75 anos do Sport Clube Praelense](#), da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PSD, cuja apresentação foi feita pelo Deputado Paulo Gomes (*PSD*). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Congratulação pelos 25 anos do Conselho Mundial das Casas dos Açores](#), do Grupo Parlamentar do CDS-PP e cuja apresentação foi feita pelo Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), tendo usado da palavra sobre este assunto o Deputado João Vasco Costa (*PS*). O referido Voto foi aprovado por unanimidade.
- [Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Padre Cipriano Pacheco](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo feito a sua leitura o Deputado Flávio Soares (*PSD*). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Padre Cipriano Pacheco](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo procedido à sua leitura a Deputada Valdemira Gouveia (PS). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano Moreira](#), iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS-PP, cuja leitura ficou a cargo do Deputado Rui Martins (CDS-PP), tendo usado da palavra sobre o mesmo os Deputados Francisco Coelho (PS) e Joaquim Machado (PSD). O Voto em referência foi aprovado por unanimidade.

Concluída a apresentação dos diversos Votos, passou-se às declarações políticas, em que intervieram, em primeiro lugar, o [Deputado António Lima \(BE\)](#), ao qual seguiu-se o [Deputado José Pacheco \(CH\)](#). No debate que se gerou a partir da 1ª intervenção, foram intervenientes os Deputados Tiago Lopes (PS), Rui Martins (CDS-PP), Nuno Barata (IL), João Bruto da Costa (PSD), Paulo Estevão (PPM), Pedro Neves (PAN), bem como o Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Sobre a 2ª intervenção, usaram da palavra os Deputados/as Paulo Estevão (PPM), Andreia Cardoso (PS), António Vasco Viveiros (PSD), Pedro Neves (PAN), Carlos Furtado (*Indep.*) e também o Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*).

Já na ordem do dia, estiveram presentes duas iniciativas versando praticamente o mesmo assunto: o ponto 3 sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII – “Rede de nómadas digitais dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS; e o ponto 4 - [Projeto de Resolução n.º 119/XII – “Nómadas Digitais”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sobre esta matéria, fizeram uso da palavra os Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), e Paulo Silveira (*PSD*), que proferiram declarações de voto.

Votadas em separado, as iniciativas em discussão tiveram a seguinte votação:

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XII – “Rede de nómadas digitais dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS foi rejeitado por maioria.

- [Projeto de Resolução n.º 119/XII – “Nómadas Digitais”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP foi aprovado por maioria.

Relativamente ao ponto seguinte da ordem do dia, a [Petição n.º 40/XII – “Revogação da taxa turística regional”](#), apresentada por Rui Correia na qualidade de primeiro subscritor, tendo sido feita a leitura do relatório respetivo pela Deputada Patrícia Miranda (*PS*), intervieram os Deputados Gustavo Alves (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Elisa Sousa (*PSD*), Rui Anjos (*PS*) e Carlos Furtado (*Indep.*).

Procedeu-se à análise conjunta dos pontos 6 e 7, respetivamente, o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 73/XII – “Primeira alteração ao DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho](#), que Estabelece o Regime Jurídico da Taxa Turística Regional”, apresentado pelo Deputado Independente; e o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 75/XII – “Revogação do Decreto Legislativo Regional nº 16/2022/A, de 21 de junho”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CHEGA, sendo que intervieram sobre os mesmos os Deputados Carlos Furtado (*Indep.*) e José Pacheco (*CH*), bem como os Deputados/as Pedro Neves (*PAN*), Elisa Sousa (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão

(PPM), António Lima (BE) e ainda a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

Submetidas à votação, a iniciativa do Deputado Independente foi rejeitada por maioria, sendo que a do CHEGA foi aprovada por maioria. Proferiram declarações de voto os Deputados Carlos Furtado (*Indep.*), José Pacheco (*CH*) e António Lima (*BE*).

Passou-se, de seguida, ao ponto 8, desta feita, o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 64/XII – “Funcionamento de cantinas e bufetes escolares”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD/CDS-PP/PPM e adotado no plenário pelo Grupo Parlamentar do PS. Sobre a supra-referida iniciativa foi presente um requerimento da autoria do Grupo Parlamentar do PS, através do Deputado Vasco Cordeiro, de baixa à Comissão, tendo sido o mesmo aprovado por maioria.

Os pontos seguintes da ordem do dia foram igualmente discutidos em conjunto, tratando-se, respetivamente, dos [Projeto de Resolução n.º 139/XII – “Integração de Representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais no Conselho Regional de Bombeiros”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH e do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 76/XII – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, tendo usado da palavra os Deputados José Pacheco (*CH*) e Pedro Neves (*PAN*), nomeadamente para fazer a sua apresentação.

Os Projetos em referência foram ambos rejeitados por maioria.

Intervieram para declarações de voto os Deputados Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Indep.*), Luís Soares (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), José

Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Berto Messias (*PS*) e Nuno Barata (*IL*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra, o Sr. Secretário faça favor.

Secretário: Bom dia.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Sras. e Srs. Deputados):

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vilson Filipe da Costa **Ponte Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima de **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luis **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luis Carlos Correia **Garcia**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

Vera Lúcia Pinheiro Pires

António Manuel Raposo Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Vamos iniciar com a apresentação e votação dos Votos que deram entrada na mesa.

O primeiro Voto é de Congratulação pelos 50 anos do ensino público na ilha de São Jorge e é apresentado pelo CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva para a sua apresentação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 anos do ensino público na Ilha de São Jorge

A educação é uma ferramenta poderosa e um pilar fundamental para o desenvolvimento duma sociedade que se quer robusta, coesa e capacitada como um todo.

Até ao início dos anos 70, apenas existia o ensino primário na Ilha de São Jorge, e os pais que quisessem que os seus filhos continuassem os estudos teriam de sair para a Horta ou Angra, e um número muito escasso seguia logo para Coimbra para iniciar os estudos superiores.

Claramente que não era uma opção para todas as famílias, devido aos elevados encargos financeiros que estas teriam de suportar.

Assim, e depois de alguns contatos encetados inicialmente por parte de alguns Jorgenses e instituições, nomeadamente o Dr. Fernando Tristão da Cunha e a Câmara Municipal das Velas, com os responsáveis pelo ensino na região, e estas posteriormente com o Governo da República, foi possível criar condições para que o ensino público fosse uma realidade na ilha.

Este importante passo trouxe uma nova realidade, um novo paradigma, que operou mudanças há 50 anos, instituindo o ensino escolar público na ilha de São Jorge, com a oficialização da Portaria nº 562/72 criada a 28 de setembro de 1972.

No concelho da Calheta, a atividade letiva teve como grandes impulsionadores, o já mencionado Dr. Fernando Tristão da Cunha e o professor Luís Nemésio Serpa. Inicialmente foram usadas 3 salas, cedidas

pela Câmara Municipal da Calheta e esta escola começou por funcionar com 10 professores e 45 alunos.

No concelho das Velas, a escola foi criada como mista, desde logo uma novidade no ensino, que funcionava nas instalações do Externato Cunha da Silveira, cedido pela Câmara Municipal das Velas, que pertencia ao ensino particular e que ministrava o ensino secundário com uma frequência sensivelmente igual à desta escola.

Certo é que ao longo dos anos, até aos dias de hoje, foram sendo melhoradas as condições físicas e estruturais no ensino na ilha, no que concerne a estas duas unidades de ensino.

A mudança de paradigma que ocorreu há 50 anos atrás na ilha de São Jorge foi um passo significativo para o fomento da formação das crianças e jovens na nossa ilha, em que muitas vidas foram tocadas e mudadas pelo ensino público. Muitos foram aqueles que graças a esta mudança puderam ter a oportunidade de continuar os seus estudos.

Assim, no passado dia 10 de novembro de 2022, a Escola Básica e Secundária da Calheta, na Ilha de São Jorge, celebrou assim o seu quinquagésimo aniversário, instituição criada inicialmente como Escola Preparatória do Padre Manuel Azevedo da Cunha. E no dia 8 de dezembro de 2022, a Escola Básica e Secundária das Velas, na Ilha de São Jorge, também celebrou o seu quinquagésimo aniversário, inicialmente com nome de Escola Preparatória Infante D. Henrique.

Muitos foram e são aqueles que contribuíram e continuam a contribuir para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens Jorgenses, e a quem manifestamos o nosso agradecimento, desde professores a assistentes operacionais, administrativos, conselhos executivos e toda a comunidade escolar deste percurso de 50 anos.

Os desafios de hoje também são muitos, mas estou certo de que saberemos todos juntos dar as respostas necessárias!

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo quinquagésimo aniversário do ensino público na Ilha de São Jorge, desejando a continuação de grandes sucessos a todas as instituições promotoras de educação na ilha.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Escola Básica e Secundária das Velas, à Escola Básica e Secundária da Calheta, à Escola Básica Integrada da Vila do Topo, à Escola Profissional da Ilha de São Jorge, ao Conselho de Ilha, à Assembleia Municipal das Velas e à Assembleia Municipal da Calheta.

Horta, sala das sessões, 15 de dezembro de 2022

Os Deputados Regionais

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

(Neste momento o Deputado Marco Costa foi substituído no lugar de Secretário da Mesa pelo Deputado Paulo Silveira)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O presente Voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação à Sociedade Filarmónica Lira Madalense e é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa para a sua apresentação.

Deputado Marco Costa (PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto Congratulação

Sociedade Filarmónica Lira Madalense

125.º Aniversário

A Sociedade Filarmónica Lira Madalense comemorou, 125 anos de música e tradição.

É referido o ano de 1897, como o da sua fundação, pois é nesta data que nasce a ideia da sua formação e se iniciam campanhas de angariação de fundos. Em 25 de Junho de 1899, dá-se o seu aparecimento público, no lugar das Sete Cidades, no arraial do Império de São João.

Esta é uma das mais antigas e importantes coletividades do Concelho da Madalena e um símbolo de orgulho para todos os madalenenses, uma vez que reúne diversas gerações de músicos debaixo do mesmo estandarte.

Da sua vastíssima atividade, alguns factos são merecedores de destaque: visita a todas as Ilhas dos Açores, a algumas delas várias vezes, com atuação nas suas principais festas; várias deslocações ao continente português; deslocações internacionais ao Canada e Estados Unidos da América; gravação de vários programas de Rádio; gravação de vários

discos, cassetes e um CD; participação nos programas da RTP1 e RTP – Açores “CORETO”, “O POVO E A MÚSICA” e “ATLÂNTIDA”.

A Filarmónica Lira Madalense é também uma escola de formação musical aberta a toda a população da Vila da Madalena e em especial à sua juventude. De salientar assim o trabalho de formação junto dos mais novos e a transversalidade geracional que transporta na diversidade de idades dos seus tocadores.

A Banda é composta atualmente por 50 elementos dos 11 aos 76 anos e é dirigida pelo maestro Nuno Pereira. Ao longo destes anos esta Filarmónica tem aperfeiçoado cada vez mais o seu nível artístico, facto que a fez merecer lugar de destaque nas principais festas do Pico e Faial.

Hoje, a instituição desenvolve um importante papel social e cultural junto das várias faixas etárias, bem como um conjunto de atividades para a população local que se tornaram relevantes para o desenvolvimento social, associativo e cultural da sua população e ainda o brilhantismo com que alegam as festividades do Concelho da Madalena e da Ilha. As suas instalações são utilizadas para vários eventos nomeadamente as tradicionais Festas do Espírito Santo.

Além disso, esta coletividade distingue-se pelo seu dinamismo e pela promoção e valorização das nossas tradições e contribui ainda para a projeção da Madalena e da ilha do Pico dentro e fora da Região.

Estaremos ao lado desta grande instituição, honrando, a cada dia, estes cento e vinte e cinco anos de história e a memória daqueles que, com muita dedicação, colaboram e sentem esta instituição.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis e o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação um Voto de Congratulação pelos 125 anos da Filarmónica Lira Madalense.

Do mesmo deverá ser dado conhecimento aos seus corpos sociais, ao Município da Madalena e à Junta de Freguesia da Madalena.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2022.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado este Voto.

Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos colocar à votação este Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(Neste momento o Deputado Marco Costa retomou o lugar de Secretário na Mesa)

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária de Santa Maria.

Nos finais da II Guerra entre 1944 e 1946, um aeródromo militar foi construído na ilha de Santa Maria por tropas americanas, inaugurado a 26 de julho de 1945. Nessa época não havia estabelecimento de ensino em Santa Maria.

Apenas os filhos das famílias com maiores recursos podiam prosseguir os seus estudos a nível secundário.

A ideia da criação do estabelecimento do ensino secundário em Santa Maria nasceu no início de 1947, aproveitando os recursos humanos de formação superior dos funcionários do aeroporto.

A ideia foi concretizada em outubro de 1949 tendo sido fundado o Externato de Santa Maria para o qual o pessoal docente foi, na altura, recrutado quase na sua totalidade de entre os funcionários do Serviço Meteorológico Nacional, que se encontravam destacados na ilha.

Foi o seu primeiro diretor e durante dezanove anos, o Dr. Bento Claudino Monteiro Rodrigues.

Integraram esta equipa pessoas que elevaram a educação a outro patamar em Santa Maria, destacando-se Armando Câmara Pereira, Henrique Costa Pessoa, Francisco Américo dos Santos, José Maria Rosa, José Blanco Santos, Weber Raposo, Manuel Cabrita, Mário Silveira, José Machado Gil, José Gonçalves Ribeiro e Elnora Contente.

O Externato de Santa Maria, apesar de ser de cariz particular, funcionou, desde o seu início, sem fins lucrativos.

Destinava-se inicialmente aos filhos dos funcionários do Aeroporto, vindo a ser, mais tarde, alargado a todas as crianças da ilha que quisessem prosseguir o ensino preparatório ou o secundário, mantendo sempre o seu cariz particular.

Em 1972, através do Decreto-lei nº 482/72, de 28 de novembro, foi criado o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, no qual se oficializou o

ensino em coeducação de sexos ministrando-se, ainda, em regime de separação de ensino, as disciplinas de trabalhos manuais e educação física.

Através da Portaria nº 562/72 de 28 de novembro, e considerando que se mostrava vantajoso e possível criar mais estabelecimentos de ensino públicos, que proporcionassem a formação geral necessária à sequência de estudos e tomar providências que se julgassem mais consentâneas com a atualização das condições de ensino, foi criada a Escola Preparatória de Teófilo Braga, em Vila do Porto.

O funcionamento da recém-formada Escola Preparatória Teófilo Braga funcionou até 1976, no espaço do Externato de Santa Maria, por falta de estruturas no edifício onde viria a funcionar a escola.

Por despacho do Secretário da Educação, a 27 de setembro, foi criado, a título experimental, o curso complementar do ensino secundário a partir do ano letivo de 1985/86.

Como forma de homenagem ao fundador e percussor do ensino secundário Mariense e, por deliberação do então Secretário Regional de Educação e Cultura, Aurélio da Fonseca, através do despacho normativo nº 92/30, de 28 de julho de 1992, a escola preparatória de Vila do Porto passou a designar-se “*Escola Básica 2,3/S Bento Rodrigues*”.

Os ensinamentos do 5º ao 12º ano, foram gradualmente implementados, transpondo o Decreto Legislativo Regional nº 2/98/A de 28 de janeiro a integração da Escola Básica Integrada de Santa Maria.

A escola assim criada, englobava um grupo de escolas que agregava à Escola Básica 2,3/S Bento Rodrigues os núcleos escolares de: EB 1/JI do Aeroporto, EB 1/JI de Vila do Porto, EB 1/JI de São Pedro, EB JI/1 de Almagreira e EB 1/JI D. António de Sousa Braga.

A Escola Básica Integrada de Santa Maria é assim composta pelos núcleos do 1º ciclo do Ensino Básico e uma escola com os restantes níveis de ensino, possuindo todas as valências para oferecer e corresponder a um currículo escolar que se altera no tempo, correspondendo sempre às necessidades educativas, pessoais, culturais e sociais da ilha.

Todos os elementos que constituíram e constituem o quadro de pessoal da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, trabalharam e trabalham em prol da educação dos seus alunos, promovendo e incentivando atividades que são decisivas para o percurso escolar de muitos.

Vejamos o exemplo do Concurso CANSAT, organizado pela Ciência Viva e pela Agência Espacial Europeia, que desafia os alunos a projetar e construir um modelo funcional de um microssatélite e que, pelo entusiasmo e empenho de todos, contribuiu para que alunos participantes nas várias edições seguissem a área espacial na sua formação superior.

Mais recentemente, a Escola Básica e Secundária de Santa Maria, atendendo à preocupação cada vez mais premente da Defesa dos Oceanos, aderiu ao Programa Escola Azul, que tem como missão promover a Literacia do Oceano na comunidade escolar e criar gerações mais responsáveis e participativas, que contribuam para a Sustentabilidade do Oceano.

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria é um pilar fundamental na sociedade de Santa Maria, contribuindo para o crescimento social, pessoal e para a formação de todos os marienses.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão

plenária do mês de dezembro, a aprovação do Voto de Congratulação pelos 50 anos da Básica e Secundária de Santa Maria.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento, à Escola 2,3/S Bento Rodrigues, à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2022.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto de Congratulação.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(*) Deputada Elisa Sousa (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores, associa-se com muito gosto ao Voto Congratulação pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária de Santa Maria. É através da escola que as crianças e os jovens desenvolvem as competências básicas e adquirem os conhecimentos que lhes permitem prosperar enquanto adultos.

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria assume, ainda, maior importância por ser a única na ilha e têm sido inúmeros os prémios associados à escola, aos seus alunos e professores, o que é bem revelador da qualidade do ensino e do empenho de todos os seus intervenientes. E, portanto, desta forma, o PSD congratula a Escola Básica e Secundária de Santa Maria pelos seus 50 anos, o seu

peçoal docente e não docente, os seus alunos. E, por isso, um bem haja a toda a comunidade escolar.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a Tiago Furtado pelo título de campeão nacional, é apresentado pela Sra. Deputada Susana Soares.

Deputada Susana Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Tiago Furtado pelo título de Campeão Mundial de Kickboxing

Tiago Miguel Sousa Furtado nasceu a 20 de maio de 2005.

Esta temporada, em Kemer, Antalya, na Turquia, sagrou-se, aos 17 anos de idade, Campeão do Mundo de Kickboxing, na disciplina de K1-Sparring (+80kg) Masters. A competição, organizada pela ISKA, decorreu de 31 de outubro a 6 de novembro de 2022.

Apesar da sua juventude, o atleta da ADREP - Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praisense - já está recheada de triunfos e bons resultados, mesmo que esta tivesse sido a sua estreia pela seleção nacional.

Tiago Furtado já foi, por duas vezes, campeão nacional de Kickboxing, como juvenil e como júnior, na disciplina de Kick-Light (+90kg).

Aos sucessos do atleta terceirense, tem estado sempre ligado o responsável técnico da ADREP e seu treinador, Rui Duarte Vieira Ferreira, que esteve também nos recentes Mundiais, ao serviço da Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai, como selecionador nacional adjunto.

A equipa da ADREP conseguiu na presente temporada cinco títulos nacionais, prosseguindo uma caminhada de excelentes resultados individuais e coletivos, dos quais o título de Tiago Furtado é o que mais se destaca.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação ao atleta Tiago Furtado, pelo título de Campeão do Mundo de Kickboxing.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à ADREP - Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2022.

Os Deputados Regionais

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, aproveito em primeiro lugar para cumprimentar a Sra. Deputada Susana Soares, dar-lhe as boas-vindas e desejar-lhe um bom trabalho no desempenho destas funções. E peço a palavra para associar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao Voto que é aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD relativamente ao título mundial do atleta da Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense, Tiago Furtado, que é de facto um feito notável, estando nós a falar de um título mundial. De facto, a ADREP não é conhecida em grande medida pelo seu trabalho no *kickboxing*, é mais conhecida na ilha Terceira, e mesmo a nível regional, pelo trabalho que desenvolve no voleibol, mas tem também outras secções que têm tido um sucesso significativo, como é o caso da secção de *kickboxing* e também devido ao trabalho promovido pelo seu treinador, o Mestre Rui Ferreira.

Uma palavra também àquele que é um nome incontornável desta instituição, pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos, refirmo-me em concreto ao Paulo Amaral, que tem sido a alma daquela instituição e que certamente continuará a desenvolver o seu trabalho com a sua equipa, para que possamos atingir mais feitos deste tipo.

Portanto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma saudação especial ao Tiago, aos órgãos sociais desta instituição, a todos os atletas, ao treinador do Tiago, à sua família também, desejando que este título se possa repetir mais vezes no futuro próximo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN associa-se a este Voto para congratular o Tiago Furtado pelo título de campeão mundial em *K1 sparing* e, portanto, enaltecer o nome Terceira, dos Açores e de Portugal a nível mundial, para a Federação Portuguesa de *kickboxing* e *muaythai*. Eu também já fiz parte da Federação Portuguesa de *kickboxing* e *muaythai* na modalidade de *muaythai* e sei a competitividade que existe, sei a dificuldade, ainda mais dentro do peso no qual o Tiago ganhou, por isso, só posso enaltecer e dar os parabéns. É uma **grande** vitória, ainda por cima com a idade que tem o Tiago.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se a este a este Voto que é merecido, um reconhecimento de um feito extraordinário por um jovem de 17 anos. Está de parabéns, bem como o seu treinador e equipa técnica do clube. E também o clube, pelo trabalho que, ao longo de muitos e muitos anos, tem desenvolvido na Praia da Vitória, sobretudo ao nível da formação dos mais jovens.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam um favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Partido Socialista, pelos 75 anos da Sociedade Filarmónica Progresso Lajense, “Sociedade Nova”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75 anos da Sociedade Filarmónica Progresso Lajense

“Sociedade Nova”

A Sociedade Progresso Lajense, ou Sociedade Nova como é comumente conhecida, foi fundada a 30 de junho de 1947 fruto da rebeldia e entusiasmo de um grupo de 19 jovens, com a vontade de concretizar os seus objetivos, assumindo uma rutura com o tradicionalismo vigente e, conseqüentemente, defendendo uma nova abordagem social e musical na época.

Dada a época em questão e as poucas capacidades económicas, estes homens construíram um barracão forrado a pano de tenda onde hoje se encontra situada a atual esplanada da Sociedade.

Para dar início à filarmónica cada fundador doou 5000 escudos para adquirir os primeiros instrumentos. Ainda assim o montante não foi suficiente, tendo sido o restante suportado por uma família da freguesia, a família Lourenço. Após a vinda dos instrumentos, juntou-se a esta nova sociedade mais um grupo de músicos vindos da já existente Sociedade Recreio Lajense, conhecida como Sociedade Velha.

Já na década de 50, mais 60 homens se tornaram sócios, tendo cada um deles doado 1000 escudos, o equivalente a um mês de trabalho. Com o contributo dos novos sócios, com as receitas do bar e com as ajudas vindas da base aérea nº4 foi adquirido um terreno e iniciou-se a construção da atual sede da Sociedade Progresso Lajense, inaugurada no dia 8 de dezembro de 1951, dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da instituição.

Atualmente, a Banda Filarmónica da Sociedade Progresso Lajense é composta por cerca de 45 elementos, tendo como maestro José Sousa, tendo uma atividade musical intensa nas festividades locais, nas Festas da Vila das Lajes em honra de São Miguel Arcanjo ou nas Festas do Divino Espírito Santo, bem como em atuações e participações na Ilha Terceira.

Já realizou várias digressões a outras ilhas dos Açores, como São Miguel, São Jorge, Graciosa, Pico e Flores, bem como ao Algarve e aos Estados Unidos da América.

De realçar ainda a grande dinâmica cultural e social em torno da sede social desta instituição, no centro da Vila das Lajes, com a promoção de variadíssimos eventos em diversas vertentes, ao longo de muitos anos, sendo esta sociedade também um dos mais relevantes epicentros do Carnaval da Ilha Terceira.

Saudamos os Órgãos Sociais da Sociedade Progresso Lajense e todos aqueles que, ao longo de 75 anos, trabalharam e contribuíram para a sua construção e crescimento até aos dias de hoje, esperando que assim continue.

Hoje, fazemos através deste voto o justo e merecido reconhecimento a esta Sociedade Filarmónica da Vila das Lajes, mas através da celebração dos 75 anos desta instituição, realçamos também o trabalho de todas as filarmónicas da nossa Região, enquanto escolas de formação musical,

enquanto escolas de formação cívica, espaços de cidadania no seu expoente máximo, com um papel determinante na dinamização social e cultural das nossas comunidades, que envolvem milhares de açorianos.

Homenageamos assim, também, todos os que se envolvem diariamente, num trabalho voluntário e abnegado, com grande esforço pessoal, nas nossas Filarmónicas, que infelizmente passaram tempos muito difíceis no passado recente, devido aos impactos da pandemia, desejando que possam retomar e normalizar rapidamente a sua atividade, com a mesma dinâmica anterior à pandemia.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pelos 75 anos da Sociedade Progresso Lajense, a “Sociedade Nova” da Vila das Lajes.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais desta Instituição, à Assembleia e Junta de Freguesia das Lajes e à Assembleia e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2022

Os Deputados Regionais

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação a Frederico Ferreira é apresentado pelo PSD.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputado Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação – Frederico Ferreira – Campeão Mundial de kickboxing

Frederico de Ornelas Bruges Cavaleiro de Ferreira nasceu a 27 de abril de 1979.

Esta temporada, em Kemer, Antalya, na Turquia, sagrou-se, aos 43 anos de idade, Campeão do Mundo de Kickboxing, na disciplina Light Contact Masters (-80kg). A competição, organizada pela ISKA (International Sport Kickboxing Association), decorreu de 31 de outubro a 6 de novembro de 2022.

Foi a terceira vez que Frederico Ferreira se sagrou Campeão do Mundo em Kickboxing, já tendo sido, por duas vezes, no ano 2014, no campeonato do mundo da WKF (World Kickboxing Federation) em duas disciplinas diferentes: Campeão do Mundo de Light kick e Campeão do Mundo de Light-contact.

Foi Campeão da Europa, em 2013 em Bregenz na Áustria nas disciplinas de Full Contact e Light Contact.

Foi Campeão Ibérico, na disciplina Light Contact em 2009 em Lisboa, Portugal.

Foi Vice-campeão Ibérico em 2008, Madrid Espanha, na disciplina Light Contact.

Foi Campeão Nacional doze vezes (2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2022.), contando ainda com um total de 104 combates, com apenas 10 derrotas.

Vencedor do Open de Apuramento para a seleção nacional em Mirandela 2015.

Vencedor da Gala Vila Franca Fight Night em 2015.

Vencedor Ribeira Grande Challenge Cup 2022.

Vencedor da Gala Internacional de Kickboxing Coliseu Micaelense 2016.

Atingiu os quartos de final no Campeonato Mundial da WAKO em 2015 na Irlanda na disciplina de Light Contact -74kg.

Atingiu os quartos de final no Campeonato da Europa da WAKO em Maribor, Eslovénia na disciplina de light contact -74kg.

Vencedor da 2ª gala ADCMC Light kickboxing em Macedo de Cavaleiros 2016.

Foi agraciado com um Louvor da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo pelos títulos alcançados no campeonato da Europa e no campeonato do mundo de kickboxing.

Foi homenageado na gala do Desporto Açoriano por títulos de campeão nacional e por diferentes vezes representar a seleção nacional de kickboxing em fases finais de campeonatos da Europa e do Mundo.

Além de atleta, Frederico Ferreira é treinador de Kickboxing e de Natação, sendo o fundador da ADA (Academia Desportiva dos Açores), clube criado em 2011 e que conta, atualmente, com cinco modalidades: Kickboxing, Krav Maga, Natação, Artes Marciais Mistas (AMM) e

Yoga. Frederico Ferreira é atualmente também o presidente da coletividade.

Integra o Programa “Escolinhas do Desporto” desde 2009. Uma iniciativa valiosa para as crianças do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, especialmente na Escola Básica e Jardim de Infância Infante D. Henrique, em Angra do Heroísmo, promovendo hábitos e estilos de vida saudáveis através do Kickboxing. Incute-lhes também as regras, a disciplina e a concentração para que se conheçam melhor.

À parte da vertente desportiva, Frederico Ferreira é também sócio-gerente da empresa “Quinta do Abacate – Parque de Glamping e Casas Ecológicas Autossustentáveis”, na freguesia de S. Mateus, empreendimento turístico que apela à prática da sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação ao atleta Frederico Ferreira, pelo título de Campeão do Mundo de Kickboxing 2022.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento à Academia Desportiva dos Açores, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Junta de Freguesia de São Mateus - Angra e à EBI Angra do Heroísmo (EB1/JI Infante D. Henrique).

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2022.

Os Deputados Regionais

Deputado Berto Messias (PS): E a Junta de São Mateus?

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN associa-se obviamente a este Voto.

Eu já tive oportunidade de dar os parabéns ao Frederico Ferreira pessoalmente e aqui vou dar institucionalmente. É um campeão mundial de renome, conhecido mundialmente, não só na Terceira ou nos Açores que ao contrário do Tiago Furtado pela sua tenra idade, estamos a falar do Frederico Ferreira que tem 43 anos e estar em alta competição com a idade que tem, é das coisas mais difíceis de fazer, o que demonstra a pessoa que é, tem uma resiliência, uma coragem e ambição de estar em alta competição, não fosse obviamente líder do PAN-Terceira, porque é preciso resiliência para aguentar os problemas da Terceira.

Só tenho que me congratular. A Terceira está de parabéns e os Açores estão obviamente de parabéns e o Frederico também.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente de ser líder do PAN ou não, também o Grupo Parlamentar do PS se associa a este Voto de Congratulação. E não há como não o fazer, porque são já três as vezes que Frederico Ferreira leva o nome dos Açores ao e eleva o nome dos Açores ao mais alto nível,

sendo campeão do mundo de *kickboxing*. Não há como não aplaudir o seu valor, o seu dinamismo, a sua competência.

Muito obrigado, Frederico, bem hajás!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do CDS-PP também gostaria de se associar a este Voto, felicitando Frederico Ferreira pelo terceiro título mundial nesta modalidade de *kickboxing*. É um percurso atlético exemplar. E, portanto, está de parabéns, é um exemplo para os mais jovens e para a Sociedade, porque mostra que com esforço e perseverança, a idade não importa, porque é possível atingir e estar ao mais alto nível a nível mundial.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação pelos 75 anos do Sport Clube Praisense, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos setenta e cinco anos do Sport Club Praiense

O Sport Clube Praiense comemorou, no passado dia 14 de novembro, 75 anos de existência. Bodas de Diamante.

Recorde-se que, em 1947, a então Vila da Praia da Vitória não tinha qualquer coletividade desportiva, pois já tinham fechado portas o Santa Cruz Sport Club, o Futebol Club 11 de Agosto e o União Operária Praiense.

Com a prática Associativa do Futebol em grande expansão em Angra do Heroísmo, a juventude praiense sentia a frustração de não poder desenvolver de forma institucional a sua modalidade predileta. Daí o nascimento do Sport Club Praiense, hoje filial número 1 do Futebol Clube Barreirense.

A sua primeira e provisória sede social estava no rés-do-chão de um prédio da Rua Comendador José Carvalho. A atual, inaugurada em 1984, fica na Ladeira de São Francisco, bem perto da Matriz da Praia da Vitória.

Contemporânea foi também a criação do eterno clube rival, fundado uns meses depois, o União Desportiva Praiense. Uns ficaram com as originais camisolas vermelhas - daí persistir a designação de “Vermelhos” em relação ao Sport Clube Praiense - e os outros passaram a ser “Os Brancos” por terem adquirido camisolas brancas.

Uma origem comum, mas tumultuosa, segundo reza a história, contando-se mesmo algum excesso de rivalidade, durante mais de 50 anos, entre os dois principais clubes de futebol da Praia da Vitória. Foram inúmeras as situações caricatas, que envolveram distintas figuras de ambas as coletividades, como relatou, há alguns anos, o recentemente falecido Alvarino Pinheiro, também ele figura de destaque da vida clubística do Sport Praiense.

Voltando a 1947, reunia a 2 de agosto a primeira Assembleia Geral, para eleição dos órgãos sociais, cuja Direção ficou a ser presidida por Diogo Meneses Ávila, com a Mesa da Assembleia Geral a ser dirigida por Leal Pacheco, e o Conselho Fiscal a só ser eleito no ano seguinte, e presidido por Eduardo Romão.

Uma semana depois da eleição, a 11 de agosto de 1949, o Presidente da Direção solicitava à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo a filiação do Clube, aprovada a 17 de agosto, estreando-se assim a primeira equipa de futebol do Sport Club Praiense na época de 1949/50.

Em 1955/56, o clube vence a sua primeira prova oficial, como Campeão Distrital de Reservas. No jogo decisivo derrotou o Lusitânia por 2-1. Em 1966/67, depois de mais uma conquista do torneio distrital, o “Praiense” sagra-se 1º Campeão dos Açores, no Torneio realizado na Ilha do Faial. O regresso à Praia da Vitória foi grandioso, com uma emotiva multidão a esperar a equipa no Largo da Luz.

Também histórica seria a rivalidade com os emblemas de Angra do Heroísmo, nomeadamente com o Lusitânia, sendo que muitas vezes os do Praiense tiveram de sair do Municipal de Angra pela Rua Nova ou pelos Quatro Cantos, para estarem longe de riscos. Mas o inverso também acontecia. E, quando os Lusitanistas ganhavam na Praia, de forma mais polémica, a alternativa segura era saírem pela Rua de Baixo ou pela Estrada Militar. Subir a Rua de Jesus era demasiado arriscado, nomeadamente passar em frente ao Café Terezinha.

Foras estas picardias históricas, que também demonstram a paixão que as gentes da altura nutriam pelo Futebol, tem de ser recordada a importante função social do Sport Club Praiense, desde os seus Bailes de Verão às demais comemorações e acontecimentos festivos.

Também se destacaram, ao longo destes 75 anos, formações e atletas do Praiense no Basquetebol, Voleibol, Futebol de Salão, Voleibol, Natação, Ciclismo e Atletismo.

No que toca ao Futebol clube conta no seu palmarés com 5 títulos de campeão distrital Sénior, a que se juntam três taças de campeão açoriano, dois títulos da 3ª Divisão/Série Açores, várias subidas à 2ª Divisão Nacional. Ou a presença na primeira edição do Campeonato Nacional de Seniores,

Nas últimas temporadas o “Praiense”, como é conhecido, cimentou a sua presença entre os grandes clubes dos Açores nas competições nacionais, tendo estado muito próximo de alcançar a II Liga.

A formação continua a ser uma fosta aposta do clube, como se pode ver diariamente pelo trabalho da Escola de Futebol Benfica Açores, após um acordo firmado entre ambas as entidades, cujo trabalho com os mais novos tem sido elogiado, vincando-se a ligação ao universo Benfica como uma valia acrescida.

Na presente temporada, a equipa principal de Futebol do Sport Club Praiense compete na Série D do Campeonato de Portugal.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Sport Clube Praiense, pela passagem dos seus 75 anos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Sport Club Praiense, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2022.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam um favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação apresentado pelo CDS-PP pelos 25 anos do Conselho Mundial das Casas dos Açores. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para a sua apresentação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 25 anos do Conselho Mundial das Casas dos Açores

O Conselho Mundial das Casas dos Açores comemorou, no passado dia 13 de novembro, os 25 anos da sua fundação.

A sessão comemorativa, promovida pela Direção Regional das Comunidades e presidida por José Manuel Bolieiro, Presidente do XIII Governo Regional dos Açores, teve lugar na Horta, em referência ao documento constitutivo do Conselho Mundial das Casas dos Açores, intitulado “Declaração da Horta”, na qual ficou plasmada a incumbência de “articular a ação das Casas dos Açores entre si e entre estas e a Região”.

O evento contou com a participação de Alzira Silva, a primeira titular da Direção Regional das Comunidades e então fundadora do Conselho Mundial das Casas dos Açores, bem como a participação de Ruben Santos, em representação dos fundadores do Conselho. Os presidentes das 15 Casas dos Açores que atualmente integram o Conselho participaram presencial ou virtualmente, num evento de regime misto.

O Conselho Mundial das Casas dos Açores foi fundado a 13 de novembro de 1997, na Horta, Faial, com a participação das Casas dos Açores de Lisboa, Rio de Janeiro, Califórnia, Quebeque Norte, São Paulo, Toronto, Nova Inglaterra, Algarve e Coimbra.

Desde então, o Conselho integrou as Casas dos Açores de Winnipeg, Santa Catarina, Estado do Rio Grande do Sul, Uruguai, Bermuda, Maranhão e Madeira. Conta ainda, pontualmente, com a participação das Casas dos Açores de Bahia e Espírito Santo, na qualidade de observadores.

Conforme consta dos Estatutos do Conselho Mundial das Casas dos Açores, esta associação tem por objeto social “promover e desenvolver todas as atividades que direta ou indiretamente contribuam para a afirmação dos Açores e a sua diáspora no mundo e para a manutenção e desenvolvimento de raízes económicas entre o Arquipélago e as regiões de implantação de cada Casas dos Açores.

O órgão conta com uma presidência rotativamente assumida entre os seus membros, sendo atualmente exercida pela Casa dos Açores de Santa Catarina. O Conselho reúne todos os anos em assembleia-geral presencial para debate a atividade e os desafios das Casas dos Açores, assim como deliberar a atribuição de medalhas de mérito e apreciar propostas de admissão de novos membros.

As Casas dos Açores são uma entidade fundamental no garante da preservação da cultura e identidade açorianas, e da representatividade dos Açores no Mundo. Por serem uma face tão visível e ativa da diáspora açoriana, o Conselho Mundial das Casas dos Açores pode ser reconhecido como um autêntico representante da 10.^a ilha dos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário da fundação do Conselho Mundial das Casas dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento a todas as Casas dos Açores e à Direção Regional das Comunidades.

Horta, sala das sessões, 15 de dezembro de 2022.

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação apresentado pelo CDS-PP.

Não querendo abusar da paciência do CDS-PP, o PS fá-lo-á também seu se não se importarem, porque é de facto inquestionável a importância das Casas dos Açores e do Conselho Mundial (das Casas dos Açores) para a preservação, perpetuação e divulgação da cultura açoriana. Isso mesmo,

tivemos oportunidade de verificar este ano no Winnipeg, com o João Paulo que é um mariense de gema que muito bem nos recebeu a todos. Já o tínhamos verificado aquando da deslocação desta Assembleia a Portalegre, em que se percebeu também que a presença das Casas dos Açores na divulgação da cultura, com apresentação de folclore açoriano foi de facto marcante. E é, sem dúvida, por um lado, um orgulho verificar que aquelas pessoas que dão do seu tempo nas Casas dos Açores para a perpetuação da nossa cultura, o fazem de forma gratuita, fazem-no de uma forma muito honrada, são pessoas normalmente de mérito reconhecido nas comunidades onde residem. Como o Sr. Deputado Rui Martins diz, são de facto, a extensão dos Açores por todo este mundo fora. E, para além dessas da perpetuação da nossa cultura, são também uma forma de divulgação e de incremento de relações comerciais e económicas entre os Açores e as terras onde vivem espalhadas por este mundo fora.

Diria que não é só esse trabalho que fazem, mas também ao nível intelectual foi incrível verificar, sendo que até fui portador de uma oferta para o Sr. Presidente da Assembleia e para esta Casa, o trabalho intelectual feito que muito pode ajudar os nossos jovens a perceber também a nossa cultura, no caso em apreço, através da professora universitária Vera Barroso. Tudo isto são marcas que nos ficam, o orgulho que nos dão e a alegria que é para nós podermos constatar nos Açores, que os açorianos espalhados pelo mundo fora fazem-nos sentir - sempre que lá vamos e sempre que estamos fora da nossa terra - que de facto estamos em casa. Estamos como se estivéssemos nos Açores e, por essa via, muitas das vezes até ficamos com vontade de lá voltar.

A importância do trabalho que é feito a nível das Casas dos Açores deve ser e é muito bem reconhecido aqui, neste caso pelo CDS-PP, e o Partido Socialista não pode deixar de reconhecer essa importância, porque a preocupação deles não é só com a preservação da nossa cultura. Eles têm a preocupação de trazer para junto deles os seus filhos, para que tenham o gosto de conhecer a terra dos seus ancestrais, os hábitos e os costumes. E, portanto, é de muito mérito este Voto.

Nós temos o grato prazer e o gosto de nos associarmos a ele e, portanto, muito obrigado e bem hajam as Casas dos Açores e o Conselho Mundial das Casas dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam um favor se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um Voto de Protesto apresentado pelo Sr. Deputado Independente, pela aprovação na Assembleia da República da despenalização da eutanásia.

(O Deputado António Lima dá indicação de que não tem o referido Voto)

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, está em causa a distribuição do Voto pelas outras bancadas. Compete a cada um dos partidos fazer esse trabalho.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente, se me permite, é para uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, no seguimento da declaração política do CDS-PP, indiquei aqui que tinha um Voto sobre a matéria que foi alvo de tratamento nessa declaração política e que ia apresentá-lo hoje. Fiz chegar à Mesa esse Voto, mas atendendo a que matéria que constituiu o Voto já foi amplamente ontem discutida na declaração política do CDS, entendi por bem retirar esse Voto, porque não se justifica discutir a mesma matéria duas vezes na mesma semana de plenário. Portanto, entendi que não era razão suficiente manter uma discussão sobre este Voto e, por isso, entendo que o mesmo não deve ser lido.

Muito obrigado.

Presidente: Portanto, o proponente retira o Voto.

Passamos, assim, aos votos de pesar.

O primeiro é apresentado pelo PSD, pelo falecimento do Sr. Padre Cipriano Pacheco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares para a sua apresentação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Padre Cipriano Pacheco

Cipriano Franco Pacheco nasceu a 3 de novembro de 1945 em São Pedro Nordestinho, concelho de Nordeste. Realizou a sua formação teológica no Seminário de Angra, tendo sido ordenado a 20 de maio de 1969, na Sé de Angra. Doutorou-se em Filosofia na Pontifícia Universidade de São Tomás de Aquino, em Roma.

Foi pároco em várias comunidades no concelho do Nordeste, da Praia da Vitória e de Ponta Delgada e professor em várias escolas públicas.

Foi Vice-Diretor e Diretor do então Instituto de Cultura Católica no núcleo de Ponta Delgada, promovendo o curso de licenciatura em ciências religiosas, numa extensão da Universidade Católica Portuguesa, tendo editado ainda diversas obras de interesse.

Foi professor de História de Filosofia e Estética Teológica e diretor Espiritual do Seminário de Angra entre 2009 e 2011.

Desempenhou ainda vários cargos diocesanos ligados à formação do clero e de leigos, tendo sido ainda vigário episcopal para São Miguel e responsável da Pastoral Social e da Pastoral da Cultura.

Em 2019 comemorou as suas bodas de Ouro sacerdotais.

Quem conheceu o Padre Cipriano Pacheco sabe que se tratava de um homem repleto de sabedoria.

Segundo testemunho de um antigo aluno e seminarista:

“Fazia-se notar onde quer que estivesse. Quer fosse pela sua alegria, pela sua simpatia ou até pela sua compaixão. Fazia-se presente onde quer que estivesse e perante todos os que o rodeavam.

Soube ser, principalmente, a imitação de Cristo amando os pobres, os pecadores, os colegas e, nomeadamente, os seus paroquianos que tanto o estimaram e que ele tanto estimou reciprocamente.

As palavras do Padre Cipriano ecoavam em quem as ouvia porque eram proferidas pelo seu próprio coração, pelo coração de um homem simples e bom.

A vocação para o sacerdócio tornou-o um verdadeiro pai e pastor. De tal forma que muitos recorreram a ele e regressaram sentindo-se mais amados e mais aliviados das tristezas da vida.

O seu humor, particularidade especial deste homem, colocava as tristezas do mundo e do momento de parte.

Era um homem obediente, que aceitou todos os desafios propostos, inclusive a doença que lhe tirou a vida.

Era um amigo. Um grande amigo dos seus amigos.” Fim de citação.

O Padre Cipriano Franco Pacheco faleceu no passado dia 25 de setembro com 76 anos de idade.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Padre Cipriano Franco Pacheco. Do presente voto seja dado conhecimento à sua família, à Câmara e Assembleia Municipal do Nordeste, à Junta de Freguesia de São Pedro Nordestinho, à Ouvidoria do Nordeste e à Diocese de Angra.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2022.

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Não havendo inscrições, vamos votar este voto de pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

O próximo Voto de Pesar também pelo falecimento do Sr. Padre Cipriano Pacheco é da autoria do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia para a sua apresentação.

Deputada Valdemira Gouveia (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Padre Cipriano Pacheco

Faleceu no passado dia 25 de setembro, aos 76 anos de idade, o padre Cipriano Pacheco.

Nasceu na freguesia de S. Pedro Nordestino, no concelho de Nordeste, Ilha de São Miguel, no dia 13 de novembro de 1945.

Foi ordenado sacerdote a 20 de maio de 1969, no Seminário de Angra, onde realizou a sua formação em Teologia, tendo dedicado mais de 50 anos da sua vida ao exercício do sacerdócio.

Em 1970 foi nomeado Vigário Cooperador de Santa Cruz da Praia da Vitória, em 1974 pároco da Salga, na Ouvidoria do Nordeste, na Fazenda de Nordeste. Mais tarde foi vigário Cooperador de S. Pedro, em Ponta Delgada.

Liderou o Grupo de Ação e Reflexão Pastoral (GRAP) que dizia respeito aos ensinamentos do Concílio Vaticano II, relativamente ao pensamento político social e cultural que se vivia na Região Autónoma dos Açores.

Foi Assistente Diocesano do Movimento Católico de Estudantes (MCE). e Assistente da Comissão Diocesana Justiça e Paz.

Em 1997 foi nomeado Vice-Diretor do Instituto de Cultura Católica, no Núcleo de Ponta Delgada, e mais tarde seu Diretor, tendo sido nessa qualidade que promoveu o curso de Licenciatura em Ciências Religiosas, numa extensão da Universidade Católica Portuguesa.

Foi Vigário Paroquial de S. Pedro de Ponta Delgada, Vigário Episcopal da Ilha de S. Miguel, Membro do colégio de Consultores, Membro do Conselho Episcopal e Membro do Conselho Presbiteral.

Em 2006 foi nomeado Presidente da Direção do Serviço de Apoio ao Clero doente e Idoso da Ilha de S. Miguel e Diretor Espiritual do Seminário Episcopal de Angra e Docente de História da Filosofia.

Em 2009 foi Diretor Diocesano para a Pastoral da Cultura e do Ecumenismo no ano de 2011. Como Assistente do Serviço Diocesano para a Pastoral Social, colaborou assiduamente no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

No ano 2015 foi pároco das Lajes, Vila Nova, Santa Luzia e Santa Rita, na Ouvidoria de Praia da Vitória e, de novo exerce a suas funções como professor de Filosofia no Seminário de Angra do Heroísmo.

Doutorou-se em Filosofia na Universidade de S. Tomás de Aquino, em Roma, no ano de 2022 e, posteriormente, foi nomeado Conselheiro daquela Academia. Colaborou também com a Universidade dos Açores.

Foi responsável dos Padres do Prado em Portugal durante vários anos.

A sua dedicação na formação do clero e dos leigos, no estudo do Evangelho e a sua proximidade junto dos mais pobres e fracos foi uma constante na vida do padre Cipriano Pacheco.

Conforme comprovado e testemunhado por todos quantos com ele cruzaram o seu caminho, podemos afirmar que o padre Cipriano

personifica a modernidade e a revolução que se espera na Igreja olhando sempre de frente para o futuro e lembrando a etimologia grega da palavra “católico” que significa universal.

Essa universalidade necessária ao humanismo que aceita e celebra a diversidade dos seres humanos.

Assim, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 15 de dezembro de 2022, emita este voto de pesar pelo falecimento do Reverendo padre Cipriano Pacheco.

Deste voto de pesar deve ser dado conhecimento à Conferência Episcopal Portuguesa, à Sé de Angra do Heroísmo, ao Seminário de Angra, à Câmara Municipal do Nordeste, à Junta de Freguesia de S. Pedro Nordestino e à sua Família.

Sala das Sessões, Horta, 15 de dezembro de 2022

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto. Pergunto se há inscrições?

Não havendo, passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é pelo falecimento de Adriano Moreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para a sua apresentação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de Adriano Moreira

Faleceu, no passado dia 23 de outubro, aos 100 anos, Adriano José Alves Moreira, uma personalidade ímpar no panorama académico e político do nosso País.

Nascido em Grijó, Macedo de Cavaleiros, a 6 de setembro de 1922, Adriano Moreira viria a distinguir-se como figura cimeira da Universidade portuguesa, nomeadamente na área dos estudos geopolíticos.

Licenciou-se em Direito, pela Universidade de Lisboa, em 1944, possuindo o doutoramento na mesma área, pela Universidade Complutense de Madrid. Marcou gerações de estudantes no atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade e Lisboa, em que foi Professor Catedrático, assim como noutras instituições.

Entre vários cargos que desempenhou, refira-se que foi curador honorário da Fundação Oriente (Lisboa), presidente honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, sócio fundador e presidente honorário da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, e sócio fundador e presidente da assembleia-geral da Associação Portuguesa de Ciência Política. Presidiu ainda ao extinto Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior e foi presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa.

No decorrer da sua vasta carreira política, foi Membro da delegação portuguesa na ONU entre 1957 e 1959. Desempenhou funções como

Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina nos anos 1960 e 1961, e subsequentemente como Ministro do Ultramar entre 1961 e 1963. O Professor Doutor Adriano Moreira almejou reformular um regime que não queria mudanças. E a prova dos seus feitos é que tentou abolir o estatuto do indigenato, que negava direitos cívicos à população colonial, e tentou também criar Universidades em Angola e Moçambique.

Foi Presidente do Centro Democrático Social - CDS de 1986 a 1988 e, interinamente, em 1991 e 1992. A História certamente fará jus ao importante contributo de Adriano Moreira para a afirmação da democracia cristã e da Doutrina Social da Igreja.

Foi deputado à Assembleia da República no período de 1979 a 1995, contemplando a II, III, IV, V e VI legislaturas. Na VI legislatura, de 1991 a 1995, exerceu funções como Vice-presidente da Assembleia da República.

Foi eleito para o Conselho de Estado em 2015, órgão que integrou desde dezembro desse ano até 2019.

No decurso da sua vida, foi objeto de diversas distinções honoríficas, entre as quais a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal em 2017 e, muito recentemente, a Grã-Cruz da Ordem de Camões de Portugal, em 2022.

O Professor Doutor Adriano Moreira foi amplamente reconhecido na sociedade portuguesa, e também no panorama internacional como humanista e cientista político de referência. Na sua vasta obra académica, notabilizam-se “Ciência Política” e “Teoria das Relações Internacionais”. Espalhou a sua influência por variadas instituições de ensino superior no País, das quais a Universidade dos Açores não é exceção.

Adriano Moreira deixa-nos a sua marca como democrata, que expressou através da célebre frase “O poder da palavra é mais forte que a palavra do poder.”.

Deixou, também, uma mensagem à sociedade portuguesa afirmando que é importante “plantar maceiras para colher maçãs”. Esperemos que as maceiras deem fruto e que contributos como os que o Professor Adriano nos deixou, nos permita construir um futuro melhor.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor Adriano Moreira, expressando sentidas condolências.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família e ao CDS – Partido Popular.

Horta, sala das sessões, 15 de dezembro de 2022.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há e inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este Voto de Pesar, tendo em conta, tal conforme é descrito sinteticamente no próprio voto, a personalidade e a obra do Professor Adriano Moreira.

Trata-se de uma personalidade que marcou, sobretudo, ao nível académico e ao nível político e também cívico, a sociedade portuguesa.

Personalidade longeva atravessou um período longo e conturbado, onde sempre deu a sua opinião e onde, para além da qualidade e da lucidez crítica que sempre demonstrou, teve, apesar disso, um percurso que devemos objetivamente considerar não linear.

Desde logo, ao nível académico, licenciado e doutorado em direito, o Professor Adriano Moreira destacou-se, sobretudo, ao nível da ciência política e das relações internacionais, tendo até aí um papel precursor ao nível da Academia Portuguesa e na forma marcante como contribuiu para a instituição universitária que é hoje o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Teve, também, um percurso político não linear, desde logo pela referência que também aqui é feita à sua participação nos governos do antigo regime, participação, de resto, breve e onde também, como aqui é referido, tentou inovar.

Mas foi, sobretudo, uma personalidade marcante, não só na fundação, mas na consolidação do CDS, partido que foi, e continua a ser, essencial à democracia, como são todos os partidos que se reclamam de uma direita democrática, humanista, baseada designadamente e em termos filosóficos, nos princípios da doutrina social da Igreja, que tão bem casou durante o século XX com os princípios da social-democracia e do socialismo democrático.

É esse contributo que é fundamental referir esse contributo que, de resto, em 78 se viria a consolidar com o acesso, pela primeira vez em termos históricos, no II Governo Constitucional e em coligação com o Partido Socialista, do CDS - dizia eu - aos governos do Portugal Democrático.

Atentas todas estas características, atento este percurso singular, rico, sabedor, crítico e lúcido, o Partido Socialista associa-se ao pesar pela morte desta personalidade que deu um contributo decisivo para a Democracia, para a Academia e para um olhar crítico sobre a nossa sociedade e a nossa comunidade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se de modo natural e sentido a este Voto de Pesar trazido pelo CDS, pela circunstância do falecimento do Professor Doutor Adriano Moreira, uma figura relevante do século XX português.

O Professor Adriano Moreira, como já muito bem foi dito pelo partido que apresentou o Voto, um académico de prestígio, sobretudo, na área da geopolítica. E neste facto, parece-me também relevante mencionar a colaboração intensa e estreita do Professor Adriano Moreira com a Universidade dos Açores.

O Professor Doutor Adriano Moreira foi, como sabemos, um político íntegro, de princípios e convicções que nunca se furtava ao confronto leal e respeitoso com os seus adversários ideológicos. Deu um contributo determinante para a consolidação da democracia em Portugal e para a afirmação dos princípios e dos valores da doutrina social da Igreja.

Curvamo-nos respeitosamente perante a sua memória.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos assim a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa. Vamos prosseguir com declarações políticas.

Está inscrito o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para a sua declaração política tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos e açorianas assistiram nas últimas semanas, perplexos e aterrados, a um drama que se desenrolou no Serviço Regional de Saúde e no âmago do próprio governo.

Os açorianos e açorianas conhecem bem os inúmeros problemas do Serviço Regional de Saúde.

Mas não esperavam que, pouco tempo depois do Sr. Secretário da Saúde garantir neste Parlamento que o que sucedeu nas urgências dos hospitais do continente não iria acontecer nos Açores, viesse aqui a surgir, com gravidade ainda maior.

O maior hospital da Região esteve à beira do precipício, com escalas de urgência por preencher para os dias seguintes e durante o mês de dezembro.

O Presidente do Governo chegou mesmo a transmitir falsas garantias - intencionalmente ou induzido a isso - ao afirmar que “as escalas de urgências dos três hospitais” estariam garantidas na semana seguinte, o que não era verdade.

Tudo se precipitou quando os médicos se recusaram a fazer trabalho suplementar para além do limite legal, pouco tempo depois de aprovado nesta Casa um novo regime de pagamento do trabalho suplementar.

Logo após a publicação desse regime, o Presidente do Governo rasgava o diploma da sua autoria e abria a porta a negociações com os médicos.

O Bloco de Esquerda bem avisou que o diploma não tinha sido sujeito a negociação com os médicos. Não havia acordo público e escrutinável entre Governo e sindicatos.

A maioria de direita quis avançar mesmo assim, impedindo a audição dos sindicatos no Parlamento, contribuindo ativamente para o caos que se gerou. Têm a sua quota parte de responsabilidade num dos mais desastrosos processos legislativos de sempre que este Parlamento já viu.

No entanto, esse não era o único nem, provavelmente, o principal motivo do protesto dos médicos.

A tempestade que se gerou deveu-se, acima de tudo, à gestão do maior hospital da Região, à ingerência da vice-presidência na sua tutela e às afirmações insultuosas do vice-presidente relativamente aos médicos.

Aliás, o efeito da demissão da presidente do conselho de administração do Hospital de Ponta Delgada, que levou a que os diretores de serviço demissionários recuassem na sua decisão, demonstra bem os bloqueios existentes.

O total desaparecimento do Secretário da Saúde no período em que o SRS e o Hospital de Ponta Delgada mais precisavam do Sr. Secretário Regional da Saúde...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é falso!

O Orador: ...foi apenas mais uma confirmação de que nada tutela nesse hospital.

E porquê? Porque os equilíbrios de poder no seio da coligação e do Governo assim o exigem!

A maior fonte de instabilidade na saúde, a maior fonte de ruído e a origem da insegurança que a população sentiu, foi o próprio Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Hospital de Ponta Delgada funciona hoje e desde há largos meses, porque há milhares de trabalhadoras e trabalhadores dedicados que cumprem as suas funções diariamente com enorme dedicação e sacrifício e que se preocupam com os doentes.

O HDES funciona apesar da sua administração.

Perante a demissão da presidente do conselho de administração do Hospital de Ponta Delgada, o Governo remete para as calendas a sua substituição, o que é incompreensível.

Este hospital precisa rapidamente de uma administração e precisa de uma tutela da saúde, coisa que neste momento não existe.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é muito baixo!

O Orador: O mesmo acontece com a Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, que está sem presidente do conselho de administração há duas semanas. Em São Miguel, a saúde não tem gestão o que é uma verdadeira irresponsabilidade política!

No Hospital da ilha Terceira, a administração já foi mudada por duas vezes com este Governo, um sinal de enorme instabilidade no segundo maior hospital da Região.

Os resultados propagandeados como positivos pelo Governo, escondem uma realidade dramática, pois fazem-se essencialmente através de recursos que não são do Serviço Regional de Saúde, o que significa que os problemas de fundo, os problemas estruturais e de modernização estão por fazer.

Sem resolver os problemas de base, mais cedo do que tarde, a falta de resposta de que as listas de espera são um sintoma, irá agravar-se.

O cheque-saúde aprovado no orçamento - uma nova medida emblemática e um (velho) sonho da direita - significa enviar doentes para o Hospital Internacional dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso!

O Orador: ... que o maior grupo de saúde privado do país - o grupo Mello - vai adquirir e para outros prestadores privados de saúde.

O Hospital Internacional que foi pago com 12 milhões de euros de dinheiro público, um terreno quase grátis, benefícios fiscais; que já recebeu 340 mil euros em apoios públicos para pagar salários, que vive dos recursos humanos especializados do SRS e agora terá clientes pagos pelos contribuintes. Um negócio do outro mundo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor nunca falou sobre isso!

O Orador: E ainda nos querem vender a ideia de que isso é complementaridade. Não há nenhuma complementaridade quando os hospitais não estão esgotados na sua capacidade nem muito menos quando os profissionais que vão operar no privado são os mesmos do Serviço Regional de Saúde.

Ficou bem claro esta semana o que significa deixar nas mãos de privados a saúde dos açorianos. A ISOPOR, a empresa privada a quem a Região entregou a medicina nuclear, pediu escusa de responsabilidade por alegada falta de comunicação com o Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um apanhado do Facebook!

O Orador: Não sabemos que motivos levam a mais este conflito na saúde, mas sabemos que um serviço desta importância não pode estar nas mãos de privados que, neste caso, beneficiaram também de avultados apoios públicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Serviço Regional de Saúde é, neste momento, um barco à deriva e vai funcionando não porque há um Governo, mas **apesar** do Governo e da sua atuação;

Deputado Gustavo Alves (PPM): Existe o Bloco.

O Orador: Apesar das lutas de poder entre os partidos da coligação pela tutela da saúde; apesar dos ataques de quem quer um SRS cada vez mais frágil e dependente de privados;

Apesar de tudo isto o SRS resiste! Resiste graças aos seus profissionais e porque as açorianas e os açorianos prezam muito o Serviço Regional de Saúde.

O caos criado pelo Governo na saúde deixará marcas profundas e que perdurarão no tempo. O Serviço Regional de Saúde precisa de investimento, modernização, valorização dos seus profissionais, condições de trabalho e respeito pelos utentes.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mas isso é só agora?!

O Orador: Este Governo, esta coligação e a maioria que os suportam, não têm nem capacidade nem a vontade para regenerar o Serviço Regional de Saúde. Eles são parte do problema.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está feita a declaração política. E estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, aqui vemos a obsessão do Bloco de Esquerda e do extremismo que mesmo com sistema regional de saúde pública caótico de largas dezenas de anos e que nós abrimos aqui uma oportunidade e até pedimos aos privados que devolvam aos Açores o investimento que os Açores fizeram, acham errado. Preferem - que fique muito claro, que os açorianos continuam em hospitais lotados, em listas de espera lotadas, mas não gostam que mandemos para aquilo que foi um investimento até Região. Eu não compreendo, os açorianos não compreendem. A autoria é do CHEGA, assumimos, e vamos sempre assumir. Nós não fazemos ziguezagues.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quando se pretende fazer uma declaração política, ficamos na expectativa de ser feita alguma declaração ou ser declarado algo politicamente relevante, de ser dado algum contributo positivo para um setor que todos sabem que tem os problemas que tem.

Mas pelo que já vimos nestes 2 anos de governação, da parte da coligação negativa de esquerda entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, o que dão é apenas mais problemas, mais problemas e mais problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Os problemas estão aí à sua volta.

O Orador: São um contributo de problemas.

Num setor com a dificuldade da saúde num setor com os constrangimentos e com os problemas estruturais que a saúde tem, problemas de subfinanciamento, de recursos humanos, de edifícios, de equipamentos, de alteração da estrutura etária da nossa população que adensam mais a exigência das respostas em saúde, os senhores são mais um problema, porque o tempo que temos que perder para vos responder, não estamos a resolver os problemas que têm de ser resolvidos.

Por isso, já todos percebemos. Os senhores estão do lado do problema. Os senhores vêm aqui, mais uma vez, com o drama, o horror, tentando criar na população um clima de medo relativamente ao sistema de saúde. É esse o vosso contributo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Foi assim na pandemia e continua a ser. Habitaram-se a pôr medo nas pessoas. E um dos grandes desafios que temos é exatamente este, o de promover a confiança do cidadão no seu serviço de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é um desafio imenso, mas é um desafio que cabe ao Governo, mas responsabilmente também deveria caber a todos aqueles que têm responsabilidades políticas, como são os deputados, porque o que temos aqui é um sistema de saúde que responde, como está a responder, comparativamente no tempo e no espaço, melhor. E os senhores o que dizem é que é um *barco à deriva*, incapaz e incompetente. Mas estamos a responder melhor do que se respondia antes.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E estamos a responder melhor aqui do que se responde lá fora.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): “Estamos” quem?!

O Orador: Lá fora são todos os dias urgências fechadas.

Eu percebo que para o Bloco de Esquerda e para o Partido Socialista, que são os semeadores da desgraça, estão muito chateados, muito incomodados, porque nos Açores não se fecha urgências. É uma chatice. Como é que eles conseguem ter urgências abertas?

Os senhores ficam preocupadíssimos com isso.

Como é que conseguimos ter urgências abertas?

O senhor cometeu uma enorme falsidade ao dizer “ao contrário do que o Secretário da Saúde referiu” que não ia não ia fechar urgências... mas a

seguir contradiz-se a si próprio, porque não fecharam urgências, ao contrário do que acontece a nível nacional.

Mas, Srs. Deputados, percebo que isso vos incomoda muito.

Deputado Berto Messias (PS): Não incomoda nada!

O Orador: Percebo que os bons resultados em saúde vos incomodam. E esse vosso discurso, essa vossa estratégia relativamente a esta matéria, bate e colide com os resultados que não correspondem em nada com aquele que é o vosso discurso.

Deputado António Lima (BE): Não tem liderança, não tem administrações.

O Orador: Este *barco à deriva* que os senhores dizem, é um *barco à deriva* que faz com que este Governo tenha mais 56.210 consultas realizadas do que nos outros anos todos.

Isto é verdade, há mais consultas em 2021 do que em todos os outros anos. Foi este *barco à deriva* que conseguiu isso.

O Secretário incapaz que o senhor diz que é, conseguiu que houvesse mais consultas de médicos especialistas em ilhas sem hospital do que nos outros anos todos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O que fez o Governo anterior, ao longo dos anos, foi diminuir as deslocações de médicos especialistas às ilhas, causando um enorme problema às pessoas que tinham de ir da sua ilha sem hospital para outra com hospital, ainda há pessoas assim, mas aumentámos o número de consultas.

O senhor está incomodado por haver mais consultas de médicos especialistas em ilhas sem hospital do que havia antes?! Isso é um mau resultado?!

Deputado António Lima (BE): Está tudo demitido na saúde.

O Orador: O quê?! Tudo demitido?

Consultas de médicos especialistas, há mais 4400 do que no ano anterior. Estamos a falar de diferenças de milhares. Não é mais uma ou duas consultas. E o senhor ri-se. Ri-se, porque já fez o seu papel que foi semear o problema.

Deputado Berto Messias (PS): Eu acho que quem semeia o problema não é ninguém deste lado.

O Orador: Eu estou a demonstrar com factos que cada um destes 4431 açorianos tiveram uma consulta na sua ilha que antes não tinham (são mais 4431), é uma pessoa, é um açoriano e estamos aqui é para cuidar dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nos exames complementares de diagnóstico acontece exatamente o mesmo, nada é por acaso, são consultas hospitalares, consultas em unidades de saúde nas ilhas sem hospital, meios complementares de diagnóstico; quanto aos operados, em 2021 temos mais operados do que nos anos anteriores e, note-se, 2021 foi um ano de grande impacto da pandemia, muitas cirurgias foram canceladas, muitas consultas canceladas, por efeito da pandemia. Mas, mesmo assim, apesar de tudo isso, mesmo com partidos que foram um contributo para o problema, mesmo contra tudo e contra todos, conseguimos ter melhores resultados.

É essa a nossa diferença e é isso que vos incomoda e que faz com que usem um meio como é a declaração política, para vir aqui propagar o medo.

Deputado António Lima (BE): Não ouviu o que eu disse.

O Orador: Sobre listas de espera, o senhor falou aqui em listas de espera e quem o ouve, parece que temos mais gente em lista de espera e que esperam mais tempo. Não é verdade!

Em listas de espera, temos menos 2410 açorianos em listas de espera do que quando tomámos posse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Para além disso, também é muito relevante e até mais do que mais do que o número de açorianos (que são menos) é o tempo em espera. Quando o Governo anterior saiu, o tempo médio de espera para uma cirurgia... o senhor não está a ouvir, o que é importante o senhor não quer ouvir.

Deputado António Lima (BE): Eu ouço é com os ouvidos!

Presidente: Sr. Secretário Regional, tem de terminar.

O Orador: Quando o Governo anterior saiu, o tempo médio de espera de uma cirurgia era de 540 dias; hoje, são menos 153 dias; em 2 anos, conseguimos reduzir em 153 dias as listas de espera, porquê? Porque estamos a fazer mais cirurgias.

De 2016 a 2020, em 4 anos, não é 1 ano por acaso, mesmo antes da pandemia, nos 3 hospitais desta Região, foram sempre realizadas menos cirurgias do que em 2021. Este é o ano (2021) em que foram realizadas mais cirurgias do que nos outros anos todos.

Deputado António Lima (BE): E quem é que as fez?!

O Orador: O que é que isto significa?

Significa um *barco à deriva*, demissões?

Deputado António Lima (BE): É um barco à deriva.

O Orador: Sr. Deputado em coligação com o PS...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: Vou terminar já.

Quem prova o que digo são as vossas declarações. O que o senhor disse e o que o PS vai dizer a seguir – todos já perceberam essa coligação negativa de esquerda. Os senhores, pensam tão alto que a gente ouve o que os senhores pensam.

Termino já, Sr. Presidente, para dizer que quanto às instabilidades, em 4 anos no Hospital de Angra, houve 4 administrações. Instabilidade é o que estamos a combater.

Para terminar, Sr. Deputado, os açorianos já perceberam, o senhor penso que também já percebeu, o meu foco é apenas resolver problemas.

Deputado António Lima (BE): Por isso é que o senhor desapareceu durante a crise!

O Orador: Faço isso com palavras, sobretudo com atos, mas também com silêncios. E pergunte aos médicos de todos os hospitais se acham ou não que o Secretário da Saúde esteve a resolver os problemas, como está a resolver os problemas da saúde, inclusive do Hospital do Divino Espírito Santo.

A todos os profissionais de saúde a nossa solidariedade, pelos ataques que constantemente a coligação negativa de esquerda nos Açores,

PS e Bloco de Esquerda, faz ao Serviço Regional de Saúde, aos seus profissionais e aos seus dirigentes!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Secretário, quem semeia problemas não é ninguém deste lado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Os sinais de degradação do Serviço Regional de Saúde...

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados da bancada do PS e PSD)

O Orador: Dá para rir, infelizmente, parece que sim.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Os senhores pensam tão alto que a gente até consegue ouvir!

O Orador: Sabemos que o Sr. Secretário-Geral da Saúde e Desporto começa a ouvir vozes, isso é preocupante.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Não sabem dizer outra coisa!

O Orador: Como eu estava a dizer, os sinais de degradação do Serviço Regional de Saúde são preocupantes e disso mesmo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já tem vindo a dar nota ao longo dos últimos

meses. Sinais de degradação que são potenciados pela irresponsabilidade e pela incapacidade deste Governo.

A irresponsabilidade é evidente para quem tanto criticou, e o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto teve a oportunidade de dizer isso pouco tempo depois de tomar posse enquanto Secretário Regional da Saúde Desporto, criticando o subfinanciamento no setor da saúde. Para quem tanto criticou e depois de prometer tudo a todos, propõe e faz aprovar o orçamento para 2023, em que reduz drasticamente a verba para as unidades de saúde poderem assumir e cumprir com as suas responsabilidades, efetivamente contradiz-se duma forma alarmante e traduz de forma evidente uma irresponsabilidade naquilo que diz e naquilo que faz.

Depois, há aqui a situação caricata de que ainda há poucos dias ouvíamos o Governo propalar um plano e orçamento para 2023 com endividamento zero e agora ouvimos *à boca pequena*, o Sr. Secretário junto, por exemplo, dos fornecedores, dizer que afinal não poderá cumprir com os compromissos que assumiu de pagar a dívida, conforme estava previsto e tinha sido público, porque agora a culpa é da Iniciativa Liberal, porque impôs um plano e um orçamento de endividamento zero.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso é falso!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Os senhores são mentirosos! Eu nunca disse isso em lado nenhum!

O Orador: Portanto, a irresponsabilidade nota-se também quando o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto - e eu próprio tive oportunidade de o desafiar aqui nesta sala de plenário – para ir ao Hospital do Divino Espírito Santo e reunir com os médicos, logo no início deste ano, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Já reuni várias vezes!

O Orador: E deixou arrastar a situação para o momento atual, em que nós estamos todos a viver e a assistir àquilo que se está a passar no Hospital do Divino Espírito Santo. E é interessante depois ainda haver outro nível de irresponsabilidade que é num momento em que o Serviço Regional de Saúde ou o Hospital mais precisou de quem tutela a pasta da saúde, o Sr. Secretário... eclipsou se!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Mas quem é que disse isso?! O senhor pergunte aos médicos!

O Orador: Nem o Sr. Vice-Presidente, nem o Sr. Presidente. O Sr. Secretário que era o responsável da pasta eclipsou-se e só foi visto nas redes sociais que é o seu mundo virtual.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): É muito baixo!

O Orador: Veio às redes sociais para justificar a sua ausência para Nova Iorque ou para Boston, já não sabemos nem queremos saber, mas o que é certo é que não estava cá na Região para dar resposta àquelas que eram efetivamente as necessidades.

Publicou um post no Facebook a defender-se perante uma acusação de um cibernauta de que efetivamente tinha ido para fora, mas que não tinha ido à custa do cartão de crédito do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E é isto o debate sobre saúde!

O Orador: Mas sobre a situação concreta daquilo que está a passar no Hospital de Ponta Delgada zero!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Baixinho, baixinho, baixinho!

O Orador: Não disse absolutamente nada nem ninguém ouviu.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): O senhor não me surpreende pela sua baixeza!

O Orador: Baixeza, Sr. Secretário?! Cuidado com os termos! Não é digno dum membro do governo utilizar esse tipo de terminologia.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Eu já vou explicar porquê!

O Orador: Mas... se me permitirem continuar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, permitam que o Sr. Deputado Tiago Lopes faça a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como eu estava a dizer, para além dum governo irresponsável, temos um governo incapaz. Incapaz de resolver os problemas que ele próprio criou, nomeadamente com o exemplo que acabámos de falar relativamente ao Hospital de Ponta Delgada.

Um governo que, ao contrário daquilo que propala, é incapaz de dialogar. E, aqui, temos também dois exemplos concretos. A Ordem dos Médicos tinha uma reunião agendada com o Sr. Presidente do Governo e com o Sr. Secretário Regional da Saúde – já sabemos o porquê de não ter não ter reunido com a Ordem dos Médicos, não estava cá – mas não reúne com a Ordem dos Médicos, nem reúne com ISOPOR, isto é, a empresa que está responsável pelos tratamentos através da medicina nuclear no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Baixinho, baixinho, baixinho!

O Orador: Não reúne!

Em reação ao comunicado de ISOPOR vem o Sr. Secretário dizer que reuniu em abril de 2021. Depois de sabermos que o equipamento estava avariado há 1 mês ou 2 atrás?!

E depois vemos uma *newsletter*, criada recentemente pela Secretaria Regional da Saúde Desporto, com fotografias do Sr. Secretário e do Conselho de Administração – diz o Sr. Secretário que não tem tempo para reunir com a ISOPOR – mas tem tempo para comer uma fatia de bolo quando o hospital faz 530 anos!

Portanto, a questão aqui é efetivamente a incapacidade de dialogar...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Ao que isto chegou! É baixeza total!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Mas o que é isto?!

O Orador: Se permitirem que eu possa continuar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Tiago Lopes possa fazer a sua intervenção. Mas tem de terminar, Sr. Deputado, porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Sr. Presidente, , Sras. e Srs. Deputados:

Este Governo efetivamente tem uma manifesta falta de jeito para resolver os problemas que ele próprio cria. Age atabalhoadamente, colocando tudo e todos em causa, mas sobretudo, e de forma mais preocupante, a confiança e a segurança dos açorianos. Essa é a questão que está aqui em causa. É esse o motivo com o qual este Governo se devia preocupar efetivamente em exercer as suas funções e em governar esta Região.

Para além desta responsabilidade e desta incapacidade, temos um Governo que, tal como o Sr. Secretário referiu na sua exposição, reporta-se sempre ao passado para não falar do presente nem falar do futuro.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Tenho pelo menos 3 minutos de tolerância, Sr. Presidente, atendendo aquela que foi a exposição do Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): O senhor agora é que determina as regras?!

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Para além de um Governo irresponsável, estava eu a dizer, e incapaz, temos um Governo que tem uma postura - se me permitem a expressão - que recorda tempos idos de há 30 anos atrás, uma postura sectária e arrogante relativamente às posições dos outros que os confrontam.

Já não é só o Grupo Parlamentar do PS, agora e também, desde logo, o Açoriano Oriental, na altura da pandemia, foi criticado por ter feito manchete relativamente àquilo que era uma situação vivida na altura, o Diário Insular, soubemos agora, que recentemente a Entidade Reguladora para a Comunicação Social deu-lhe razão, por uma notícia que foi publicada. Temos a Antena 1, ali o Sr. Secretário que criticou à Antena 1 por aquilo que foi...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Eu?!

O Orador: Não, foi o outro Sr. Secretário (das Finanças).

E temos também agora eventualmente o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto melindrado com aquilo que eu que eu disse, se calhar com a RTP-Açores, por aquilo que foi dito também por um comentador num dos programas recentes, em que tinha tido a informação que o Sr. Secretário estava demissionário e que teriam uma grande dificuldade em encontrar um substituto.

Portanto, é esta a postura da parte Governo, para com todos aqueles que que o fazem descer à terra e o confrontam com a realidade, este Governo tem uma manifesta incapacidade de lidar com todos aqueles que o

confrontam, já para não falar no setor e dos profissionais de saúde, que alertaram a tempo e horas para as dificuldades sentidas no setor. E se ao PS chamam de alarmistas, os profissionais de saúde foram chamados de “tremendistas”, foi a expressão utilizada pelo Sr. Secretário. Portanto, ninguém pode falar, ninguém pode opinar, porque vivemos num mundo maravilhoso, na ótica deste Governo, quanto ao Serviço Regional de Saúde.

Para terminar, Sr. Presidente...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Já vai longo!

O Orador: Ainda tenho um minuto, pelo menos.

Presidente: Sr. Deputado, o senhor tem de terminar, se faz favor, ou eu retiro-lhe o som!

O Orador: Vou terminar já de seguida, dizendo o seguinte, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os sinais e sintomas de degradação do Serviço Regional de Saúde são por demais evidentes.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Ao que chegou o PS!

O Orador: Potenciados pela manifesta incapacidade, incompetência, irresponsabilidade deste Governo em resolver os problemas que o próprio está a criar e, portanto, é com - não digo como satisfação, muito pelo contrário...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Não é?!

O Orador: ... com manifesta preocupação que eu afirmo o seguinte, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, a saúde neste momento na Região está doente. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu já estou cansado de todas as vezes que há um debate de saúde, os problemas do Sr. Secretário e o Sr. Deputado Tiago Lopes influenciam as discussões que aqui se passam. E, portanto, se os senhores têm eventualmente algum problema, têm de o resolver e não têm que estar permanentemente a influenciar os debates aqui se fazem, porque nem se ouve o que é que os senhores estão a dizer! Sr. Secretário Regional, pede a palavra para um protesto relativamente a quê?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Referências à vida pessoal...

Presidente: Eu não ouvi essas referências e não lhe vou dar a palavra para um protesto.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Nem para defesa da honra.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Oh Sr. Presidente!

Presidente: Eu Não lhe dou a palavra, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o senhor deputado Rui Martins, faça favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Muito obrigado Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, este debate provocado pela declaração política do Bloco de Esquerda, tem que resvalar aqui e eu não posso passar ao lado da daquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes, porque ele deu-me

aqui os melhores argumentos de todos. Fala em degradação da saúde, fala em segurança e fala em opinar, ou seja, liberdade de expressão.

Então vamos começar.

“Degradação da saúde”: Centro de Saúde de Velas, Centro de Saúde da Ribeira Grande e HDES. Sabe o que é que são? Condições terceiro-mundistas, que são o seu legado! Este é o seu legado! Seu!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Depois, relativamente às questões de segurança, vou começar com uma notícia do Açoriano Oriental de 2019:

“Presidente do Conselho Regional da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, Tiago Lopes”, que diz “está em risco a segurança dos cuidados de saúde prestados”. Isto são as suas afirmações em janeiro de 2013. E insiste que “o ponto a que chegou o hospital deve-se à má gestão por parte do conselho de administração” e que o mesmo deve ser remodelado. Estas foram afirmações suas. Para dizer que o senhor refere que agora é que há um problema da segurança dos doentes. A segurança dos doentes também havia no seu tempo, quando estava na Ordem dos Enfermeiros. E, posterior.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): **Principalmente** no seu tempo.

O Orador: Olhe, tenho aqui depois a sua nova *c’est l’amie*, da Ordem dos Médicos com quem o senhor foi reunir e agora parece que é porta-voz também da mesma, que é a Dra. Margarida Moura, na altura dizia: “Tensão na sala de espera da urgência do Hospital do Divino Espírito Santo”. Isto é em 2013 quando ela era presidente do conselho de administração.

Agora é muito sua amiga e agora o senhor acha que ela é uma pessoa credível e vem falar de produtividade, quando essa senhora se trabalhasse o que devia, à semelhança dos seus colegas, se calhar os indicadores do seu serviço ainda eram melhores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Sim senhor! Isso é espetacular!

O Orador: Alguém que faz 18 consultas por ano merece essa referência. Mas agora são muito amigos e agora a credibilidade da Sra. Dra. Margarida Moura já é de uma pessoa relevante, quando na altura o senhor pedia a sua cabeça. Está aqui dito “está em risco a segurança dos cuidados prestados”.

Relativamente a liberdade de opinião, eu devia perguntar ao Sr. Deputado Tiago Lopes quem é que demitiu uma diretora de serviço por pôr em causa a segurança de máscaras cirúrgicas simples em bloco operatório? Quem é que foi? Foi este conselho de administração por acaso?!

Quem é que demitiu uma diretora de serviço que pôs em causa a segurança em bloco operatório, porque só havia disponíveis máscaras cirúrgicas?! Foi o seu Governo, Sra. Deputada, o seu Governo e o seu o Sr. Deputado Tiago Lopes era Diretor Regional da Saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E tenho que dizer mais. A insegurança, e todas estas questões só surgiram agora com este Governo, não é?!

Vamos aqui ver. Açoriano Oriental, dezembro de 2020, diz assim: “Sindicato dos médicos ataca administração do HDES.

O Sindicato Independente dos Médicos aponta carência de médicos e condena atitude de prepotência e arrogância por parte do conselho de administração que gera queixas de trato desrespeitoso”.

Isto aqui foi o quê?!

Foi este conselho de administração?!

Deputado António Lima (BE): Quer que a gente leia as queixas que há agora?!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Sim leia!

O Orador: Então e leio, posso ler.

Vou-lhe ler as queixas que há agora.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Olha as queixas que há agora.

“Propostas cirúrgicas em lista de espera.

2018 mais de 8000; 2019 mais de 8000; 2020 não contamos; 2021 começa a baixar; 2022...pouco mais de 6000. Uma redução das listas de espera cirúrgica” . Isto é o trabalho do conselho de administração do qual o senhor diz que há muitas queixas. E sabe o que é que isto quer dizer?

Isto quer dizer que a saúde dos açorianos foi efetivamente posta no topo das prioridades e foram resolvidas as situações que não eram resolvidas há muitos anos e que não surgiram só na pandemia. Foram agravadas na pandemia, mas que já vinham de trás.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é o legado deste conselho de administração. E, por isso, devo dizer, para terminar, pois, também não terei mais tempo, obviamente, que até deixo aqui uma saudação ao trabalho prestado por este conselho de administração, pelos profissionais de saúde que o senhor diz que não estão com o conselho de administração e, pronto, efetivamente ele saiu, mas há algo que é factual: o anterior conselho de administração demissionário...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: termino já Sr. Presidente, conseguiu resultados que não se viam na Região há inúmeros anos e isso foi conseguido em colaboração, obviamente, com todos os funcionários daquele hospital que de outra forma não teriam conseguido aquilo que conseguiram. E aí os números falam mais do que aquilo que possa ser o ruído que o senhor quer introduzir nesta discussão!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata, faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

Aquilo a que temos assistido nesta Casa sempre que se fala de saúde - assistimos hoje outra vez - é algo de tão degradante que deveria envergonhar qualquer cidadão, muito mais um cidadão parlamentar eleito pelo povo dos Açores para estar aqui a defender os seus interesses.

Ninguém tem soluções para o Serviço Regional de Saúde. Mas todos têm questiúnculas que chegaram a ir até ao nível de estarmos a discutir quem paga o quê, com quem e quantas fatias de bolo come.

Isto não é discutir os problemas do Serviço Regional de Saúde e muito menos arranjar soluções para o Serviço Regional de Saúde!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Menezes*): Muito bem!

O Orador: Os erros graves que foram cometidos nesta Região e que continuam a ser cometidos, não se resolvem enquanto os 57 Srs. Deputados desta Casa mais os Membros do Governo discutirem questiúnculas sobre quem paga o quê e quem come o quê!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Menezes*): Quais questiúnculas?! Daqui não.

O Orador: Certamente não é esta a solução.

Tem razão, Sr. Presidente. Sempre que trazemos problemas da saúde a esta Casa, o debate centra-se em questões pessoais, em ataques pessoais...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Menezes*): É verdade!

O Orador: ... e em questões que nada interessam nem ao Serviço Regional de Saúde, nem à Ordem dos Médicos, porque ninguém tem nada a ver quantas consultas fazem, nem sequer tem a ver com questiúnculas sobre quem paga o quê ou quem paga o quê!

Enquanto isto, sofrem os cidadãos, sofrem os utentes e ganham principalmente os *lobbies* que estão instalados na saúde.

Esta é a questão que nós temos que enfrentar.

Não há articulação entre o Serviço Regional de Saúde e os privados, coisa que já devia haver há anos.

Deputado António Lima (*BE*): Não há? Há muita!

O Orador: Os problemas crónicos de desorçamentação continuam.

O subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde é o maior problema que ele tem, não tenhamos dúvidas.

Nós não temos dinheiro para pagar o Serviço Regional de Saúde. Ponto!

A autonomia político-administrativa da Região Autónoma dos Açores falhou! Tal colmo eu disse naquela tribuna no primeiro discurso que fiz nesta Casa. Ninguém queria acreditar. Era ver os que estavam sentados à frente, mais os que estavam sentados aqui a dizer que não com a cabeça.

Está aqui a dura realidade.

A autonomia da Região Autónoma dos Açores não tem capacidade sequer para pagar a saúde dos açorianos. Está hipotecada à República há muitos anos.

Deputado Carlos Silva (PS): Baixa os impostos.

O Orador: Perguntem em aparte o Sr. Deputado Carlos Silva, quais são as hipóteses?

Não fazer disparates, não construir elefantes brancos.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu não disse isso.

O Orador: Tanta coisa que foi tão mal feita e que poderia ter sido canalizado para o financiamento da saúde, tanto dinheiro que foi gasto e que está gerando ainda mais pobreza do que aquilo que era suposto gerar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Mas eu nem vou entrar por aí, porque já aqui esta semana disse que não vou olhar mais para o passado. Temos que olhar para frente. Temos que olhar para diante. Era o *slogan* da campanha do Partido Socialista que eu não vou repetir.

Agora, não podemos é continuar, sempre que temos um problema grave pela frente, com questiúnculas, com ataques pessoais, sem apresentarmos soluções aos açorianos.

Nada disto nos traz solução! E sabem onde é que vamos chegar?

Vamos chegar a uma triste realidade que eu já dizia há uns anos atrás sobre algumas especialidades nalgumas ilhas.

Eu dizia, e continuo a dizer, que muitas vezes o melhor serviço de saúde que nós temos é o avião. Vamos chegar ao ponto em que precisaremos de ter aviões para irmos todos ter consultas a Lisboa, porque não conseguimos ter Serviço Regional de Saúde.

Este é o drama que a saúde encara neste momento.

Presidente: Agradeço que termine.

(Aparte inaudível da Deputada Andreia Cardoso)

O Orador: Sim, Sra. Deputada Andreia Cardoso, o drama, a tragédia, o horror. já sei que gostam muito, eu imito bem, se quiser ainda faço uma imitação melhor, mas não é isso que importa discutir neste momento.

O que importa discutir, neste momento, é que de facto o Serviço Regional de Saúde tem problemas graves, estão identificados, todos nós sabemos quais são, por isso não vale a pena estarmos aqui com questiúnculas pessoais. Temos é que nos unir para resolver o problema mais grave que os Açores enfrentam neste momento.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Peço desculpa, Sr. Presidente, falha minha, pedi a palavra quando não devia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tem razão, Sr. Deputado Nuno Barata.

Tem razão quando diz que, infelizmente, o que nos trazem aqui alguns debates da saúde é um triste espetáculo...

Deputado Nuno Barata (IL): Os senhores também. Não vá por aí!

O Orador: ... que nos é brindado por parte de quem, ao invés de se preocupar com o estado em que deixou as coisas e aquilo que é o trabalho que tem sido feito pelos profissionais de saúde, preocupa-se, sim, em fazer ataques pessoais, em trazer mexericos e *diz que disse* e o *diz que disse* à boca pequena. E, sim, Sr. Presidente, dizer à *boca pequena* é muito mais do que 90% dos protestos feitos pelo Partido Socialista nesta Casa.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Para nós é triste que o debate da saúde vá por aí.

Olhe, nós não nos lembramos, nem provavelmente a maioria dos açorianos se lembra, quem foi a última Secretária de Saúde do PS. Mas toda a gente sabe quem é que em plena pandemia, abandonou o lugar, demitiu-se e disse que não estava disponível para servir os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Ah e isto não são ataques pessoais?!

O Orador: Isso toda a gente se lembra quem foi.

Que contributo trouxe o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista, a oposição, a este Plenário e ao debate sobre a saúde?

Que contributo é que os senhores, enquanto oposição, trouxeram?

O que é que os senhores quiseram vir aqui dizer?

Aquilo que andam a dizer há semanas?

Que vai vir aí o caos.

Deputado António Lima (BE): O caos já se instalou!

O Orador: Que o caos está instalado.

Que não há acesso, nem vamos ter cuidados de saúde.

Esse é o vosso desejo.

O vosso desejo é que os Açores seja igual àquilo que vocês produzem na República.

Deputado António Lima (BE): Os senhores criaram o caos!

O Orador: Na República temos: “Caos nas urgências, muitos médicos abdicaram de férias de Natal, mas não chega”. “Incumprimento dos tempos de espera aumenta nos cancros e nas cardiologias”. “Médicos rejeitam especialidade-pilar nas urgências”. “Caos nas urgências do Amadora Sintra”. E depois, claro, o Ministro da Saúde rejeita qualquer caos na saúde do continente e nas urgências.

Deputada Vera Pires (BE): Aqui é o Secretário que rejeita.

O Orador: Os tempos de espera nas cirurgias e consultas aumentaram acima daquilo que era em 2021.

Os senhores na República pioram em tudo.

Os senhores têm um verdadeiro caos instalado na saúde e querem por força que se crie a ideia de que este Governo é igual ao da República e que está instalado o caos na saúde dos Açores. E isso é lamentável por parte de partidos com a vossa responsabilidade. Porque a questão é que os resultados apresentados por este Governo, dão-nos confiança, dão confiança aos Açores e isso é o que os senhores deviam enaltecer, o bom trabalho que está a ser feito, porque isso também atrai profissionais de saúde, dá-lhes boas condições de trabalho. Mas os senhores instigam a mentira, instigam o pânico, instigam o ódio e até as invejas entre ilhas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Nem vou falar da radioterapia para não criar aqui mais problemas.

Os senhores instigam a discórdia!

Isso não é tratar da saúde dos açorianos!

Isso é falta de respeito por aqueles que sofrem com condições de saúde nestas ilhas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós sabemos bem, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Sr. Deputado Tiago Lopes, responsáveis pelo estado em que deixaram alguns centros de saúde, alguns edifícios e algumas instalações e o estado em que deixaram o Serviço Regional de Saúde.

Nós sabemos bem o que custa em ilhas pequenas, aquilo que os senhores fizeram com as deslocações dos médicos especialistas, praticamente acabaram com elas.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): É verdade!

O Orador: Nós sabemos bem o que é viver com isso nas ilhas sem hospital.

Nós sabemos bem o que é, Sr. Deputado Nuno Barata, ter que estar sempre a apanhar o avião para ir ao médico. Nós sabemos bem o que é viver com isso. Estes senhores deixaram-nos uma herança pesadíssima nesse sentido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E a recuperação tem sido magnífica por parte do Serviço Regional de Saúde. Tem sido excelente para tratar os doentes das nossas ilhas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É lamentável, é triste que neste Parlamento, quando se fala sobre saúde, não haja a capacidade de reconhecer o trabalho que tem sido feito pelo Serviço Regional de Saúde e bem conduzido por este Governo na governação dos problemas que têm surgido em todo o país e que nós, felizmente, estamos muito longe, mas muito longe mesmo, de ser tão incompetentes como os senhores são!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Acho e tenho a convicção de que a política tem que ser feita com coragem e não tem que se dizer aquilo que é politicamente correto ou que

protege mais o político quando, em determinado momento, não é de bom tom ou não é favorável dizer algumas coisas.

Eu vou dizer o que penso sobre este assunto, seja ele politicamente benéfico para mim ou não seja para o meu partido. O que eu digo é aquilo em que eu acredito.

Quero começar por homenagear uma médica que é a Dra. Cristina Fraga, que fez um grande trabalho à frente do Hospital em Ponta Delgada.

Deputado Pedro Neves (PAN): Claro! Por isso é que a deixaram cair.

O Orador: Quero deixar-lhe aqui a minha homenagem.

Quero deixar aqui o meu reconhecimento pelo trabalho que a Dra. Cristina Fraga fez ao longo do mandato que exerceu.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Disse-o antes, digo-o agora, direi depois. Nada me condiciona a dizer aquilo que penso. Nada, absolutamente nada me condiciona a dizer aquilo que penso sobre o trabalho que esta médica de exceção realizou à frente do Hospital em Ponta Delgada.

Os resultados estão aí. Os resultados são visíveis. Se há uma redução de listas de esperas na Região Autónoma dos Açores – que existe! - é com o contributo enorme da parte do Hospital de Ponta Delgada, que apresentou resultados excepcionais a esse nível.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Dizia o Bloco que há um problema também com os privados. Porque o Bloco, do ponto de vista ideológico, não reconhece nenhum papel aos privados no âmbito do funcionamento do sistema de saúde.

Deputado António Lima (BE): Isso não é verdade!

O Orador: Foi o que o senhor disse!

O que lhe quero lhe perguntar, Sr. Deputado, é o seguinte:

Foi a atual Presidente do Conselho de Administração que permitiu algum tipo de vantagem, beneficiou ou potenciou algum tipo de vantagem aos privados na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente em São Miguel?

O que eu lhe peço é que diga claramente se existiu da parte da Presidente do Conselho de Administração, esse comportamento?

Diga claramente se existiu, identifique-o e descreva-o!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Seja homem!

O Orador: Diga claramente, como e quando é que existiu o benefício, ou qualquer tipo de atitude, de procedimento, de tomada de decisão que tenha beneficiado ilicitamente os privados?!

Deputado António Lima (BE): Eu não disse nada “ilicitamente”. Veja lá o que é que diz!

O Orador: Eu não estou a dizer que o senhor disse!

O senhor tem sempre que interromper os outros...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Seja democrata, oiça as pessoas! Deixe que cada um possa expor os seus pontos de vista.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Disse, disse!

O Orador: Eu estou a desafiá-lo a dizer, porque o senhor acusou que existe conluio com privados. E eu estou-lhe a pedir que identifique e descreva concretamente como é que essa situação surgiu?

É um desafio que lanço, para não ficarmos pelos boatos. E já que estamos a falar de boatos e conversas, Sr. Deputado Tiago Lopes, a sua intervenção não trouxe uma solução, não trouxe uma análise.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): É verdade, nada!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Menezes*): Nada, zero!

O Orador: Dizia V. Exa. para resolvermos os problemas estruturais. Mas eles surgiram nos últimos dois anos, os problemas estruturais em relação ao sistema regional de saúde?!

Os problemas estruturais surgiram agora?! Ou vêm de V. Exa. que teve responsabilidades no Governo anterior, tal como muitos membros que aqui se sentam e que não resolveram esses problemas estruturais que tinham a ver com o subfinanciamento do sistema regional de saúde, com a Saudaçor, com a dívida que foi criada?

Eu lembro-me de que em 1996, V. Exas. começam a exercer as funções com um sistema regional de saúde limpo, a zero, relativamente às dívidas. E nós agora herdámos um sistema regional de saúde que está absolutamente condicionado pelas dívidas acumuladas ao longo de todos estes anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E o que eu vejo, Sr. Deputado, é que o senhor vem com historietas, com boatos, com *dizem que, aquele diz que*. Isso não é nada.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Nada, zero!

O Orador: Este tipo de argumentos não pode prevalecer no debate parlamentar. No debate parlamentar, fala-se de factos. não se fala de conversas que não se podem provar, a menos que exista alguma prova concreta e factual de que essa conversa corresponde à realidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Finalmente termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte:

Pode criar-se uma perceção, um ruído público em relação ao funcionamento do sistema regional de saúde, mas os dados concretos, os factos, demonstram inequivocamente que o Governo Regional tem resolvido um grande conjunto de problemas que afetavam o sistema regional de saúde.

Temos listas de espera mais pequenas. Temos tempos de resposta mais rápidos. Estamos a fazer intervenções em edifícios absolutamente degradados, como nas Velas e também na ilha do Corvo, onde tínhamos um edifício absolutamente degradado, sem condições para uma resposta efetiva. Estamos a contratar mais enfermeiros, mais médicos. Temos mais recursos. Temos uma grande percentagem do orçamento da Região que está afetada para dar resposta aos problemas do sistema regional de saúde - quase 25% dum esforço muito significativo que estamos a fazer - os dados são factualmente melhores.

Os senhores podem fazer um discurso que não corresponde à realidade. Mas os factos demonstram que há uma melhoria muito significativa em apenas dois anos no sistema regional de saúde.

Isso é que é importante e esta é a verdade.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que dar total razão ao Sr. Presidente da Assembleia, por aquilo que foi dito. Isto não é de agora, não é inédito e sempre que falamos da saúde, vemos *bolas mandadas* de um lado para outro...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Eu não *mandei bola* nenhuma!

O Orador: ... nomeadamente o Sr. Secretário e o senhor ex-Diretor Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): Mas eu não disse nada sobre a vida pessoal do Sr. Deputado.

O Orador: Temos aqui um grave problema e depois esquecemo-nos dos açorianos, esquecemo-nos dos nossos utentes. E onde deveríamos fazer uma ponte entre todos os partidos para beneficiar os nossos açorianos, isso não acontece e começamos com quezílias pessoais, com ataques pessoais.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Qual foi o ataque pessoal?

O Orador: Eu não estou a falar diretamente para si, Sr. Secretário, estou a falar para todos. E vemos ataques que até são sujos e eu próprio tenho vergonha.

Vou tentar até não falar de boatos e falar, sim, sobre aquilo que foi falado aqui por vários Deputados sobre o que aconteceu nos bastidores, mas na realidade, o Conselho de Administração é que se demitiu, não foi o Governo que demitiu o Conselho Administração. E aqui há uma grande diferença. Por outro lado, e apesar da declaração política do Bloco de Esquerda, que falou das horas extraordinárias e de que houve um problema, não houve problema nenhum. Este Parlamento tentou foi beneficiar os médicos, foi exatamente o contrário.

Em relação ao problema a seguir é que discordo completamente, quando se diz que o Governo Regional está a fazer o melhor para a saúde regional. Não está. Isso é completamente mentira. Aliás, quando o novo Governo Regional, como um todo, se mete na saúde, temos um problema. Isto, porque os médicos não tinham problema nenhum com o Secretário da Saúde, gostam até bastante do Secretário de Saúde. O problema é quando o Governo Regional, como um todo, se mete na tutela do Sr. Secretário Regional de Saúde, esse é que é o problema, esse foi o problema que nós vimos todos.

O Sr. Secretário da Saúde teve o voto de confiança do PAN pelo trabalho que está a fazer, pela sua dedicação a tudo aquilo que está a fazer. O problema é quando este Governo Regional poderá perder o Secretário Regional da Saúde, quando ele já não tiver estômago para levar com estes problemas todos. Esse é que será o problema. E depois temos o PS que ainda não percebeu e está-se completamente a borrar para os utentes açorianos, quer é este ataque político. E o Sr. Secretário Regional da

Saúde vai na conversa e começa também com os ataques pessoais. Esse é que é o problema. Ninguém ganha com isto.

Se eu concordo com tudo que o Sr. Secretário da Saúde faz, não, longe disso e tenho que *engolir alguns sapos*, obviamente.

Também podemos falar do Conselho de Administração do Hospital da Horta, pois também não percebi essa, mas é o que acontece na vida - e nós somos políticos - e isso é o que tem que acontecer. Mas há muitas coisas, sem dúvida, que têm de melhorar e que só podem melhorar connosco, como um todo, com todos os partidos, porque estamos a falar dos utentes, não estamos a fazer política na saúde. A saúde é demasiado importante para nós fazermos *politiquices*.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Para um protesto.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Protesto a...?

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Na medida em que o Sr. Deputado Pedro Neves, na sua intervenção, disse que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se está a *borrifar* para os utentes.

Presidente: Não lhe vou dar a palavra para um protesto.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para encerrar a declaração política.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda fez esta declaração política com o intuito não só de debater nesta Casa o problema de maior gravidade que já surgiu no serviço Regional de Saúde nos últimos anos, mas também para ouvir da parte do Governo que está representado, soluções para alguns dos problemas imediatos que são necessários, nomeadamente...

Deputado Flávio Soares (PSD): Quais soluções?

O Orador: ... já lá vamos, às substituições das administrações que estão demissionárias ou demitidas. Mas o Governo acha que tudo o que se debate nesta Casa, são ataques pessoais e que debater a saúde resume-se a ataques pessoais. Não houve, Sr. Secretário, nenhum ataque pessoal na intervenção que fiz daquela tribuna. Houve avaliações políticas da atuação do Governo. E se o senhor lida mal com isso, e se o Governo lida mal com isso, então... habituem se.

Relativamente às intervenções, nomeadamente do CHEGA e do PPM, gostaria de dizer algo sobre a relação com o Hospital Internacional ou com outros prestadores privados. Aquilo que esta maioria aprovou, em termos de princípio, que foi aquilo que eu disse naquela tribuna, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não falei em situações ilícitas coisa nenhuma, como o senhor disse, não é nada de ilegal. O que não quer dizer que seja, do nosso ponto de vista, aceitável politicamente, porque o que os senhores aprovaram, e querem fazer, aliás, o autor (pelo menos moral) da proposta do cheque saúde, assim o afirma, é dar um cheque aos doentes, para enviá-los a um prestador privado. E na ilha de São Miguel, o único que existe para cirurgias é – como diz o Sr. Deputado – o Hospital Internacional. E aquilo que eu disse, e reafirmo, é que os profissionais que trabalham e operam no Hospital Internacional de São Miguel, o HIA dos Açores, são profissionais do Hospital de Ponta Delgada. Se os

senhores acham isso bem, se acham que em vez de se esgotar a capacidade do Hospital de Ponta Delgada e aumentar a sua capacidade de produção, se vá pagar ao hospital privado para resolver o problema das listas de espera, se acham bem, o Bloco de Esquerda não acha bem.

Deputado José Pacheco (CH): É isso que estão a dizer aos açorianos: morram!

O Orador: O Bloco de Esquerda acha bem, sim, que se invista no Serviço Regional de Saúde e se criem as condições para que seja possível resolver o problema às pessoas rapidamente no Serviço Regional de Saúde, porque ainda é possível fazê-lo, isto é, esgotar a capacidade do Serviço Regional de Saúde, a capacidade de resposta e aí se essa capacidade estiver esgotada e não houver outra, ponderar então outras soluções. Mas não é isso que os senhores querem.

(Protestos impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS e o Deputado José Pacheco)

O Orador: Mas o que eu esperava... Sr. Presidente, eu gostava de poder continuar.

Presidente: E eu também gostava que o senhor continuasse.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Aquilo que eu esperava do Sr. Secretário, não era que o senhor debitasse os números de sempre e a cartilha de sempre.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Menezes): São todos os meses números novos.

O Orador: Aquilo que eu esperava era que o senhor dissesse quando e quem é que vai nomear para a nova Administração do Hospital de Ponta Delgada? Quando e quem é que vai nomear para a Administração

da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel ? Quem é que vai nomear para, por exemplo, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros que também está demissionário?

Aquilo que pergunto é: quem é que não está demissionário na Secretaria Regional da Saúde? É que parece que toda a gente está demissionária. Quem é que não está demissionário?

Gostaria também de saber se o senhor acha que é positivo ter um Serviço Regional de Saúde que tem duas instituições muitíssimo responsáveis, mais de metade de toda a atividade, sem administração?

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Mas quem é que disse isso?! Sem administração???

O Orador: Se acha que isso é positivo, então, Sr. Secretário, nós temos noções muito diferentes do que é ser positivo.

Ouvimos aqui algumas manchetes de notícias antigas, para justificar que agora está tudo bem e que não há nenhum problema, não há nenhum caos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não é verdade!

O Orador: Então os senhores acham normal que 21 dos 25 diretores de serviço se tenham demitido?! Isso não é caos? Isso não é problemático?

Acham normal que uma dirigente sindical diga que mentiu, induzida em erro, pelo Presidente do Governo Regional, quando disse que as urgências estavam garantidas?! Acham normal que tenha sido induzida em erro pelo Presidente do Governo Regional?!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isso é mentira!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Eu não acho normal é o senhor continuar a falar e já não ter tempo!

O Orador: Bem, a vossa noção de normalidade e de resultados positivos está muito longe, felizmente, da nossa.

De facto, e termino já Sr. Presidente, nós vemos com **enorme** preocupação esta falta de liderança e de gestão e esta ausência política - porque é disso que se trata - da saúde e da tutela da saúde no Serviço Regional de Saúde que precisa dum Secretário Regional da Saúde, precisa duma tutela da saúde. Não precisa de lutas de poder entre o CDS e o PSD!

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso não é sério! – faça agora o protesto que quiser!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é de uma hipocrisia!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Está, assim, encerrada esta declaração política. Avançamos para a próxima.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para fazer a sua declaração política.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estes são tempos de incerteza que nos obrigam a grande firmeza. Incerteza pelas consequências desta guerra, mesmo que longínqua, mas que tem trazido fortes malefícios às famílias açorianas, quando já se achavam a sair de uma crise pandémica.

Nas crises não somos nós, os políticos, os governantes, os que mais sofrem. Até arrisco a dizer que somos aqueles que menos sentimos os seus efeitos. O pior que nos pode acontecer é sermos rejeitados pelo povo do cargo que ocupamos. Numa crise, são as pessoas, as famílias, especialmente as mais pobres, aquelas que mais sofrem, mesmo que em silêncio.

O compromisso solene que fizemos de os proteger e de os defender é nestas alturas que mais faz sentido. É obrigação de todos nós que aqui estamos, de fazer mais e melhor por aqueles que em nós depositaram a confiança. Se tal tarefa falharmos, podemos dizer que democracia falhou. Neste novo tempo de incerteza, uma das grandes apostas que os Açores fazem no turismo, poderá ver a sua dinâmica diminuída ou até mesmo revertida. Todos sabemos que quando não há ou pouco temos de dinheiro para as necessidades imediatas, certamente não o teremos para viajar. É algo que o senso comum nos obriga a sentir como verdade, não valendo a pena fingirmos ou entrarmos em demanda inúteis. Como diz o Povo: “quando não há, até o Rei Perde”!

A verdade seja dita, se os Açores têm turistas e turismo não é por ter uma estratégia forte e segura para este sector, mas sim por termos algo de muito valioso que são estas belas ilhas, com as suas boas gentes de costumes e tradições singulares.

Assim sendo, continuamos à espera de um plano que divulgue este belo espaço arquipelágico pelos quatro cantos da terra, que atraia, cada vez mais, um turismo de qualidade, gerador de riqueza e que alavanque a nossa economia, mas especialmente a nossa sociedade desigual e empobrecida.

O passado deve sempre nos ensinar algo e as lições da monocultura da vaca não se podem voltar a repetir. Esta terra só sobreviverá se soubermos manter com dinamismo vários sectores, com especial relevo para alguns que são evidentes e pouco dependentes do exterior.

Neste sentido começaria pelas pescas. Um sector que grita há largas dezenas de anos, empobrecido, desamparado, até mesmo olhado como inferior, algo inaceitável. Algo que não podemos compreender quando o nosso maior território é o marítimo.

Quanto à agricultura e à lavoura o futuro é incerto, mas teremos sempre condições para, à nossa dimensão, ter o que tirar da terra ou da vaca. Mas como «não só de pão vive o homem», também a nossa pecuária tem de evoluir e serem acarinhadas outras áreas como as ovelhas e borregos, as nossas culturas mais evidentes como as meloas, mas sem tirar o foco de testar novas culturas que aqui o chão poderá ser próspero, mas tardamos em investir na investigação.

Mas se tudo é importante, relembro que são as pessoas as mais importantes em tudo e em qualquer contexto. Pouco serve uma boa economia ou um ambiente fantástico, se não tivermos pessoas ou se as tivermos descontentes.

E pessoas são os nossos idosos, alguns a viverem com míseros 300 euros mensais. Questiono aos senhores e senhoras deputadas, conseguiriam viver com esta quantia? Suponho que não.

Também não podemos esquecer as nossas crianças, abrindo o caminho para o futuro livre dos malefícios dos tempos modernos, mas com perspectivas de emprego, boa formação e dignidade, seja qual for a profissão que escolham, quer sejam pedreiros, lavradores, pescadores, médicos, professores ou engenheiros.

Tudo é bom quando a recompensa também é boa. Tudo é mau quando a única opção de vida é passar largos anos de juventude agarrado aos livros porque, caso contrário, no suposto patamar abaixo serão sempre pobres e cada vez mais rejeitados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Já é tempo de dar dignidade social e salarial tanto às profissões tradicionais como às com o dito “canudo”. Nascemos iguais, morremos iguais, mas pelo caminho não estamos a ser tratados como iguais.

Se os tempos são incertos, então teremos de ser certos na nossa firmeza. Se me permitem, deixo aqui este desafio que o CHEGA está e sempre estará pronto a abraçar, venha de onde vier, venha de quem vier.

Finalmente, desejo, em meu nome e do CHEGA-Açores, a todos os Açorianos um Santo Natal e um Feliz Ano Novo.

Que Deus proteja a Pátria Açoriana, a Família e o Trabalho, para que nunca nos falte o pão na mesa.

Disse!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está feita a declaração política.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta declaração política o Sr. Deputado José Pacheco apresentou um conjunto de preocupações do ponto de vista da justiça social e do ponto de vista do crescimento económico da Região.

O que tenho a dizer sobre esta matéria é que os resultados que alcançámos até ao momento num contexto tão difícil como aquele que estamos a viver, são resultados que animam aquilo que o Governo está a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, temos neste momento, o maior número de sempre de trabalhadores empregados, o que é um dado muito significativo, porque em circunstâncias tão difíceis como aquelas que estamos a ultrapassar, o pior que podia acontecer às famílias era terem de enfrentar estes tempos

de crise, de restrições tão grandes, não tendo emprego, não tendo um salário. E isso é algo que é muitíssimo importante.

Os números do desemprego também são bons. Temos os resultados referentes ao desemprego que são os mais baixos dos últimos 14 anos. É possível melhorar, têm de ser melhorados, como é evidente.

Nós temos consciência da situação que estamos a enfrentar. Mas graças a Deus, não temos um governo a explicar que os resultados estão a diminuir em relação ao passado recente, que são piores em relação a um passado recente, os resultados apesar deste contexto tão difícil, são melhores.

Por isso, o que é necessário fazer é manter este ímpeto, melhorar ainda mais as nossas respostas, aprender com aquilo que de melhor está a ser feito no conjunto do País e da Europa, do ponto de vista do combate destas circunstâncias tão difíceis e melhorar o conjunto das respostas que já foram testadas ao longo destes dois anos e que tiveram resultados eficazes, aumentando até o seu impacto e intensificar as medidas que estão a ter melhores resultados.

Por isso, obviamente, partilho com V. Exa. a preocupação em relação a estes tempos. Mas também lhe digo uma coisa, Sr. Deputado, digo-lhe que nestes tempos, não pode prevalecer o derrotismo, a crítica, apenas pela crítica. O que tem de existir é uma postura aguerrida por parte do Governo e de todos os agentes políticos, económicos e sociais, no sentido de apesar de sabermos que a conjuntura é má, estarmos aqui para aguentar este barco e para dar tudo por tudo, para que os resultados sejam bons para os Açores e para os açorianos, porque isso é o que interessa. A mim não me interessa se os resultados são bons para o Governo. A mim o que me interessa é que eles têm de ser bons para os açorianos. E é nesse

foco que temos que estar todos concentrados, Sr. Deputado, é isso que nós estamos a fazer.

Veja, por exemplo, uma questão que eu sei que lhe é cara que é o rendimento social de inserção que, sem reduzir os direitos de ninguém, sem alterar absolutamente nada no quadro legislativo, se conseguiu que os resultados diminuíssem para valores de há 20 anos, ou seja, de há 2 décadas. É um resultado que também tem a ver com a capacidade de fiscalização do Governo de encontrar situações de ilicitude e, obviamente, também tem a ver com as medidas que tiveram um impacto direto na economia e no emprego.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: E, por isso, é muito importante que este resultado esteja a ser alcançado.

Sr. Deputado, o que eu constato é que, apesar do ruído da oposição política que muitas vezes tenta acentuar alguns sinais menos favoráveis, alguma perceção menos favorável, quando olhamos novamente para os factos, o que percebemos é que a estratégia tomada é correta. E vou-lhe dar mais um exemplo, que foi a redução de impostos. Quando apostámos na redução de impostos, o Partido Socialista dizia “bem, nós agora estamos aqui a perder um conjunto de receitas que vão ser necessárias para a Região e dar um conjunto de respostas para uma situação que se avizinha mais difícil, vai ser o caos”.

Afinal, o que podemos constatar é que através da redução dos impostos, projetámos a atividade económica que junto dos privados e de todos os agentes empresariais e sociais, permite-nos alcançar estes resultados. Não foi a política do subsídio, foi a política da aposta no crescimento económico.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, por isso, esta estratégia revelou-se correta.

Portanto, Sr. Deputado, o que lhe posso dizer – terminando já Sr. Presidente – é que partilho da sua preocupação em relação à justiça social, em relação às políticas que têm que ser implementadas no âmbito do nosso sistema económico e numa situação tão difícil. Mas também lhe digo que tenho visto que temos a estratégia correta, temos que melhorar e trabalhar mais ainda, mas enfrento o futuro com otimismo.

Vamos triunfar. O Povo dos Açores vai triunfar como sempre triunfou.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Pacheco:

Trouxe-nos aqui uma declaração política em que salienta alguns constrangimentos e dificuldades nas famílias, quer no panorama regional, quer nacional e até internacional.

De facto, esta situação internacional tem obviamente reflexos na Região Autónoma dos Açores. Mas também lhe digo que quando isso aconteceu,

as famílias açorianas já estavam um pouco mais preparadas do que as famílias do restante território nacional para enfrentar esta crise.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Desde logo, com a descida de impostos e mais dinheiro no bolso das famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais capacidade de resistência à crise. Menos dinheiro no bolso do Governo. Tomámos uma medida certa com a descida de impostos e com uma proposta de um parceiro de incidência parlamentar.

Temos, neste momento - e já vinha numa trajetória descendente - o apoio às creches que seriam gratuitas no final da Legislatura. Mas resolvemos já tornar a creche gratuita para todas as famílias dos Açores. Fica mais dinheiro no bolso das famílias para, por exemplo, poderem fazer face à prestação da casa que pode aumentar.

É uma grande ajuda à classe média, portanto, a classe média paga menos impostos e tem mais dinheiro nos bolsos por via destas duas medidas. São duas medidas muito significativas e o impacto, nessa medida, numa família de classe média que ganhe 2000 ou 2500 euros por mês, é muito significativo. É uma poupança muito significativa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E este Governo está orgulhoso de ter um orçamento e uma política de grande pendor social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas também atendemos aos mais frágeis com as bolsas de estudo para o ensino superior, para que aqueles que não podiam ir porque não tinham capacidade, têm uma bolsa de estudo para o ensino superior. Este ano vamos ter 300 estudantes apoiados. É uma grande ajuda às famílias.

Queremos mais, é verdade. Mas vamos sempre neste caminho de proteger os mais frágeis, nunca esquecendo a classe média que foi sempre, ou quase sempre, esquecida.

Temos também os idosos.

Sr. Deputado José Pacheco, é com orgulho que lhe digo que, por exemplo, o COMPAMID, que aumentou praticamente para o dobro desde 2020 para 2023. Será o dobro que os beneficiários do COMPAMID vão ter à sua disposição. É uma grande ajuda, para que ninguém chegue à farmácia e não possa levantar os seus medicamentos, porque não tem dinheiro. Agora podem levar os medicamentos e serem tratados condignamente. Estou muito orgulhoso por isso e este Governo também.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mas, Sr. Deputado, ajudar os mais frágeis e os mais frágeis dos mais frágeis na minha opinião são os idosos, aqueles com reformas - como muito bem referiu na tribuna - muito pequeninas, reformas da República muito pequenas. E repare que numa reforma de 227 euros nos Açores, receber 97 euros é muito bom. É uma grande ajuda passar de 54 para 97 euros, o cheque pequenino é, neste momento, um cheque maior

nos Açores, é um **cheque grande**, é uma grande ajuda para aqueles que mais precisam.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, Sr. Deputado José Pacheco, Sras. e Srs. Deputados:

São estas políticas que caracterizam este Governo. Políticas sociais que estão ao serviço das famílias. Vou lhe dar mais um exemplo que prova que a solidariedade social não é, nem nunca foi, exclusivo nem um feudo da esquerda. Não. A solidariedade social é também deste Governo de direita social que tem muito orgulho em servir os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E estamos atentos, Sr. Deputado. E, por isso, o que nós não queremos fazer...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Já vou terminar, Sr. Presidente.

O que não queremos fazer é uma política assistencialista. E as IPSS têm hoje mais 205 euros nas ERPIS do que tinham em 2020 - passaram de 1001 euros para 1206 euros. Isto é uma grande ajuda às IPSS e ao setor social, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Mais. Hoje temos mais empregados e, Sr. Deputado, o número do RSI está felizmente a diminuir e espero que continue mesmo nesta situação de crise, porque também temos uma economia mais pujante, mais gente empregada e a crescer. Não é o desejável, mas é o que nós queremos perseguir e é o futuro aonde nos interessa chegar. Mas estamos também atentos, fiscalizando a especulação, Sr. Deputado José Pacheco. E, por isso, temos o relatório de acompanhamento e monitorização dos preços vigiados. Estamos atentos para não haver especulação e para proteger as famílias.

Este Governo está orgulhoso na proteção das famílias e do bem-estar dos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós não podemos deixar de participar neste debate que nos traz aqui o Sr. Deputado José Pacheco, manifestando as suas preocupações com determinados setores e a reação desses setores à conjuntura que nós atravessamos. Evidentemente, penso que todos aqui desejariam que estas dificuldades e estes constrangimentos que afetam as empresas e as famílias, decorrentes desta crise inflacionista que todos vivemos, fossem de curta duração. Mas a verdade é que já se arrastam e a nível

internacional a visão que cada vez mais se adensa, é que se prolongarão por 2023 e poderão ter reflexos como traz aqui, e muito bem, ao nível do setor do turismo, mas também necessariamente naquilo que é a vida das nossas famílias. E foi por isso que, ainda no mês passado, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2023, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou um programa de emergência social e económica com o intuito de reforçar os apoios às famílias e às empresas da nossa Região. E prevendo o acentuar dessas dificuldades, ir ao encontro daquelas que são as preocupações e as manifestações internacionais a propósito deste tema. Foi e é com pena que, apesar do CHEGA nos trazer aqui estas preocupações agora, não tenha acompanhado o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votando favoravelmente as medidas que nós propusemos de apoio às famílias.

(Aparte impercetível do Deputado José Pacheco)

A Oradora: E designadamente as que dizem respeito às famílias, tendo abordado também as dificuldades dos idosos e das crianças, quando o Partido Socialista, Sr. Deputado, apresentou medidas como o apoio às famílias com estudantes no ensino superior, um apoio de 500 euros pago de uma única vez; como o Partido Socialista apresentou também a redução das rendas, designadamente para as famílias que beneficiam do incentivo ao arrendamento e outros programas de arrendamento; ou quando o Partido Socialista aqui também apresentou a isenção nos jardins de infância.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ou creches gratuitas para todos.

A Oradora: O Sr. Deputado falou nas crianças, e recordo-me ainda das suas palavras quando falou o mês passado. Essa sua abordagem no mês

passado, digamos que foi um pouco seletiva, em que para si há crianças de primeira e crianças de segunda.

Deputado José Pacheco (CH): Todas as crianças são iguais! Todas!

A Oradora: Há os filhos dos beneficiários de rendimento social de inserção e há os outros.

Para o Partido Socialista, Sr. Deputado, há **crianças** e todas elas merecem um desenvolvimento integral e inclusivo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: E, Sr. Deputado, hoje não traz a gravata das galinhas e talvez por isso, possamos ter uma conversa com outra elevação que não foi possível da última vez.

Eu disse na altura, e volto a dizer hoje, que as famílias vão precisar de uma outra perspetiva, de um outro olhar deste Governo, designadamente as famílias da classe média.

Deputado José Pacheco (CH): A senhora tem a lata de dizer isso?!

A Oradora: E por isso nós fizemos menção às necessidades de reforçar, de apoiar...

Deputado José Pacheco (CH): Crianças são crianças!

A Oradora: Sr. Deputado Pacheco, foi exatamente isso que eu disse, crianças são crianças e, por isso, nós avançámos com a proposta de generalização da gratuidade de jardins de infância a todas as crianças da Região.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, não pode estar permanentemente a tentar interromper a intervenção da Sra. Deputada. Faça favor de continuar, Sra. Deputada.

Deputado José Pacheco (CH): Desculpe, Sr. Presidente, mas há coisas que me ferverem! São 24 anos!

Presidente: Pois, mas há que conter isso. Faça favor Sra. Deputada.

A Oradora: E, por isso, apresentámos medidas como a gratuidade de jardins de infância para 2023 a todas as famílias da Região. E também apresentámos uma medida de apoio ao aumento dos juros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Nunca fizeram, mas apresentaram!

A Oradora: Apresentámos também medidas de apoio às empresas.

O senhor falou aqui do setor do turismo, do setor das pescas e do setor da agricultura, e o que é facto é que ainda há muito pouco tempo, nós tivemos a oportunidade de estar com IPSS, com empresas que nos referenciam problemas graves de aumento dos seus custos de produção.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi o que a senhora deixou lá! É preciso ter descaramento!

A Oradora: Coisas tão simples, como o aumento que vai desde os combustíveis de que já todos falámos, mas outras questões como o aumento de custos de transporte. O Partido Socialista apresentou uma medida de apoio às empresas e o Sr. Deputado José Pacheco votou contra.

Portanto, as suas preocupações, hoje, já são diferentes do mês passado, mas o mês passado o senhor teria tido a oportunidade de connosco apoiar as empresas dos Açores. Teria tido oportunidade de também apoiar as empresas nos Açores naquilo que diz respeito às medidas de apoio à manutenção do emprego que nós na altura propusemos e o senhor votou contra, Sr. Deputado José Pacheco.

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: Vou terminar.

Para concluir, Sr. Presidente, o Sr. Deputado votando contra, inviabilizou medidas que eram importantes...

(Risos do Deputado João Bruto da Costa)

Deputado José Pacheco (CH): Vamos falar disso?!

A Oradora: ... e que continuamos a entender que são importantes para as famílias e para as empresas. E inviabilizando essa nossa proposta, inviabilizou que essas medidas fossem implementadas já a partir de 1 de janeiro de 2023.

Portanto, não é suficiente, não será nunca suficiente para as famílias e para as empresas da Região, fazer daquela tribuna uma declaração recheada de boas intenções e de boas preocupações, sendo que elas são inconsequentes, completamente inconsequentes, com as decisões que o senhor tomou ainda há 3 semanas atrás.

Deputado José Pacheco (CH): Com muito orgulho!!

A Oradora: É importante ser consistente nas decisões e nas votações que assumimos nesta Casa.

Obrigada.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por deixar uma nota positiva à declaração política do Sr. Deputado José Pacheco pela forma construtiva, ainda que deixando as preocupações que são comuns a todos os partidos, a todos os açorianos, mas trouxe-nos claramente uma declaração política que enriquece o debate neste Parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Neves (PAN): Ui!

O Orador: Relativamente àquilo que foi a sua primeira referência, falou no turismo e falou na agricultura. E é bom que fale no turismo e na agricultura, porque há dados que são essenciais. O primeiro é que até ao final de setembro de 2020, nós tivemos mais proveitos do que aquele que foi o melhor ano de sempre, 2019. E, portanto, em 2019, todos os proveitos de um ano recorde do anterior Governo, levaram que até setembro de 2022 fosse possível atingir este valor.

Relativamente à agricultura, nenhum dos Srs. Deputados, ou até mesmo nenhum dos agricultores destas ilhas, imaginaria que neste momento o leite pudesse estar a ser pago a cerca de 50 cêntimos na generalidade das ilhas.

Deputado José Pacheco (CH): Contribuímos para isso!

Deputada Andreia Costa (PS): Também não esperavam estar a pagar o gasóleo ao preço que estão! Francamente!

O Orador: E, portanto, é importante que as boas notícias e aquelas que não tivessem essa amplitude, aí sim, nós estaríamos numa crise grave e não estamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, em termos de indicadores económicos, de que pouco se fala muitas vezes - quem está na oposição - o índice de atividade económica cresce há 18 meses consecutivamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É importante que se diga isso. São 18 meses consecutivamente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PSD): Segundo os dados de outubro, está a cair.

O Orador: Não caíram. Os dados são positivos, Sr. Deputado, é isso que interessa, têm valores positivos há 18 meses consecutivos. O consumo privado, por exemplo, em outubro cresceu 4.9, a taxa de desemprego tem sido falada, aliás, o Sr. Deputado Joaquim Machado tem sucessivamente falado nas boas notícias do emprego e a Sra. Secretária Regional também. E, portanto, em matéria de emprego, também temos que mostrar satisfação, embora sempre com a preocupação do futuro.

Relativamente aos apoios sociais, o Sr. Vice-Presidentes, já falou neles, mas é bom que se diga que em 2020 - o ano de Covid - aquilo que foi executado na área social (juntando a habitação), é de cerca de metade do que está orçamentado para 2023.

Deputada Andreia Costa (PS): O senhor vai falar nisso outra vez?!

O Orador: E é importante que se fale dessa realidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os 77 milhões de euros que estão aprovados no Orçamento e no Plano para 2023, são o dobro daquilo que foi executado pelo anterior Governo em 2020, o ano de Covid.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Em matéria de crescimento económico, no dia 16 de dezembro o INE divulga as contas para as várias regionais do País. E, neste momento, temos acesso àquilo que são os dados fidedignos (ainda que provisórios) e nós confiamos que sejam exatamente aqueles, ou semelhantes àqueles que estavam na proposta e agora no Plano para 2023, naquilo que eram as previsões macroeconómicas do Governo e que representam claramente um salto económico relevante em 2021 e que se repete, naturalmente, em 2022.

Em relação àquilo que disse o Partido Socialista relativamente ao seu plano de emergência, esse plano não teria qualquer viabilidade, à partida, desde logo porque o PS chumbou na generalidade o Plano e Orçamento.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, digamos que foi uma mera manobra para apresentar um documento que, em situações semelhantes e a situação que seria comparável era o plano relativamente à 2ª alteração do Orçamento 2020, em que não foi necessário para aumentar o endividamento em 285 milhões de euros, o Partido Socialista apresentar qualquer plano de emergência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E em 2020, em matéria de covid foram 77 milhões de euros gastos, e em 2021 (com este Governo), foram 132 milhões de euros.

Em matéria económica, temos também que falar daquilo que são as boas notícias e as boas medidas deste Governo. E não podemos esquecer a tarifa Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado.

O Orador: Não podemos esquecer a redução fiscal. Ou seja, o que o Governo deixou de arrecadar em 2021, em 2022 e o que deixará de arrecadar em 2023, são cerca de 140 milhões de euros que representam dinheiro que fica nas famílias e nas empresas e que o Partido Socialista Votou sucessivamente contra.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Em termos de medidas, do ponto de vista da mobilidade, muitos dos resultados quer no turismo, quer no sucesso de algumas empresas tem a ver com a tarifa Açores que tem sido um sucesso e que o Partido Socialista também chumbou a tarifa Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputada Andreia Costa (PS): A gente votou contra a tarifa Açores?!

O Orador: Manifestaram-se contra a tarifa Açores. Mas sabe, Sra. Deputada, posso recordar-vos, por exemplo, que votaram contra uma proposta do PSD em 2018, para que a tarifa máxima nos Açores inter-ilhas passasse para 90 euros. E os senhores votaram contra essa proposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, bem lembrado!

O Orador: Foi um caminho intermédio a que se chegou em 21 à tarifa dos 60 euros.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que esperamos, Sr. Deputado José Pacheco, é que aquilo que são as suas expectativas otimistas se confirmem...

Deputada Andreia Costa (PS): O Sr. Deputado não mostrou perspetivas otimistas.

O Orador: ... e nós temos também expectativas otimistas, até porque os últimos dados internacionais, do ponto de vista da subida das taxas de juro e de controlo de inflação, começam a aparecer indicadores...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... quer nos Estados Unidos, quer na Europa, que mostram que a perspetiva para 2023, será porventura melhor do que aquela que pintou o Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir a declaração política do Bloco de Esquerda, que teve mais que sangue...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sanguinária!

O Orador: ... temos a seguir uma declaração política do CHEGA em que eu fiquei um pouco baralhado, porque não sabia bem o que é que pretendia o CHEGA com esta declaração política.

Foi uma declaração mediana que começou muito bem...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mediana?!

O Orador: ... começou muito bem com a monocultura da vaca, mas depois o PSD pegou logo nisso e deu uma volta e uma cambalhota a dizer “sim senhor, nós queremos é o preço do leite e mais leite”, mas não foi isso que o CHEGA disse.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, não foi isso que o CHEGA disse. O CHEGA está farto da monocultura da vaca, se olharmos para o setor. Mas você aproveitou de uma cambalhota. Mas isso é um problema e uma decisão política. E os mesmos erros feitos no passado.

Os erros que foram feitos no passado no Governo do PS, agora o PSD está a fazer a mesma coisa ou pior. E vou lhe dizer porquê – também vou aproveitar a monocultura da vaca. Basta olhar para a notícia e ver que o Governo está a pagar um empregado da Federação Agrícola dos Açores para estar no gabinete da União Europeia para fazer lobby do leite. Mas, depois, esquecem-se de fazer lobby no mar, na saúde, na ciência e na tecnologia e esquecem-se de fazer lobby na transição energética. E olhamos para os gabinetes das outras RUP, as outras regiões ultraperiféricas e verificamos qual o lobby que eles estão a fazer e o que é que eles estão a receber para essas regiões. Mas nós só olhamos para a vaca e pagamos ordenado a um empregado da Federação Agrícola para estar a fazer lobby na União Europeia, esquecendo-nos completamente de que somos rodeados de mar e não estamos sequer a fazer lobby do mar e da defesa do mar açoriano, respetivamente cedendo tanto ao centralismo de Portugal, bem como da União Europeia que quer obviamente o nosso

mar à força toda. Esse, para mim, é que é o problema e foi a única coisa que eu apanhei da declaração política **mediana** do CHEGA, com todo o respeito.

Depois, eu até estava a gostar da intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso, quase que ia bater palmas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não faça isso.

O Orador: Quando falou das crianças então - estou a falar a sério, estava a dar-lhe toda a razão, não pode haver discriminação entre crianças. Mas depois só serviu para uma coisa, para trazer o argumento final, era para falar do mega pacote.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

O problema não era as crianças. Nós iríamos era falar da mega medida que está em todos os *outdoors* dos Açores. Mas venham ter comigo para saber como é que o PAN pode ter votado contra as criancinhas?!

Não! O PAN propôs várias medidas específicas que poderiam ser chumbadas ou não. O PS preferiu desvirtuar o Orçamento com o mega pacote, para que fosse mesmo chumbado e para que se fizessem os *outdoors!*

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Furtado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

(* Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que nos foi trazida aqui pelo CHEGA, é uma declaração política... habilitante, porque habilitou o CHEGA a fazer uma nota de imprensa com aquilo que disse ou que pensou dizer.

(Risos do Deputado José Pacheco)

E nessa nota de imprensa que há-de fazer, e nas páginas de Facebook, há-de dizer coisas que nem sequer compete ao CHEGA e nem foi ele que realizou, mas isso é natural.

Deputado José Pacheco (CH): Trabalhe!

O Orador: No entanto, há uma declaração política do partido em causa que para lá de habilitante, também foi uma declaração habilitante para todos os partidos, inclusive o próprio Governo de também usarem esse momento para fazerem aqui uma *publicidadezinha* àquilo que têm feito e àquilo que os outros queriam que fizesse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E o senhor o que é que está fazendo?!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente utilizou a declaração militante do CHEGA para dizer que o que é que na área social o Governo tem feito.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E o senhor está a fazer o quê aqui? Sente-se um bocadinho! Sente-se!

O Orador: A bancada do PSD utilizou a mesma declaração habilitante para também dizer quais as bonomias que trouxe este Governo de direita e esta Coligação.

O PAN utilizou a declaração habilitante para uma vez mais se insurgir contra as vacas.

O Partido Socialista e utilizou a declaração habilitante para falar no mega pacote dos 46 milhões. Ou seja, tivemos aqui, à conta da

declaração política do CHEGA um momento importante para todas as forças partidárias - aquelas que quiseram participar...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Aproveite lá e elogie o homem!

O Orador: ... utilizarem a declaração do CHEGA para venderem e o peixinho.

Está de parabéns o Sr. Deputado José Pacheco, porque permitiu aqui a todas as forças partidárias quiseram participar, um momento de fazerem valer aquelas que são as suas políticas e aqueles que são os seus entendimentos sobre o futuro dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental.

No entanto, peço autorização à Câmara, para encerrarmos esta declaração política, dar a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois deste momento hilariante, vamos ao que interessa.

Eu não quero *esticar* muito, porque naturalmente sou uma pessoa que respeita a democracia e respeita os partidos.

Obviamente, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros disse o que eu ia dizer, não vou repetir, mas os senhores ao chumbarem o orçamento... obviamente, também não é com um pacote. Agora, relembro aqui uma história. Os senhores fizeram um *outdoor* com uma faixa vermelha, e a minha mãe passou por lá e disse: “aqueles todos votaram contra aquilo? Devia ser coisa ruim!”. Ao lado tem uma coisa que diz “Boas Festas”.

As coisas são como são, não é? Quer dizer, só os senhores é que têm razão, mas pronto.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, agradeço-lhe até o tom com que falou, não é normal, mas agradeço-lhe, quando é em relação à minha pessoa, - suponho que é mais em relação ao meu partido do que à minha pessoa, mas agradeço-lhe - gostava só de lhe dizer, alto e bom som, que na minha conceção de homem de direita, e até de açoriano, as crianças são todas iguais, todas iguais. Não há nem crianças melhores nem piores. Quanto ao RSI disse também naquela tribuna que estamos disponíveis, com firmeza, para trabalhar daqui para frente – não é assim Sr. Deputado Vasco Cordeiro? - trabalhar venha de onde vier a proposta. Eu penso que o CHEGA tem dado aqui bons exemplos de que venha de onde vier a proposta, quando achamos que é justo e que é bom para os açorianos, são estas propostas que nós apoiamos. É assim que deve ser.

Sr. Vice Presidente, permita-me, o RSI é verdade que tem baixado não só pela conjuntura económica, mas porque o CHEGA está aqui.

Precisamos de mais firmeza na fiscalização. São constantes as denúncias que eu recebo tanto dos programas ocupacionais como de outras coisas daqueles que vão usufruindo do RSI, mas isso dava outra conversa.

Também lhe digo que quanto aos idosos, é também graças ao CHEGA estar aqui que temos conseguido. Mas como dizia certa vez o Presidente do Governo Regional à minha pessoa, não é uma vitória nossa, mas sim de nós todos, dos açorianos. E aceito isso como sendo certo. Não é do CHEGA, não é do PS, é nós todos, é dos açorianos.

Como eu digo muitas vezes aos deputados do meu partido que estão no continente, vocês matam se uns aos outros, brigam, brigam. Nos Açores, ainda conseguimos chegar a consensos. E foi isso que eu pedi daquela tribuna. Que no ano de 2023, perante momentos muito difíceis a que podemos chegar, vamos trabalhar. O que for positivo, estou aqui. O que não for positivo, também não contem comigo. Mas é este o espírito. Foi

isso que eu tentei dizer às senhoras e aos senhores e também aos açorianos. O CHEGA não é um partido de pôr areia na engrenagem, é um partido, de levar as coisas para a frente. E espero que os outros assim o sejam.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública).

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas com a agenda.

Eram 13h06

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Os trabalhos recomeçaram às 15h04)

Ontem quando terminámos os nossos trabalhos, o Sr. Deputado Paulo Estêvão estava inscrito.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Estava inscrito também o Sr. Deputado Rui Martins que não está na sala. Afinal chegou. Tem a palavra.

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Socorrendo-me das minhas notas, a última intervenção ontem tinha sido do Sr. Deputado Vasco Cordeiro que foi aquela que instigou a inscrever-me e a participar novamente no debate.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez três conclusões, pelas quais - tendo estado ausente do debate - acabou por nem sequer contribuir para dizer em que medida é que a proposta que apresentava era efetivamente meritória ou pelo menos podia fazer algo de diferente face àquilo que é, de certo modo, a estratégia que este Governo Regional delineou no âmbito da transição digital, no âmbito da capacitação da Região de meios para poder oferecer a todos os açorianos melhores condições de acesso às redes, melhores infraestruturas tecnológicas, espaços de *co-working* que também possam ser utilizados por terceiros. E em nada disso acabou por contribuir, ou pelo menos tentar distinguir e fazer a diferença, entre aquilo que é a proposta do CDS que está aqui à votação e a proposta do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): A proposta do CDS não diz nada sobre isso.

O Orador: Depois, a segunda conclusão que eu também tiro é que efetivamente a proposta do Partido Socialista tem essa menos-valia e não é efetivamente uma proposta boa. É uma proposta que pretende trazer rigidez, burocracia e despesa com um propósito que nos parece que não é ajustado, porque não faz qualquer tipo de sentido estar a passar *vouchers* ou qualquer tipo de apoio, seja para refeição seja para alojamento, para o nomadismo digital, parece-me bastante desajustado.

Em terceiro lugar, a terceira conclusão do Sr. Deputado Vasco Cordeiro era que o Sr. Secretário não sabia rigorosamente nada sobre o assunto, por causa da afirmação que fez de que, na verdade, isto era uma proposta que continha receita e não despesa. E isso é verdade. O Sr. Subsecretário

sabe tanto sobre o projeto, porque elencou todos os projetos que neste momento são investimentos que concorrem para este objetivo. E quando diz que não tem custo e que tem receita, é exatamente pelo facto dos investimentos serem para os açorianos. São investimentos que colocam os Açores a ter uma melhor oferta, ou seja, concorrem para o objetivo da transição digital, na disponibilização de espaços de *coworking* que são para os açorianos e que, por sua vez, concorrem também para este objetivo de poder ser uma mais-valia para este nicho de mercado que é o nomadismo digital.

Por isso, as suas três conclusões, obviamente, são conclusões do Partido Socialista que nós não subscrevemos e as nossas três conclusões são exatamente o oposto daquilo que ontem elencou. E, efetivamente, a proposta que nós apresentamos tem a mais-valia de não ser um plano de investimentos, mas sim para que o Governo Regional, na sua estratégia da transição digital e inclusivamente na estratégia de formação como “Azores Digital”, possa criar as condições e que não se esqueça, depois, (ou pelo menos promova) de colocar os Açores no topo das preferências e dos destinos de referência e, de preferência, para os nómadas digitais. E é por isso que a nossa proposta é efetivamente substancialmente melhor do que a do Partido Socialista, naquilo que é o objetivo a que se propõe, Muito obrigado.

Deputado Luís Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação na generalidade do **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 57/XII – “Rede de Nómadas Digitais dos Açores”** - apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam um favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 57/XII** foi rejeitado, na generalidade, com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar agora o **Projeto de Resolução nº 119/XII – “Nómadas Digitais”** - apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam um favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam um favor se sentar.

Secretário: O **Projeto de Resolução nº 119/XII** foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do PAN e 2 votos contra do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, naturalmente, votou favoravelmente a sua iniciativa, o seu Projeto de Decreto Legislativo Regional, por entender que era o caminho adequado.

Uma proposta que permitia estabelecer condições, requisitos de acesso, medidas de fomento à atração de nómadas digitais dos Açores,

envolvendo todas as ilhas da Região, envolvendo entidades públicas e privadas, redes de incubadoras, associações empresariais; criando protocolos que tornem de facto atrativa a Região para um público muito específico que são os nómadas digitais.

Infelizmente, a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista não foi aprovada neste Parlamento, apenas contou com propostas de alteração do PAN. E, portanto, perante a possibilidade deste Parlamento contribuir e melhorar uma proposta concreta, muitos optaram por não o fazer.

Independentemente do autor da proposta, para o Partido Socialista, o mais importante é que haja de facto uma rede de nómadas digitais dos Açores, seja ela através da iniciativa do CDS, seja do Partido Socialista, o importante é que se faça e que não se perca mais tempo, como se fez nos últimos 2 anos. E que a Região esteja em condições de atrair os nómadas digitais e que este seja um caminho para o combate ao despovoamento, à desertificação e à capacidade de atrair e reter jovens qualificados.

Foi e é esta a nossa intenção. É esta a nossa missão e, portanto, nós abstivemo-nos na proposta do CDS com essa responsabilidade.

Não é importante, como referi, o autor da iniciativa. O nosso caminho era diferente através de um projeto de decreto legislativo regional.

Deputado João Bruto Costa (PSD): É muito mais do que isso!

O Orador: Não era rígido, ao contrário daquilo que foi dito, permitia que outros partidos apresentassem propostas. Optaram por não o fazer.

Portanto, mais uma vez, aqui se demonstra a responsabilidade e a propositura do Partido Socialista que perante a identificação dum problema, nós apresentámos soluções.

É essa a nossa missão e cá estaremos no futuro, para voltar a debater este e outros assuntos, com a responsabilidade que nos caracteriza.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS obviamente votou favoravelmente a sua iniciativa, porque achou que era pertinente apresentá-la e, felizmente, mereceu a concordância da Câmara.

Voámos contra a iniciativa do Partido Socialista, não por considerarmos que o Partido Socialista não estava no propósito correto, pois consideramos que aquilo que levou o Partido Socialista a apresentar esta iniciativa foi exatamente o mesmo propósito que levou o CDS a apresentar a sua, mas sim, porque consideramos - e aí julgo que estamos juntos - consideramos que os nómadas digitais e o nomadismo digital pode nos Açores ser também um fator de desenvolvimento económico. E os Açores têm todas as condições que têm vindo a ser construídas e que, no âmbito da transição digital e também do PRR, vai fortalecer essas condições que permitem que os Açores seja uma Região cada vez mais digital - e isso é bom para os Açores e para os açorianos - e pode ser um também fator de atração para esta nova realidade laboral, nomeadamente o nomadismo digital. E, por isso, aí consideramos que tanto a iniciativa do PS como a do CDS e aquilo que é, no fundo, a fundamentação que traz estas duas iniciativas a debate, é a mesma e aí não havia da parte do CDS qualquer oposição a essa intenção.

O problema estava efetivamente na forma em que, para o CDS, até mesmo pelas reuniões que desenvolveu no âmbito da preparação desta

iniciativa, considerando também que isso ficou patente nas audições em Comissão, aquilo que foi veiculado pelas partes interessadas, por agentes que estão no setor que, à partida, os parceiros privilegiados para pôr em prática esta iniciativa do nomadismo digital, é que efetivamente a rigidez da lei não iria concorrer para uma melhor implementação dessa rede. E, da mesma maneira, pelo facto de haver um decreto legislativo regional que promovesse qualquer tipo de apoio ou incentivo, ou criar um registo formal que seria o caminho mais indicado, sobretudo na parte dos apoios, não podíamos concordar com esse formato. Por sua vez, o facto de se criar um decreto legislativo regional iria levar a que eventualmente nós depois tivéssemos que andar aqui recorrentemente a tentar alterar alguma coisa para ajustar a um qualquer nicho de mercado ou diferentes aspetos desse mesmo mercado. Por isso, consideramos que o caminho passa exatamente por fortalecer a Região para que seja uma região efetivamente digital, fazer uma boa e correta aposta, do ponto de vista da transição digital e, por sua vez, no esforço que é feito da promoção da Região ser identificada esta oportunidade para este nicho de mercado que é o nomadismo digital.

Por isso, consideramos que esta recomendação ao Governo vai no bom sentido, porque o Governo também deu mostras de pelo menos estar em sintonia naquilo que são os investimentos que atualmente estão a ser preconizados e que concorrem efetivamente para levarmos esta iniciativa a bom porto.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD)**: Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente a Resolução do CDS, porque considera que a mesma é pertinente e se enquadra com o que está delineado e foi agora apresentado pelo Governo sobre o que pretende em relação ao nomadismo digital.

O mesmo não podemos fazer em relação à proposta do Partido Socialista, que é legítima, e não estamos contra o propósito da mesma, só que continuamos a achar que a mesma limitava um pouco o que entendemos que deve ser definido para os nómadas digitais.

Como foi dito e foi provado nas várias audições feitas, no sentido do que os nómadas realmente precisam e procuram nos Açores, acho que com os passos que o Governo anunciou que iria prosseguir, é o sentido correto de proporcionar aos nómadas digitais condições para estarem entre nós, sendo que as condições que eles procuram são as acessibilidades e a forma como podem exercer a sua função pelas 9 ilhas dos Açores. E penso que realmente se se partir dum pressuposto de apoio, integrando os municípios das 9 ilhas que podem ser parceiros estratégicos, pois conhecem as suas comunidades melhor do que ninguém, serão um parceiro fundamental para o desenvolvimento do nomadismo digital, porque temos tudo em termos de condições naturais extraordinárias para os nómadas se irem fixando durante os tais 60 dias (ou mais) nas nossas ilhas. Acho que é fundamental. E estão aqui a ser dados passos muito importantes, completamente em aberto, para o progresso, quer dos nómadas quer das nossas comunidades, que poderão reverter e ter benefícios a partir desses nómadas digitais.

Disse.

Deputado João Bruto Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 5 - **Petição n.º 40/XII** “Revogação da Taxa Turística Regional”.

Trata-se duma Petição apresentada por Rui Correia, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192º do nosso Regimento.

Vamos começar pela apresentação do relatório da Comissão de Economia.

Tem a palavra a Sra. Relatora, Deputada Patrícia Miranda, para a apresentação do relatório.

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 40/XII

“Revogação da taxa turística regional”

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “turismo”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Economia.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Economia procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos

do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários referem, em sede de exposição de motivos, que “*A Assembleia Legislativa aprovou recentemente a criação de uma taxa turística regional, contra a opinião unânime dos representantes do setor, evidenciando que os deputados regionais têm pouca atenção e conhecimento da realidade empresarial regional.*

Os peticionários solicitam a revogação imediata daquela medida, por ter sido aprovada num contexto particularmente inoportuno, quando as empresas do setor do turismo que se encontram muito fragilizadas devido à pandemia, ainda longe de atingir os valores de negócios pré pandemia, a que acresce a situação de incerteza na conjuntura internacional, designadamente com a guerra na Ucrânia, com a subida significativa da inflação e com a perspetiva de aumento das taxas de juro, que já estão a ter impactos negativos na vida das empresas.

Salienta-se que o aumento dos custos de produção está a ter fortes impactos na rentabilidade das empresas do turismo.

No atual contexto, as atenções e medidas para o setor deviam centrar-se na sua consolidação e competitividade e não na criação de mais um custo de contexto, como é o caso da taxa turística regional, que para além de constituir um sinal errado e negativo do nosso destino turístico é gerador também de mais carga burocrática significativa para as empresas, aspeto da maior relevância e que não mereceu a atenção devida para a realidade das unidades de alojamento, em especial do alojamento local.

A criação da referida taxa é justificada com razões ambientais. Não se compreende, por conseguinte, que esta taxa esteja associada ao turismo, quando estamos perante uma questão ambiental e o orçamento regional dispõe de verbas específicas para este fim. Esta decisão coloca o ónus sobre as unidades de alojamento na arrecadação de uma receita, sendo geradora de burocracia e de custos acrescidos para as empresas.

O que se afigura adequado não é a criação de uma taxa turística regional para quem utiliza alojamento (porquê este e não outro tipo de serviço?), cujos fins e efeitos não são adequados, mas antes incentivar a criação de valor em serviços, que são pagos pelos seus utilizadores, alguns casos apenas por turistas, de que são exemplos o acesso à Poça da Beija, ao ilhéu de Vila Franca do Campo, à Caldeira Velha, a subida à montanha do Pico, controlando-se desta forma os fluxos e os seus impactos. Esta é a forma correta de acrescentar valor num serviço prestado, com a contrapartida de um custo para o utilizador, o que não acontece com a taxa turística regional.

Revela-se, por conseguinte, muito premente a revogação da decisão tomada sobre a criação da taxa turística regional”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Economia deliberou, na sua reunião do dia 26 de setembro de 2022, proceder à audição do cidadão Rui Correia, na qualidade de primeiro peticionário, bem como do membro do Governo Regional com competência na matéria e da AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Neste âmbito, as audições do Dr. João Pinheiro, da Dr.^a Andreia Pavão e da Dr.^a Raquel Franco, em representação do primeiro peticionário, o cidadão Rui Correia, e da AMRAA- Associação de Municípios da Região

Autónoma dos Açores decorreram no dia 4 de outubro de 2022. A audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas decorreu no dia 7 de novembro de 2022.

- **Audição do Dr. João Pinheiro, da Dr.^a Andreia Pavão e da Dr.^a Raquel Franco, em representação do primeiro peticionário:**

João Pinheiro começou por informar que a maioria das empresas e todas as associações empresariais do ramo do turismo foram contra a taxa turística e que, mesmo assim, depois de todos esses pareceres negativos, esta taxa turística foi avante.

Consideram que o *timing* não é o melhor, porque a região está a sair de dois anos de crise pandémica e está agora, em 2022, a dar o primeiro passo desta recuperação.

Acha que se devia olhar mais para os Açores, um arquipélago de 9 ilhas, e que se devia ter mais criatividade na forma como com essa taxa turística seria implementada no arquipélago. Admite que não é uma taxa de fácil aplicação, principalmente no alojamento local que tem características muito próprias, principalmente no *check-in* com uma vertente mais próxima, “vamos estar preocupados com mais uma burocracia, que nos vai desvirtuar”.

No seu entendimento, deveríamos pensar numa forma mais adequada de aplicabilidade. Por exemplo, a taxa de chegada via marítima, feita nos terminais da região. Questionou porque é que a taxa turística é uma taxa de dormida e não de chegada, porque assim simplificava muito mais o processo.

Outra questão está relacionada com o *timing*. Diz que esta não é a altura certa para a implementação da taxa turística. Primeiro temos que potencializar o distinto, temos que saber o que queremos para o turismo dos Açores, porque não temos, sequer, um plano estratégico para o

turismo. As taxas aplicam-se quando o destino já é massificado, ou seja, quando os destinos já estão a precisar de algum controlo.

Diz mesmo, que os Açores ainda estão em valores muito baixos e ainda com muito “que andar” em qualidade do serviço, com a quantidade de turistas, nos meses de julho e agosto não se consegue ter uma boa rede de recolha de resíduos, referindo, também, uma falha na manutenção dos postos turísticos.

“Primeiro temos que conseguir dar resposta a esses problemas e então depois, quando o destino estiver uniformizado e com qualidade, aí, sim temos condições para aplicar uma taxa turística”, referiu.

Raquel Franco, pela Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, acha que o *timing* é desprovido, tanto pela história económica – passamos por 2 anos de crise profunda associada aos 2 anos de pandemia – como pela falta de notoriedade que o setor do turismo ainda apresenta, daí que não se justifique aplicar esta taxa.

Antes de tudo, acha que tem que haver uma preocupação base com a sustentabilidade, acrescentando que “é preciso desenvolver uma estratégia que vá a esse encontro, sabemos que a natureza é o *ex-libris* do nosso turismo”.

Na sua opinião, quando se fala numa taxa turística fica implícito uma noção negativa sobre um setor que ainda se está a implementar, do ponto de vista da notoriedade estratégica.

Considera que esta taxa é inoportuna, tanto pelo *timing* económico, como pela notoriedade do destino. Defende um desenvolvimento sustentável do setor, mas assume que a aplicação da taxa será muito difícil, principalmente nos Alojamentos Locais. Defende que essa taxa devia ser aplicada no acesso aos destinos turísticos, moderando o acesso e promovendo a manutenção daqueles espaços.

Andreia Pavão, em representação regional da Associação de Hotelaria de Portugal, diz que estão totalmente alinhados com aquelas que são as preocupações ligadas ao desenvolvimento do turismo sustentável a longo prazo e a todos os níveis.

As empresas do setor estão alinhadas com o preâmbulo do Decreto Legislativo Regional da taxa turística. No entanto, não concordam nem com o *timing*, nem com a forma como esta é apresentada. Cria um desequilíbrio na competitividade do destino. Esta taxa representa custos de contexto para o turista, não é prática e inacessível à logística do AL.

Entendem que seria muito mais benéfica se fosse uma taxa municipal, porque sendo uma taxa ambiental ou ecológica, não compreendem, porque é que o ónus recai sobre o alojamento.

O Deputado Pedro Neves afirma que “o prestígio dos Açores é vender a Marca Açores”. Diz que a Região tem uma estratégia desde 2013, o Plano Estratégico de Marketing para o Turismo, um Turismo de Natureza sustentável.

Presume que a aplicabilidade da taxa turística seja intuitiva, clara e simples, através de uma aplicação da responsabilidade do Governo. E afirma que o *timing* é agora, porque não pode ser quando o turismo estiver massificado que se vai aplicar uma taxa turística, tem que ser antes que isso aconteça, para podermos gerir com forma e qualidade. Dá o exemplo do que se passou este verão, que a região não estava preparada para receber tantas pessoas ao mesmo tempo.

O benefício direto da taxa turística é a garantia da Marca Açores, turismo de natureza. Diz que é por isso que o turista vem aos Açores. Defende que precisamos de uniformizar o destino turístico como um todo, daí uma taxa regional e não uma taxa municipal. “Não podemos ter um turista

sazonal”. Questionou se acham que a taxa turística vai retirar turistas aos Açores.

João Pinheiro respondeu que não são os indicadores que vão destinar a taxa turística, primeiro tem que se cuidar, “endireitar” o destino para depois se aplicar uma taxa, para que o turista, quando cá chegar, não se sentir defraudado. “Primeiro tem que se desenvolver o turismo, para depois se pedir dinheiro ao turista”.

Raquel Franco disse que todos têm a mesma preocupação, a essência é a mesma, têm consciência que é preciso preservar a natureza. Por isso defendem que a taxa turística deve representar o custo associado à utilização, ao monumento ou ao espaço visitado, em vez de recair sobre o alojamento.

Andreia Pavão diz que estão todos de acordo com os problemas, não estão é de acordo na solução, neste caso de colocar uma taxa turística sobre o alojamento, porque não resolve o problema da sazonalidade nem da regulação do acesso aos sítios que estão com picos de carga.

O Deputado Pedro Neves afirma que a taxa turística não foi feita para combater a sazonalidade ou para combater a massificação em alguns pontos. Diz que a taxa está feita para a Região ter algum dinheiro para fazer a manutenção dos pontos turísticos.

O Deputado Carlos Silva, segundo percebeu, alguns consideram que a taxa municipal é o caminho mais adequado e não uma taxa turística regional, afirmando que quando aprovámos este diploma entendíamos que a formalização em torno de uma taxa turística regional poderia facilitar a vida dos empresários, porque não teriam de cobrar, eventualmente, 19 taxas turísticas municipais diferentes, porque é de conhecimento público que havia a intenção dos municípios dos Açores

aplicarem taxa turística municipal e, dessa forma, cada autarquia poderia aplicar uma taxa turística diferente.

Esta taxa é aplicada em Lisboa, no Porto e em outros municípios. O mecanismo é o mesmo e, portanto, quando fala em *timing* acha que vamos chegar todos à mesma conclusão, ou seja, o *timing* nunca será perfeito para cobrar uma taxa, sobretudo na lógica dos empresários. “Quando se fala em taxas e impostos há sempre alguma rejeição natural”, referiu.

O Deputado Carlos Silva, afirmou, ainda, que o diploma prevê a criação de uma plataforma eletrónica e questionou os representantes do peticionário se neste momento o Governo já tinha conversado com os parceiros económicos do setor sobre esta plataforma.

Falou-se muito da discussão à volta da taxa turística ser cobrada no alojamento, o Deputado Carlos Silva acredita que essa é a principal questão que está em cima da mesa, questionando se discordam da taxa que é aplicada por via marítima.

Relativamente à finalidade da receita arrecadada com a taxa turística, referiu que o diploma é muito claro naquilo que propõe no artigo 10º. Diz que a direção regional com competência em matéria do ambiente deve utilizar os valores arrecadados com a cobrança das taxas para apoiar projetos de entidades públicas ou privadas que têm como objetivo a preservação ambiental.

O Deputado Carlos Silva diz que foi com este intuito que aprovaram a iniciativa. Diz que têm a consciência que não resolve todos os problemas do setor, mas que também foram aprovados 125 milhões de euros para a capitalização das empresas do PRR, mas que nada sabemos sobre esses montantes. Estranha o silêncio das associações representativas do setor, que nada dizem sobre o mesmo.

Raquel Franco diz que, em relação à linha de capitalização definida no PRR, é mais dívida para os empresários, que já têm desde 2020 um nível de endividamento muito superior. Não considera que isso seja uma medida que vá ajudar os empresários numa altura destas.

João Pinheiro afirma que é preciso olhar para quem nos visita, que o turista já paga uma grande quantidade de taxas quando vem cá, nomeadamente o IVA e o imposto dos combustíveis, tem o imposto dos resíduos, portanto, quem pernoita cá já paga uma grande quantidade de taxas e estar a colocar mais uma taxa, acha que “não é criativo”. Olhando para a parte marítima, acha que a carga já é menor, a pegada já é menor, mas seria preciso o “tal plano estratégico” e tentar que haja aqui uma equidade na pegada ambiental de quem nos visita.

Andreia Pavão, relativamente à plataforma eletrónica, diz que ainda não houve qualquer tipo de contacto no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Se a finalidade da taxa é ambiental, diz que não percebem porque é que o ónus está apenas sobre o turismo, porque é que se tornou numa taxa turística quando a sua finalidade é uma preocupação ambiental.

O Deputado Rui Martins, concluindo que a taxa turística não resolve o problema da pressão em determinados locais de visita e também não resolve o problema da sazonalidade, questionou sobre a operacionalização da faturação. Concorda que se a preocupação é ambiental, se calhar seja necessário repartir esta taxa.

João Pinheiro respondeu que a questão da faturação é um assunto que os preocupa, “estamos a 3 meses de janeiro e não há nada criado nem formação a esse respeito, essa taxa não nos serve”.

Andreia Pavão diz que é preciso ter em atenção que estas alterações não contemplam o “multi-ilhas”, “seria necessário encontrar uma solução

menos burocrática, o setor não está preparado para esta taxa entrar em vigor em janeiro”.

O Deputado Rui Martins questionou se os 5 cêntimos que ficam para o cobrador se serão suficientes. Ao que João Pinheiro respondeu que não chega nem para a despesa com a taxa, nem para o tempo despendido. Raquel Franco diz que o que vai acontecer é que o alojamento vai ficar um euro mais caro.

O Deputado José Pacheco diz estar disponível para revogar essa taxa. Questionando se o destino Açores está a ser prejudicado ou irá ser prejudicado com esta taxa, não só de forma objetiva, mas também a nível de imagem.

João Pinheiro acha que esta taxa vai ser prejudicial para os empresários, que vão deixar de investir. Diz que essa taxa acaba por ser um desinvestimento, por exemplo, no alojamento local.

Andreia Pavão afirma que a aplicação da taxa irá criar um desafio de coerência. “Fomos pioneiros na classificação de destino turístico sustentável e agora temos de ser incoerentes com essa classificação”.

O Deputado António Vasco Viveiros conclui que a implementação da taxa passa uma imagem negativa do turismo, passando pelo pressuposto que com o aumento da pegada ecológica seria necessário criar uma tributação, esquecendo toda a outra parte que advém dos receitas fiscais e rendimentos das empresas e particulares envolvidos no turismo.

“Nós entendemos que aquilo que se fala de pressão turística para já é irrelevante por razões objetivas. Nós falamos em 3 milhões de dormidas, comparando com 240 mil pessoas que vivem nos Açores que dormem 365 dias, correspondendo a 90 milhões de dormidas e que produzem resíduos, consomem recursos, andam nas estradas”, questionando,

portanto, teoricamente, a partir de que nível de dormidas, é que se deve passar a ter um nível de preocupação ambiental.

Andreia Pavão respondeu que o POTRAA, em particular, abordava o que se entendia ser o teto de intensidade, não há um número que seja entendido por todos sobre qual esse limite de carga.

Raquel Franco disse que antes de perceber quais os limites, é necessário perceber que condições é preciso criar hoje para evitar que haja limites. A sazonalidade é um ponto a trabalhar e a dispersão pelas ilhas, para equilibrar a carga, para evitar a sobrecarga, “se é que temos sobrecarga, o que eu duvido, ir a um restaurante e ter que esperar na fila, por amor de deus, isso é a evolução do mundo”.

- **Audição da AMRAA- Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores:**

Alexandre Gaudêncio, representante da AMRAA, diz que concordam com os princípios da petição, ou seja, com a revogação da taxa turística regional, até porque a proposta da AMRAA era a criação de uma taxa turística municipal. Acham que devido à inflação, que se assiste, este não é o momento para se aplicar essa taxa e que os municípios dentro da sua autonomia é que a deviam aplicar.

O Deputado Rui Martins parte do pressuposto que quando o representante da AMRAA diz que a taxa devia ser municipal é porque deve haver um propósito, sendo assim, questionou sobre qual seria o destino e o sentido de se aplicar essa taxa. Diz que há que ter uma atenção especial ao funcionamento da plataforma, relativamente à distribuição dos valores, e a nível de proteção de dados. Entende que a longo prazo os municípios adotem uma taxa turística, atendendo aquele que é o propósito, passando a haver 2 taxas, a municipal e a turística e se seria a cobrar por todas as noites ou teria limites.

O representante da AMRAA diz que a Associação de Municípios de São Miguel (AMISM) era a que já estava mais próxima de aplicar uma taxa nos seus concelhos a partir de janeiro de 2023, havia um teto máximo de 5 noites, os residentes não pagavam taxa, bem como portadores de deficiência ou menores. É uma dificuldade adicional para a arrecadação de verbas para os municípios, não é o método mais correto, deveria ser aplicado dentro da autonomia de cada município, sob regulamento próprio, cada município deveria aplicar o que achar mais adequado. Somos contra uma taxa turística regional e a favor de uma taxa municipal.

O Deputado Rui Martins percebeu que o representante da AMRAA admite que com a taxa regional possa haver uma diminuição das receitas para o município, mas depois admite que o objetivo dessa taxa poderia ser para a manutenção e limpeza dos espaços verdes, pediu para clarificar.

O representante da AMRAA explicou que qualquer taxa carece de uma contrapartida, nesta taxa turística regional não há propriamente um serviço direto aplicado ao turista. Cada município é autónomo no que respeito às suas receitas e despesas, devendo sempre, ambas, estarem canalizadas no mesmo sentido. A autonomia financeira dos municípios está muito ligada ao OE, alias, se não fosse o OE os municípios teriam muito pouca ou nenhuma autonomia financeira.

O Deputado Carlos Silva lembrou que os representantes do peticionário entendiam que a taxa turística, da forma como está criada, vai onerar os empresários pelo trabalho adicional que vão ter que despender na sua cobrança.

Tendo em conta que, aparentemente, a AMISM já tinha deliberado ou consensualizado entre as autarquias que iria aplicar uma taxa de turística

municipal em 2023 se essa decisão também resultou de uma auscultação dos parceiros do setor, nomeadamente, das associações de alojamento local, Hotelaria e Câmara do Comercio, porque aparentemente eles entendem que taxas turísticas, sejam municipais ou regionais, vão aumentar os custos de contexto dos empresários.

“No caso daqui da taxa turística municipal a aplicar ela pressupõe que haja, no vosso entender, uma contrapartida direta seja através dos resíduos, o acesso aos trilhos, por na lógica da taxa turística a contrapartida seria de certa forma o acesso à natureza”, sendo assim, questionou qual é que era o valor da taxa que seria cobrada, se isso resulta também de uma auscultação dos parceiros do setor e no caso da cobrança, se seria feita no alojamento. Para perceber se aquilo que estava a ser pensado também era coerente com aquilo que foi apresentado.

O representante da AMRAA afirmou que o que estava a ser pensado era que a própria AMISM comprasse a plataforma, que pudesse haver essa gestão, ou seja, não iria haver qualquer custo para o empresário ao nível de plataformas. Na sua visão seria que cada alojamento por cada dormida fizesse a aplicação da respetiva taxa turística. “Não colhemos qualquer parecer, porque também ainda não tínhamos dado esse passo definitivo relativamente à materialização da própria taxa. Quanto ao valor da taxa aquilo que estava a ser preparado era 1 EUR por noite, por adulto”.

- **Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:**

A Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas foi feita, conforme deliberação da Comissão, em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 73/XII – “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 16/2022/A, de 21 de junho, que estabelece o Regime Jurídico da Taxa Turística Regional” e com o

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 75/XII – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2022/A, de 21 de junho”.

Quanto à posição do Governo sobre esta iniciativa, a Secretária considerou prematuro, um destino como os Açores, acabando de sair de uma pandemia, um destino recente, aplicar uma taxa turística, concluindo que se trata de uma iniciativa inoportuna. Mas que, uma vez aceite na Assembleia, o Governo cumpre sempre aquilo que é decidido pela Assembleia, “face às iniciativas que temos a posição é a mesma”.

O Deputado Carlos Furtado quis saber, se nenhuma dessas iniciativas for aprovada, se o Governo está em condições de implementar a taxa turística a 1 de janeiro de 2023.

A Secretária Regional explicou que, na altura em que foi discutida a proposta, referiu que estavam a dar um sinal contrário ao turismo e continua a achar. Contou que há situações que trazem alguma apreensão, como a guerra na Ucrânia, a pandemia, etc. Reforçou a ideia de que aquilo que for decidido na Assembleia, o Governo irá fazer cumprir.

O Deputado Carlos Furtado lembrou que a Secretária Regional não respondeu à pergunta, voltando a questionar: “conforme a proposta que eu apresentei, se o Governo Regional dos Açores terá capacidades para, até essa altura, consolidar e valorizar o destino Açores? Fazer uso do que a taxa por si só possa incrementar ao destino turístico.”

A Secretária Regional respondeu que sim, acrescentado que “teremos que estar à altura da aplicação da taxa, se me disser que em 2025 é melhor do que agora, obviamente que é, porque temos mais tempo para a consolidação, mais tempo para trabalhar o destino turístico, para ponderar a oportunidade da própria taxa”.

O Deputado Carlos Silva afirmou que o Parlamento decidiu, mas que o Governo não está disponível para cumprir. O que está aprovado neste

momento é uma taxa turística, uma plataforma eletrónica para o efeito, cuja competência para a sua criação é do Governo Regional e o Governo não está a cumprir uma deliberação da Assembleia. Perguntou à Secretária Regional quem é que cria a plataforma eletrónica e porque é que este assunto não foi discutido com os pareceres do setor. Tendo em conta que a legislação foi aprovada para aplicação de uma taxa turística, questionou, também, qual é que é o valor que o Governo orçamentou, no Plano e Orçamento da Região para 2023, relativamente à cobrança dessa taxa.

A Secretária regional respondeu que o Governo cumpre e cumprirá. Sobre a cobrança turística, ela é receita do ambiente e, portanto, as receitas não precisam de estar orçamentadas. Entram sempre no orçamento.

O Deputado Carlos Silva quis saber o ponto de situação sobre a plataforma eletrónica. Sobre a cobrança de receitas e sobre a previsão orçamental, são assuntos da perspetiva do Governo, dependendo se este quer ser muito rigoroso ou pouco rigoroso naquilo que inscreve no Plano e Orçamento, explicou o Deputado.

A Secretária Regional respondeu dizendo que a plataforma eletrónica será elaborada logo que seja necessário e depois de verificarem o que vai acontecer com estes diplomas em apreciação.

O Deputado Carlos Silva pediu mais informação sobre o que está a ser feito com a plataforma.

A Secretária Regional respondeu, novamente, que o Governo fará a sua parte e a plataforma estará em funcionamento logo que entre em vigor a taxa, “se ela não entrar, nessa altura teremos tempo para ponderar todas as alterações”.

O Deputado Carlos Furtado quis saber se a Secretária tinha conhecimento se “à sua Secretaria Regional tinha chegado alguma queixa, preocupações por parte dos operadores turísticos que vão fazer a cobrança, sobre a não aplicação, ou as dificuldades de aplicação, dificuldades logísticas que possam vir a surgir”.

O Deputado Carlos Silva perguntou qual foi o parecer do Governo Regional ao aumento da taxa de segurança nos aeroportos, que efetivamente vai contribuir para aumentar as taxas que são cobradas aos turistas que visitam a Região.

A Secretária Regional respondeu que na altura todos os operadores turísticos se manifestaram contra, com pareceres escritos. Consideraram que esta proposta deveria ser mais bem ponderada. Sobre a questão do deputado Carlos Silva, a posição do Governo foi negativa.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários bem como o teor das audições, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por **unanimidade**, com votos favoráveis do PS, do PSD, do CDS-PP e do Deputado Independente, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 357 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. Os peticionários, na exposição de motivos, referem que a criação de uma taxa turística regional, recentemente aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), foi contra a opinião unânime dos representantes do setor;
3. Os peticionários solicitam a revogação imediata do DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho de 2022, que cria o regime jurídico da taxa turística

regional, justificando que este foi aprovado num contexto particularmente inoportuno;

4. O Projeto de DLR que cria o regime jurídico da taxa turística regional, deu entrada na ALRAA a 02/02/2022;
5. A Comissão de Economia, perante esta proposta, reuniu todos os dados para, conforme o Artigo 39.º do Regimento, “informar e habilitar o Plenário” sobre a matéria em análise;
6. O diploma que dá origem a esta Petição, foi aprovado na ALRAA, por maioria;
7. Relativamente à Petição em análise, houve o mesmo cuidado, ou seja, foram deliberadas mais audições, nomeadamente de representantes do primeiro peticionário, da AMRAA e da SRTMI, precisamente para acrescentar conhecimento sobre a matéria;
8. É reconhecido pelos representantes do primeiro subscritor que não foram desencadeadas quaisquer ações, que tenham conhecimento, no sentido de pôr em prática o DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho de 2022, nomeadamente a plataforma e a respetiva formação;
9. Da parte do Governo, apesar de achar prematura a aplicação da taxa, é afirmado que está em condições de operacionalizar a sua aplicação, conforme foi aprovado na ALRAA;
10. A Comissão de Economia entende que a Petição está em condições de subir a Plenário para debate;
11. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao peticionário, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 06 de dezembro de 2022.

A Relatora

(Patrícia Miranda)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Ávila)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório.

Estão abertas as inscrições para a apreciação da Petição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(* **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM saúda todos os peticionários subscritores desta iniciativa cívica.

As reivindicações expressas neste diploma foram, desde logo, a nossa preocupação com a introdução da taxa turística numa altura inoportuna de pós pandemia e de retoma turística.

A burocracia extraordinária com coimas associadas aos promotores das dormidas, em caso de incumprimento de entrega de informações ou do valor da taxa em si, não abona a satisfação dos empresários que consideram um abuso a introdução de uma taxa neste momento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Foram dados exemplos de proprietários de alojamentos locais na ilha de São Miguel que vivem num concelho e têm propriedades noutra, em que fazem a entrega da chave de forma não presencial. Com a obrigação da taxa turística, passam a ter que cobrar esse valor de forma presencial, preenchendo documentos obrigatórios que, em bom rigor, complicam logística e burocraticamente os pequenos proprietários.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Finalizo com o reparo de que o PPM não votou favoravelmente este diploma. A nossa análise, mesmo antes da contestação cívica, foi de que não era nem o tempo, nem momento para a aplicação de uma taxa turística. Mantemos a mesma posição e teremos a oportunidade de marcar a nossa posição nos próximos diplomas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de saudar os peticionários. Inclusive em relação a esta Petição há uma série de notícias e de informações que foram chegando a todos nós contra a aprovação desta taxa turística, que levou a que o CHEGA tivesse apresentado um diploma que vai à discussão já a seguir, quanto à revogação da própria taxa turística. E como dizia o Sr. Deputado Gustavo Alves do PPM, o tempo não é este. Podemos discutir mais à frente. Por

sistema, o CHEGA já se manifestou e votou contra na altura e apresentou também o argumento. Podemos voltar a discutir, quando acharmos que estamos na altura de o fazer, mas este momento, não é o tempo de o fazer, não é o tempo de aplicar mais uma taxa.

Obviamente, a visão do CHEGA é de que já temos taxas a mais, inclusive, não podemos estar a investir tanto na promoção turística e, ao mesmo tempo, vir pedir que as pessoas também paguem uma taxa turística.

Eu compreendo que muita gente diz “nós vamos para fora e pagamos”, mas eu penso que o mal dos outros nunca nos serviu de bem – primeiro aspeto; segundo aspeto, quando se diz que o valor é baixo, pois é, mas não interessa, o que interessa é o que nós estamos a dizer. E eu costumo dar o exemplo que é convidar as pessoas para jantar lá em casa e, no fim, deixem aí 20 cêntimos para pagar o *fairy* da louça. Quer dizer, não é aceitável.

Eu estou recetivo a que se volte a discutir este tema, mantendo obviamente a coerência daquela que é a posição do CHEGA, não fechando nenhuma porta, mas não agora.

Por isso, no sentido que foi a Petição, e o que emanou das assembleias municipais, e não só, de várias entidades, ainda há pouco tempo ouvíamos entidades ligadas ao empresariado do turismo a dizer que não fazia qualquer sentido.

Nós estamos de acordo, não faz qualquer sentido e queremos a revogação da lei.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como está registado no Diário das Sessões em que votámos a taxa turística, a Iniciativa Liberal votou contra a Proposta de DLR do PAN.

Conheço alguns desses peticionários, saúdo a sua atitude cívica. Mas até democracia mais liberal e mais libertária, tem regras. E uma das regras da democracia é que vence a maioria. E quer os termos com que se nos dirigem esses peticionários, quer até mesmo o *timing* ou o momento em que apresentam esta Petição é, no meu fraco entender e da Iniciativa Liberal, de enorme desrespeito pela democracia. De enorme desrespeito, pela votação que saiu desta Casa. E de enorme desrespeito, pelo trabalho que foi desenvolvido pelos Srs. Deputados aqui nesta Casa que rejeitaram a Proposta do PAN e aqueles que a aprovaram, com a mesma legitimidade democrática que têm aqueles que a rejeitam. E, nesse sentido, teria que, em consciência, deixar esta nota.

É legítimo cada cidadão fazer as petições que entender. É legítimo a todos os cidadãos fazerem quando entenderem, assim como é legítimo à democracia parlamentar representativa, repudiar essas petições quando elas sejam feitas desta forma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não está em questão, obviamente, a democracia participativa de quem quer fazer uma petição. Eu próprio fui peticionário de muitas petições, mas tive sempre um cuidado bastante grande, independentemente do que é que eu achava de cada deputado desta Assembleia, quando eu não era

deputado. Tratava de forma respeitosa todos os deputados. E o primeiro parágrafo desta Petição não respeita os Deputados Regionais. Eu não vou dirigir-me aos peticionários desta Petição, nunca o iria fazer, respeito e de vou sempre defender o direito dos peticionários terem feito esta Petição, sem dúvida nenhuma, mas não da forma que fizeram. E têm que defender o que entendem defender, sem dúvida nenhuma, mas não precisam de retirar a importância dos Deputados Regionais ou se acham, à partida, que os deputados são ou não são ignorantes relativamente a certas matérias.

São opiniões. Eu respeito a opinião de quem votou contra neste plenário e, obviamente, respeito a opinião de quem votou a favor. É assim que a democracia funciona. E relativamente pelo menos ao primeiro peticionário, só tenho que dar também os parabéns, chegámos a 1 milhão de dormidas para o alojamento local. Estamos de parabéns. E não é taxa turística existir ou não existir, que vai alguma vez alterar isso.

Por isso, eu só quero agradecer aos peticionários. Peço que tenham cuidado, porque se querem mesmo ter um diálogo construtivo, não será assim que certamente que o irão ter com o PAN, da forma como fomos endereçados.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo, em nome do Bloco de Esquerda, por naturalmente saudar os peticionários e o exercício do direito de petição que nós muito valorizamos e que deve efetivamente ser utilizado para os cidadãos

manifestarem as suas opiniões, as suas reivindicações de forma livre, dentro da sua liberdade de cidadãos sem qualquer limitação.

Antes de ir ao conteúdo da Petição, até no seguimento da leitura do relatório, gostaria de começar por dizer que, em primeiro lugar, considera o Bloco de Esquerda que é um pouco estranho que o Parlamento, face a um conjunto vasto de audições, sobre uma matéria que tenha decidido alguns meses antes que não está em vigor, que teve uma aprovação nesta Câmara e que o Parlamento coloque dúvidas sobre a sua própria decisão pouco tempo depois. É, de certa forma, duvidar o seu próprio trabalho, independentemente das discordâncias de qualquer um dos Deputados, como já houve aqui o caso da Iniciativa Liberal que não votou favoravelmente a criação da taxa turística.

Mas esta é uma perplexidade que gostaria apenas de deixar registada nesta primeira intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E ainda bem.

O Orador: Nós, como é óbvio, votámos a favor da criação da taxa turística - e já lá vamos à discussão do conteúdo nas iniciativas seguintes - e, por isso, discordamos do pedido que os peticionários fazem. Compreendemos que haja quem discorde, mas efetivamente este Parlamento decidiu e, julgo eu, sem qualquer alteração das circunstâncias que levaram à aprovação da taxa turística, não faz qualquer sentido atender a esse pedido.

Também não posso deixar de salientar o que já foi salientado nas intervenções que me antecederam.

Julgo eu que não é a melhor forma de tratar este assunto, quando se diz por parte dos funcionários que os Deputados têm pouca atenção e conhecimento da realidade.

Os Deputados terão muitas falhas, e todos temos falhas, mas julgo eu que...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor passa a vida a dizer isso dos outros!

O Orador: Diga Sr. Deputado?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi só um aparte.

O Orador: Foi uma parte, mas eu gostaria de ouvir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor passa a vida a dizer isso dos outros!

O Orador: Eu passo a vida a dizer isto dos outros? Muito bem. Fica registado.

Não me parece que seja a melhor forma de tratar este assunto, porque eu não me atreveria, mas pelos vistos o Sr. Deputado João Bruto da Costa acha que isso é normal, a dizer aos peticionários que eles têm pouca atenção ao que se passa aqui dentro. Não tenho essa legitimidade e não conheço o pensamento de cada um, nem conheço a atenção de cada um. Se o Sr. Deputado João Bruto da Costa, acha que isso é uma forma correta de se dirigir a outra pessoa, o Bloco de Esquerda não acha.

Termino dizendo que nós não acompanhamos aquilo que os peticionários solicitam e já lá vamos, na discussão das propostas dos projetos de decreto regional à matéria e à oportunidade e a forma como os proponentes das iniciativas seguintes também tratam este Parlamento e a democracia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Rui Martins, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta Petição, em primeiro lugar, cumpre-me democraticamente saudar todos os peticionários na pessoa do Sr. Rui Correia, primeiro subscritor desta da mesma.

Sem dúvida que também ao CDS cumpre fazer uma apreciação daquilo que foi esta Petição.

Se por um lado, há legitimidade democrática, mesmo após todo um trabalho parlamentar e ter-se votado uma iniciativa que neste caso, apontava - e aponta - para a entrada em vigor de uma taxa turística, uma vez que foi aprovada em janeiro de 2023, e obviamente esse trabalho parlamentar foi feito com todo o cuidado, com toda a seriedade, por todos os partidos políticos, também é legítimo que a partir do momento em que a sociedade é confrontada com uma decisão, que se calhar passa por prestar mais atenção e que, como acontece não poucas vezes - até muitas vezes, mais do que deveria nos processos de consulta pública - em que a sociedade, na verdade, não se apercebe que determinado projeto está em consulta pública e só quando as obras começam, é que as pessoas se lembram de opinar aqui. Aqui, talvez tenha sido um bocadinho dentro da mesma medida, mas esta Petição acaba por ter o mérito de (pelo menos da parte do CHEGA) ter tido o compromisso, ou seja, porque houve muitas pessoas e entidades que fizeram chegar a um deputado desta Casa, o seu descontentamento, pois acharam que talvez não foram tão vocais anteriormente e que levou a um partido legitimamente também propor agora uma revogação, como vamos analisar a seguir.

Não obstante tudo isto, devo dizer aos peticionários que efetivamente este Parlamento não é - socorrendo-me um bocadinho duma coisa que o Sr. Deputado Nuno Barata diz não poucas vezes e que subscrevo - uma casa para defender corporativismos ou determinados setores da sociedade. Da mesma maneira que nesta Petição fomos confrontados, e é alegado, que a

maioria das empresas e todas as associações empresariais do ramo do turismo são contra esta taxa, nós não representamos única e exclusivamente estas associações, representamos toda uma sociedade. E obviamente, há a voz popular, há o nosso eleitorado, há os nossos grupos de trabalho, cada um dos partidos reúne e tem uma posição sobre cada assunto. Daí também fazerem, com propositura, estas iniciativas e, por isso, os peticionários também deveriam ter em atenção que o trabalho dos deputados não é ouvir única e exclusivamente o setor e não está aqui para defender o que o setor que os deputados façam nas suas áreas ou em áreas que também possam ter impacto na sua atividade.

Por isso, fazendo esta ressalva, uma vez que claramente não gosto de ser maltratado e acho que todos os Deputados desta Casa merecem respeito e consideração de todos os eleitores, sendo que obviamente cada eleitor tem o direito de escolha e escolhe ser representado por quem melhor lhe aprouver, mas efetivamente também não foi com muito agrado que vi os termos em que se dirigiram, pese embora concorde e esteja solidário com os motivos que os levaram a fazer esta Petição e o CDS, oito meses volvidos da aprovação desta taxa a que obviamente nós nos opusemos, não mudámos de ideias, a nossa posição é exatamente a mesma, esta taxa é desadequada, é o tipo de taxa que normalmente pode passar uma mensagem ao setor, sobretudo, a quem nos visita, de ser um destino massificado.

Obviamente que quem tenha decidido vir para os Açores, não deixa de vir porque vai pagar mais 1 ou 2 euros de taxa turística, não é isso que está em causa, mas na verdade quando se pensa num destino, quando se promove um destino e, ao mesmo tempo, diz-se que agora há uma taxa turística normalmente associada a alguma massificação, a pressão turística é efetivamente um sinal errado. E é nesse ponto exatamente que

estamos solidários com os peticionários e, por isso, volto a saudá-los por esta iniciativa. E, felizmente, acabam por ter algum sucesso neste objetivo da Petição, uma vez que houve nomeadamente um partido político, pelo menos, que decidiu -digamos - acatar e trazer novamente a debate e à discussão este objetivo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(*) Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de mais, gostaríamos de saudar, obviamente, os peticionários por terem trazido esta iniciativa cívica, concordando em absoluto com aquilo que foi dito pelo Deputado Rui Martins, na forma como foi feito. Mas como, para além da forma, nós discutimos o conteúdo, e é isso que vou discutir nesta primeira abordagem a esta Petição e a este tema, a verdade é que, no que diz respeito ao turismo dos Açores - e os números de 2022 não deixam dúvidas, mais hóspedes, mais dormidas, mais receitas - levanta certamente uma dúvida que é: será que nós podemos considerar os Açores como um destino devidamente consolidado?

E esta dúvida, esta instabilidade dos mercados por conta quer da guerra, quer da crise, tornam o turismo uma atividade extremamente vulnerável.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

A Oradora: Pode representar uma dificuldade para os consumidores quer por via da redução dos seus próprios rendimentos, quer pela insegurança e clima negativo, pelo que é um trabalho deste Governo continuar a criar condições para que se possa dotar o destino com mais qualidade, maior sustentabilidade e um valor acrescentado dos seus produtos de excelência ao longo dos próximos anos. E, por isso, o PSD-

Açores não tem dúvidas, este caminho não se faz com a aplicação da taxa turística regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Compreendemos e concordamos com as preocupações que são traduzidas pelos peticionários, considerando que a taxa turística terá sempre uma carga negativa associada e que não corresponde diretamente à prestação dum serviço, mas sim uma taxa que é aplicada e que deveria ser aplicada a um serviço, o que não acontece com esta taxa que foi aqui aprovada há cerca de 8 meses.

Os pareceres das mais diversas entidades também não deixam dúvidas, a aplicação de uma taxa não vai ao encontro daquela que é a estratégia definida e vai criar um desequilíbrio na competitividade do destino, não sendo nem prática nem acessível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sabemos que o turismo é uma das principais alavancas da economia dos Açores. E a verdade é que o turismo já contribui em muito para as receitas também da própria Região, ou seja, pelo IVA, IRS, o emprego, os lucros das empresas tributadas em sede de IRS, pagam IMI. pagam taxas municipais, portanto, o acréscimo desta receita da taxa turística seria uma ínfima parte daquilo que representam já as receitas fiscais resultantes do turismo.

Quando se considera fundamental simplificar a atividade do Estado no que respeita aos custos de contexto das empresas e particulares, o que é que aparece? Uma taxa turística regional que vem claramente num caminho oposto àquilo que se pretende. E, portanto, concluindo, o PSD-Açores partilha aquelas que são as preocupações dos peticionários e mantém não só os argumentos utilizados aquando da aprovação deste

Decreto Legislativo Regional, como também mantém a posição contra a aplicação de uma taxa turística regional.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos, faça favor.

(*) Deputado Rui Anjos (PS): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra de agradecimento aos peticionários pelas questões que levantam, pela preocupação que demonstram, pela forma ativa como defendem as associações que representam, nunca esquecendo que em matéria de destino sustentável e destino de natureza, foram realmente os empresários relacionados com o turismo que se aliaram à visão e à estratégia dos Governos PS para juntos darem os primeiros passos na sua certificação e para o desenvolvimento da cartilha da sustentabilidade.

Assim, em 2019, a Região conquistou a certificação como destino turístico sustentável, o primeiro arquipélago no mundo, com este galardão.

Estamos todos de acordo que a captação dos fluxos turísticos para a nossa Região é alicerçada na nossa natureza e a criação desta taxa trata, por isso, de manter os níveis de qualidade da oferta, sobretudo do ponto de vista ambiental, através de investimentos continuados nos domínios da paisagem e da preservação da natureza - a nossa melhor identidade.

O diploma discutido e aprovado em abril nesta Casa, prevê expressamente a criação e o desenvolvimento de uma plataforma eletrónica de fácil e de intuitiva utilização, com o propósito de não adicionar volume de trabalho às empresas, pretendendo ser simples, prática e automatizada.

Foi com estranheza que ouvi dos peticionários, em sede de Comissão de Economia, estes manifestarem desconhecer em absoluto o desenvolvimento deste mecanismo eletrónico a dois meses da entrada em vigor deste diploma, o que acarreta uma natural ansiedade e expectativa.

O Governo com a sua inação aflige, mais uma vez e de forma desnecessária, os empresários.

Quando questionada, a Sra. Secretária respondeu de forma clara e inequívoca que a plataforma eletrónica estaria a ser criada. O que nos remete para uma de duas considerações: ou a Sra. Secretária não está a desenvolver uma plataforma eletrónica que suporte a aplicação da taxa turística que entrará em vigor daqui a 15 dias, desconsiderando o que aqui foi deliberado em democracia ou, por outro lado, até está criada, mas sem a auscultação e os contributos dos agentes económicos do setor.

Em relação ao timing da aplicação desta taxa, não deixa de ser curioso que este Governo, nomeadamente a Sra. Secretária de Turismo, uma vez refere que esta não oportuno que dá um sinal contrário e que é preciso cuidado para não desencorajar quem nos visita. Noutra vez, manifesta uma enorme satisfação com a eleição dos Açores como destino com maior potencial turístico. E que os Açores vão superar o número de hóspedes e dormidas de 2019, mas vão sobretudo bater o recorde de proveitos gerados pelo setor, acrescentando que o turismo dos Açores está bem e recomenda-se e que só o Partido Socialista não vê isto.

Deputado João Bruto Costa (PSD): E tem razão!

O Orador: É por demais evidente a contradição deste Governo, que defende aquilo que lhe interessa, quando lhe interessa, mesmo que se contradiga.

Mas 2022 também trouxe inúmeros constrangimentos. Continuamos a não falar do essencial. Estamos a trabalhar a quantidade em detrimento da qualidade. A este propósito, recordo novamente que a própria Associação de Guias de Informação Turística, através do seu Presidente, alertou que “estamos a gerar fluxos turísticos para a Região sem estarmos a criar as devidas condições”. Refere, inclusive, que o que assistimos neste verão foi uma pressão muito significativa nas zonas mais visitadas. Diz sentir-se chocado e envergonhado com a desorganização que transmitimos aos nossos visitantes, pois comprova que aquilo que promovemos, na realidade, muitas vezes não se comprova. E por falar em não corresponder nem às expectativas nem às necessidades que o setor enfrenta, recordo a opção deste Governo de efetuar um brutal corte de verbas afetas ao setor turístico para 2023, em ações determinantes, sensíveis e em absoluta contradição com o que as associações e os parceiros sociais defendem concretamente:

- Promoção e desenvolvimento turístico, um corte de 12 milhões de euros, menos 55% quando comparado com 2022;
- Sustentabilidade do destino turístico, menos 1,2 milhões de euros, igualmente menos 55%, face a 2022. Sinceramente, não se compreende.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados para finalizar, gostaria de uma vez mais agradecer aos peticionários seus contributos e referir que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem procurado, ao longo dos anos, contribuir para a sustentabilidade do destino turístico num setor que representa inúmeras empresas e postos de trabalho, dinamizando toda a nossa economia regional.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E sobre a Petição, nada?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção por agradecer aos peticionários pelo exercício de cidadania que é juntar um número considerável de pessoas em torno de um documento único, para manifestarem a sua opinião e fazê-la chegar aqui até esta Casa.

Para além do exercício de cidadania que isso representa por parte dessas pessoas, percebo também que boa parte delas são ativos importantes naquilo que é a divulgação da nossa Região, mas também dos serviços que elas prestam enquanto prestadores de serviços a quem nos visita.

No entanto, não posso deixar de agradecer – mas devolver ao remetente - as críticas de que os Srs. Deputados da Assembleia estão distraídos.

Ora bem, eu creio que os Srs. Deputados da Assembleia não estão distraídos, porque se eu bem me lembro – como dizia Vitorino Nemésio - no trabalho que foi feito em Comissão, havia uma clara intenção por parte da Associação dos Municípios, pelo menos foi isso que foi transmitido, de que boa parte dos Municípios da Região Autónoma dos Açores estavam preparados para, quase no imediato, implementar uma taxa turística municipal.

Portanto, se assim, e fazendo fé nas declarações da representação dos municípios, o que estaríamos aqui hoje a discutir não é uma taxa regional,

mas sim qual é o nome que a taxa vai ter? Será regional ou municipal? Porque se for municipal, ao que parece, também não há-de agradar aos senhores petionários.

Portanto, a taxa regional só chegou aqui, porque ela foi aprovada regionalmente. E quanto a isso, também não sendo propriamente um amante de tachas e tachinhas, eu acho que temos que ser objetivos na análise do que é uma taxa turística.

Ora bem, se uma taxa turística for municipal, será com certeza uma recompensa pelos custos adicionais que os municípios possam ter em função da carga turística que possam ter. Mas também temos que ver as coisas com mais alguma objetividade, ou seja, então quando se faz um hotel num determinado município, ao que eu julgo que saber, o parecer vinculativo do município sobre a construção ou adaptação de um edifício para unidade turística, é de que o parecer de uma câmara é vinculativo. E se a câmara entender que a autorização de construção daquele edifício, por si só, pode representar uma carga adicional, pois nas condicionantes vai dizer que há que fazer um reforço da rede de água, de saneamento ou de outros elementos que acharem por bem que têm que ser reforçados naquele município a expensas do promotor, para que se construa o edifício naquele concelho. Ou seja, as câmaras declinam, e bem, os custos adicionais que possam ter com a carga que representa a construção e o pôr (em atividade) aquela atividade económica. Portanto, as câmaras vão imputar esse custo aos promotores, as câmaras recebem as taxas da construção desses edifícios, recebem as taxas de licença de utilização desses edifícios e recebem ainda o IMI desses edifícios.

Portanto, eu creio que neste universo, são as câmaras efetivamente que mais beneficiam com a entrada de mais uma unidade hoteleira nos seus

municípios. Por isso, eu não vejo, a partir daí, razão para que os municípios reclamem para si todo o valor da taxa turística, porque com base naquilo que eu já aqui elenquei, as câmaras são os principais beneficiados com as unidades turísticas nos concelhos a que presidem. Coisa diferente, é quem gere a Região Autónoma dos Açores, porque os governos têm que gerir portos, aeroportos, estradas regionais, miradouros, monumentos naturais e tantos outros elementos que são importantes e que custam dinheiro e são esses os elementos principais que trazem as pessoas à nossa Região, logo, eu não vejo por que razão é que, pelo menos a partilha – no fundo é disso que se trata aqui – das receitas duma taxa há-de ser posta em causa. Sim, porque continuo a dizer e reitero, o que está em causa é uma taxa municipal ou regional, porque se não houver regional, ao que parece, vai existir a municipal. Portanto, também não vejo razão para, e conforme foi alegado pelos Peticionários, dizer que pelo facto das pessoas pagarem uma taxa ou uma entrada na Caldeira Velha, na Poça da Beija, ou na montanha do Pico, seja razão para não pagar uma taxa turística. E como gosto muito de fazer comparações, isto é o mesmo que, por exemplo, na Feira Lar, Campo e Mar, lá porque um indivíduo ir às barraquinhas dos comes e bebes, não vai pagar o bilhete entrada. Não, o bilhete de entrada paga, porque tem que fazer face à estrutura que foi construir e pôr em prática aquele evento. Se a pessoa vai ou não à barraquinha, isso é outra conversa. Portanto, eu não vejo razão para os senhores peticionários falarem na situação de que se já paga no lado, não tem que pagar no outro. Não, porque, no limite, estaríamos a admitir que esses locais visitáveis que são pagos, são as únicas belezas naturais que temos para oferecer às pessoas que nos visitam. Eu acho que isso não é correto e por

isso, como já disse, não sou amante de taxas e taxinhas, entendo que uma taxa regional é um mal menor num ambiente de possíveis taxas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está assim apreciada esta Petição. Avançamos nos nossos trabalhos para os pontos 6 e 7 da nossa agenda, uma vez que a Conferência de Líderes decidiu que eles seriam discutidos em conjunto.

Estamos a referir-nos ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 73/XII** – “Primeira alteração ao DLR n.º 16/2022/A, de 21 de junho, que Estabelece o Regime Jurídico da Taxa Turística Regional”, apresentado pelo Sr. Deputado Independente;

O ponto 7 é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 75/XII** – “Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2022/A, de 21 de junho”, apresentado pela Representação Parlamentar do CHEGA.

Os tempos já estão colocados nos nossos painéis e vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Furtado para a apresentação da sua iniciativa.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa não tem muito mais que apresentar, todos já temos conhecimento.

Deputado Pedro Neves (PAN): Já esgotámos os argumentos na Petição?

O Orador: Portanto, trata-se de uma proposta de alteração e de uma iniciativa que pretende algumas alterações ao documento base que foi aprovado este ano nesta Casa e, nomeadamente, cria mais alguma harmonia na distribuição das receitas provenientes da taxa turística, reconhecendo também o trabalho e os custos. Perante os *players* que farão a cobrança dessas taxas.

Eu acho que isto é fundamental neste momento, porque temos que ter em atenção que boa parte dessas receitas não vão ser cobradas por grandes unidades turísticas, onde terão sempre alguém disponível na receção para fazer a cobrança, mas boa parte delas serão cobradas por pequenas unidades turísticas cujo promotor pode ter apenas uma unidade turística. Portanto, é fundamental, de alguma forma, reconhecer o trabalho e o constrangimento a que se refere a tramitação do recebimento e entrega do valor da taxa turística. Além disso, proponho também que haja uma prorrogação da data de entrada da iniciativa, porque compreendendo que o verão que tivemos foi atípico - tivemos pessoas que nos visitaram apenas para cumprimento de viagens que estavam marcadas desde o tempo anterior à pandemia, sendo que esta poderá não ser a realidade do próximo ano; percebendo, ainda, outros constrangimentos e que o nosso público alvo, enquanto turismo, possa sofrer nos próximos tempos (e já sofre), nomeadamente a inflação que tem diminuído (e de que maneira!) as receitas das pessoas que nos visitam; as taxas de juro que também vão onerando as prestações das casas das pessoas, poderá ser outro elemento dissuasor, porque vai diminuir a disponibilidade financeira de cada um; e porque também já foi tornada pública outra situação que foi sendo divulgada ao longo do verão, de que houve também algum serviço prestado a quem nos visita que não foi de excelência, eu acho que é tempo de fazermos um ponto de situação e percebermos que, neste momento, a aplicação da taxa turística partir de 1 de janeiro poderá revelar-se desaconselhável, atendendo a estes sinais que eu aqui apresentei.

Não se trata de -passe a expressão - *encostar à parede* uma iniciativa que foi legitimamente aprovada por maioria nesta Casa, mas, sim, prorrogar no tempo a sua entrada em vigor.

Na proposta inicial, inclusive, estava a entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2025, entretanto já apresentei uma proposta de alteração que se enquadra naquilo que foi o espírito dos parlamentares que em abril passado aprovaram a iniciativa, reduzindo a entrada em vigor para 1 de janeiro de 2024, em vez de 1 de janeiro de 2025.

Espero que desta forma se consiga fazer aquilo que é muito difícil, que é agradar a *gregos e a troianos*. Mas da minha parte, e naquilo que em consciência acho que deveria fazer, é esta a iniciativa que apresentei para prorrogar a entrada em vigor da mesma.

A todos peço a vossa compreensão, pois trata-se de um ato democrático. Há pouco já ouvi aqui algumas críticas, no sentido de que se uma proposta foi aprovada, não tem nada que mexer, mas devo lembrar que, por exemplo, há outras situações que aconteceram no passado. E só para lembrar alguns partidos dessas situações, eu lembro-me que a despenalização do aborto foi à Assembleia da República mais uma vez, portanto, se não passou uma vez, houve uma altura que passou, ou seja, a insistência fez passar.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS e do Deputado do PAN)

O Orador: Portanto, era um direito que assistiu aos partidos que na altura apresentaram e agora é um direito que me assiste também, enquanto Deputado desta Casa, apresentar em tempo que achar por conveniente, as iniciativas que penso sejam pertinentes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco para apresentação da sua iniciativa.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho muito mais a acrescentar.

Durante a Petição, foi dito e referi também, as inúmeras assembleias municipais que se manifestaram contra.

Eu penso que a humildade democrática também é importante nestas coisas e devemos voltar a visitar este tema.

Daquela tribuna hoje de manhã disse que vivemos um tempo de incerteza, obviamente, não sabemos o que é que vai acontecer. Muito do fluxo turístico, é verdade, também teve a ver um pouco com o ficar *congelado* na pandemia. Vamos ter que esperar e ver o que é que acontece.

Eu tenho por cuidado ir prestando alguma atenção, e penso que os senhores também. Recebi inúmeras queixas quanto a isso, como os senhores também receberam muitas, e não podia virar as costas a elas e achei por bem, apesar do respeito que tenho por toda a democracia e pelas decisões democráticas que tomámos nesta Casa, que se calhar desta vez, precisávamos de fazer isto de forma diferente e é assim.

Não sinto nada que a democracia seja insultada ou que este Parlamento seja insultado. Já agora, a adjetivação ou outros termos menos próprios, pois com certeza ficam com quem os profere.

Pronto e é tão simples quanto isso.

Deixo à vossa consideração, à vossa análise e ao vosso voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Deputado.

Estão apresentadas ambas as iniciativas e estão abertas as inscrições. A Mesa já tem inscrição do Sr. Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos aqui duas iniciativas que são um pouco diferentes; uma tem o alargamento da moratória sobre a taxa turística que foi aprovada neste Parlamento de forma democrática, e foi a soma de todos os deputados que votaram a favor; a outra revoga por completo aquilo que foi aprovado e promulgado e que é o diploma que ainda não foi implementado, porque é só a partir de 1 de janeiro de 2023.

O CHEGA vai revogar algo que ainda não entrou em vigor. E aí está aquilo que para mim roça a anti-democracia, relativamente àquilo que neste plenário, *a centralidade* deste plenário, votou, independentemente de gostarem ou não, pois também há muitos diplomas dos quais eu também não gosto, mas respeito. E isto tinha que ser implementado para ver se é um erro ou não a implementação da taxa turística. Agora, não é este tipo de iniciativas de que me arrego ou tenho orgulho em ser deputado, peço imensa desculpa, mas havia outras formas de o fazer, esta não é uma delas, apesar de ter o direito a fazer, não há nada que diga que não pode fazer, mas a ética e o respeito por este Parlamento e pela sua maioria, também deveria contar.

Seja como for, vou tentar pelo menos dizer de uma forma muito rápida que não posso concordar com o Sr. Deputado Carlos Furtado relativamente aos indicadores turísticos, aliás, é exatamente o oposto, batemos o recorde de tudo.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Eu não disse o contrário, Sr. Deputado.

O Orador: Batemos o recorde das dormidas, da faturação, ainda agora ultrapassámos 1 milhão dos AL, batemos o recorde de 2017 relativamente aos cruzeiros, foi uma notícia das 11h26 de hoje. E continua o Sr. Deputado José Pacheco com os mesmos argumentos do *vamos ver como é que está o turismo*, quando batemos o recorde de tudo. E foi aquilo que eu disse na altura quando apresentei a iniciativa legislativa neste Parlamento de que nós iríamos bater o recorde.

Então, temos aqui um problema, esta é a minha opinião, sendo que é legítimo dizer que quer fazer uma moratória, porque quem tem medo (não compra) adota um cão. Mas a pressão política que houve em torno deste assunto e a forma como isto foi conduzido, fica muito aquém daquilo que nós queremos desejar.

Para dizer, à partida, com todo o respeito que eu lhes tenho, que as competências dos municípios não são nossas só quando dá jeito, mas isto aqui não são competências das autarquias. As autarquias não têm competência para falar sobre a taxa turística **re g i o n a l**. Mas acharam que têm, pois dizem sempre que os deputados regionais não têm competência para falar dos municípios, e muito bem, só que quando é ao contrário, já não gostam muito dessa regra. E isso está totalmente errado.

Eu não sofro pressões. Não há ninguém que consiga fazer-me pressão.

O Sr. Presidente do Governo foi o primeiro a fazer uma pressão e foi o primeiro, nos bastidores, a fazer uma política da qual eu não me sinto orgulhoso. Foi aquilo que começou com o Sr. Presidente do Governo a dizer, à partida, “vamos mandar abaixo a taxa turística regional”, esse é que foi o problema. Não é um problema de turismo, não é um problema da guerra, não é um problema de inflação!

Este é um problema de egos e do *sangue azul* açoriano de algumas pessoas que acham que mandam em alguns deputados regionais! Acham que mandam nesta Casa!

Esse é o problema, Srs. Deputados!

Tenham cuidado!

Quem manda aqui somos todos os 57 deputados regionais e não são alguns lá de fora!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Essa é forte.

O Orador: Esse é que é o problema desta taxa turística regional. E vou defender esta taxa turística até ao fim, mesmo contra uma iniciativa anti-democrática do CHEGA, que quer revogar algo que não foi implementado!

Não há um único turista que não venha para os Açores por causa da taxa turística regional. Se há, mostrem-me que isso vai acontecer!

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): *Bad publicity!*

Deputado Berto Messias (PS): Mas quem é que tem sangue azul aqui dentro? Não percebi!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

O Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra para?

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Um protesto a...?

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** O Sr. Deputado Pedro Neves acaba de dizer que há pessoas aqui que mandam dentro desta Assembleia.

Eu não compreendi.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não foi o que eu disse!

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Eu não tenho agenda, sou um homem livre. Estou aqui, apresentei o que tinha que apresentar, não considero isso anti-democrático, é uma ferramenta que me permite, pronto.

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Neves com certeza não se estava a referir a si em específico, portanto, não lhe posso dar a palavra.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(Apartes impercetíveis trocados entre o Deputado Pedro Neves e o Deputado João Bruto da Costa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Deputada Elisa Sousa vai usar da palavra. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Neves:

Os 57 deputados que votaram aqui dentro, votaram de acordo com aquelas que foram as suas opiniões, a sua consciência e a consciência partidária. As influências externas a que o senhor se está a referir, bem, eu deduzo que o senhor esteja a dizer que as entidades e as instituições estão a ser politizadas, por aquilo que disse.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não foi o que eu disse!

A Oradora: Eu acredito que cada um e acredito que cada instituição que se pronunciou, pronunciou-se com base naquelas que são as suas opiniões. Nós deste lado, respeitámos a sua opinião, quando decidiu trazer esta Casa o regime jurídico para a criação da taxa turística - é legítimo, não concordamos com ela, já argumentámos há 8 meses atrás o porquê de não concordarmos, fizemo-lo agora no discurso da Petição, e eu só

não queria era que este debate passasse, sem deixar de dizer que o PSD votou de acordo com aquela que é a sua consciência e a sua estratégia no âmbito do turismo dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Neves (PAN): Agora vai votar contra, porque gosta da democracia!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Neves:

Eu peço a sua atenção. O senhor é livre de fazer as acusações ou as observações que entender por bem, devo dizer-lhe, no entanto, que eu não cedo a pressões.

O senhor diz que não cede a pressões. Eu também não cedo a pressões.

Deputado Pedro Neves (PAN): É normal!

O Orador: Aliás, este isto é tão simples e tão público como isto: a última pessoa que tentou fazer pressões sobre mim, chama-se André Ventura. E eu esperei que ele viesse aqui aos Açores para lhe dar *com o pau no focinho!*

Portanto, eu não sou marioneta de ninguém! Não sou, nem nunca fui, nem nunca vou ser! No meu nariz mando eu. E enquanto eu estiver no exercício das minhas funções, ninguém manda em mim. Eu hei-de fazer sempre aquilo que a minha consciência ditar.

Portanto, se o senhor entende ser uma pessoa íntegra -e eu não ponho isso em causa – então vai ter paciência, mas eu também me considero uma pessoa íntegra e que não admite que ponham em causa a minha retidão e a minha forma de assumir publicamente aquelas que são as minhas convicções. E não papaguear aquilo que me encomendam. Está bem, Sr. Deputado?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pronunciamo-nos agora sobre dois projetos de decreto legislativo regional, um que pretende revogar sem mais, a taxa turística que foi aprovada neste Parlamento e publicada em junho deste ano e outro que pretende, para além de alterar alguns pormenores no que diz respeito às comissões e à própria receita da taxa, mas essencialmente adiar a sua entrada em vigor.

Bem, em primeiro lugar, começando por clarificar e relembrar que o Bloco de Esquerda votou favoravelmente o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PAN, votou convictamente, concordando com a criação da taxa turística, poderíamos certamente - se a proposta tivesse sido nossa - fazê-la com um ou outro aspeto diferente, mas no essencial, temos plena concordância com a proposta.

Ela não está em vigor, como é sabido, não começou a ser aplicada, não é possível sequer neste momento fazer uma avaliação da implementação da medida- já agora, espero que o Governo esteja a trabalhar nela, mas de facto, não sei se será inédito, mas não haverá muitos casos em que o mesmo parlamento com a mesma composição parlamentar, sem terem existido eleições pelo meio, surjam duas propostas, uma que adia a entrada em vigor e até que pretende revogar aquilo que o Parlamento decidiu alguns meses mais tarde.

Bem, em primeiro lugar, quem pretende revogar, é de certa forma coerente, embora nós consideremos que não é uma forma que valorize a democracia. É legítimo discordar, seria legítimo daqui a alguns meses, eventualmente após a entrada em vigor, fazer uma proposta de revogação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a mesma sessão legislativa, não pode. O senhor sabe disso.

O Orador: O Sr. Deputado João Bruto da Costa está a recordar uma regra muito interessante que não se aplica neste caso, é certo, mas que serve exatamente para isso, e que é o Regimento impede que se apresente a mesma proposta na mesma sessão legislativa.

Para quê? Para que nós não discutamos a mesma coisa três ou quatro vezes no ano, porque isso seria efetivamente, para além de absurdo, uma perda de tempo e completamente inútil. Mas pretender revogar aquilo que foi aprovado, não está abrangido por essa regra, mas tem um efeito que, à partida diria, a não ser que alguém mude completamente de opinião, é um efeito prático praticamente nulo.

Deputado João Bruto Costa (PSD): Já está sendo desde o início da Legislatura!

O Orador: E não é respeitador efetivamente da decisão deste Parlamento, principalmente porque não houve eleições e a composição é a mesma. Já agora, a proposta do Sr. Deputado Carlos Furtado é que – falando em expressões - um tratado sobre o que é ceder a pressões. Porque o Sr. Deputado Carlos Furtado aprovou a proposta, apresentou propostas de alteração, é verdade, mas aprovou a proposta final. Se tinha alguma discordância que para si era muito relevante, então não tinha votado a favor.

Deputado Nuno Barata (IL): Era óbvio!

O Orador: Esteve nas suas mãos...

Deputado Carlos Furtado (Indep.): E ainda está!

O Orador: ...que essa proposta tivesse ou não passado. Esteve nas suas mãos e o senhor, alguns meses depois, veio aqui dizer “não, agora eu quero voltar a discutir este assunto e vamos adiar a sua entrada em vigor”.

E porquê? Porque houve um conjunto de entidades que efetivamente protestaram. E o senhor, o que é que fez?

“Então afinal, eu até queria que isto fosse diferente. Vamos então mudar a entrada em vigor”.

Isso é um tratado do que é ceder a pressões. E da nossa parte, como é óbvio, essa proposta terá o mesmo tratamento da daqueles que querem revogar a taxa turística. E, para já, não me vou debruçar muito sobre o conteúdo, porque espero que não seja necessário debruçarmo-nos sobre o conteúdo, porque nós já fizemos este debate extensamente em Comissão, no Plenário, já todos esgrimimos argumentos, este debate já foi tido no âmbito social até, nos jornais e na comunicação social.

Deputado João Bruto Costa (PSD): Mais objetivo e pragmático!

O Orador: Julgo eu que está sempre em aberto, mas não me parece que seja necessário reabrir este debate novamente nesta fase. E, por isso, votaremos contra as duas iniciativas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como disse e bem o Sr. Deputado António Lima, este debate já foi feito. E no seguimento daquilo que disse há pouco, na verdade, não me agradou ver o CHEGA e o Sr. Deputado Independente trazerem a esta Casa propostas de alteração - uma de revogação e outra de alteração - de um diploma e de uma matéria legislativa que ainda nem sequer entrou em vigor. Acho que isto nunca deve ter acontecido nesta Casa - que eu tenha memória e eu tenho uma boa memória. No entanto, a Iniciativa Liberal sempre se demonstrou contra taxas e taxinhas e votou contra a implementação da taxa turística na Região Autónoma dos Açores. E nesse sentido vamos acompanhar o voto, com a consciência que tivemos há uns meses e vamos votar favoravelmente a proposta do CHEGA. Sobre a proposta do Sr. Deputado Independente, há aqui uma dúvida: quem vota contra àquela proposta é a favor da taxa turística?

É. Se volta pelo seu adiamento, é a favor da taxa turística.

E quem vota a favor daquela proposta é contra a taxa turística?

Não é, porque é a favor do seu adiamento, logo, é a favor de que a taxa seja adiada. Certo?

Então a Iniciativa Liberal vai abster-se na proposta do Sr. Deputado Independente.

Agora, há uma coisa que eu acho que deve ficar clara nesta Casa. É que não é de bom tom vir alterar legislação, antes dela entrar em vigor. Não é uma boa prática, não é uma prática de respeito pela democracia.

Deputado João Vasco Costa (PS): Claro que não. Vão abrir um precedente.

O Orador: Mas temos que votar em consciência com a nossa votação anterior e votar a favor da proposta do Sr. Deputado do CHEGA.

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Neves)

O Orador: Não sei qual é o problema do Sr. Deputado Pedro Neves...

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu não tenho problema nenhum. Concordo consigo.

O Orador: ... porque se todos votarem em consciência, a sua proposta continua a passar, portanto, não sei qual é o problema.

Eu voto em coerência e voto em consciência. Os outros se votarem em coerência e consciência, esta votação vai ter o mesmo resultado que teve a anterior e, então, aí vem confirmar aquilo que o Sr. Deputado Pedro Neves pretende.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente aos documentos em apreciação, efetivamente a discussão já foi feita em diversas oportunidades, em diversos fóruns, como disse o Sr. Deputado António Lima, e bem, desde a Comissão, à comunicação social, aqui, julgo que já toda a gente fez essa discussão.

Mas ao mesmo tempo, eu não posso concordar com as acusações de falta de democracia em haver um partido que tem uma qualquer iniciativa, porque em primeiro lugar, da parte do CDS, há matérias que nos agrada mais trabalhar, há outras que agradam menos. Obviamente, quando estamos a falar às vezes do mesmo assunto, ou de coisas parecidas, parece que já fizemos isso no passado. Mas na Comissão de Economia, não chegam os dedos das mãos para ver o número de documentos acerca do leite e do preço do leite, subida do preço... baixa do preço, quer dizer, estamos sempre a trabalhar no mesmo assunto. Já ouvimos 30 vezes as mesmas entidades, mas é assim, às vezes com mais agrado, outras vezes com menos agrado, mas a democracia é isto. Os partidos têm a legitimidade toda de apresentar as iniciativas que considerarem legítimas e oportunas.

Deputado Berto Messias (PS): Ai é?!

Engraçado, o senhor ontem disse o contrário nesta Casa sobre a eutanásia! E só passaram 24 hora, engraçado!

O Orador: Por isso, aquilo que acontece com estas duas iniciativas e se bem me recordo – e não preciso ser advogado de defesa de ninguém, para mais de partidos que estão aqui representados como o CHEGA – mas mesmo o Sr. Deputado Independente, se bem me lembro, na altura em que votou, uma das afirmações que fez na altura, foi que não era propriamente favorável às taxas, mas que até ao final do ano podia-se ver qual seria o cenário que se antevia para 2023 e que até lá poderia rever a sua posição, nomeadamente exercer o direito que agora aqui vem exercer. Se bem me lembro isso foi dito.

Outro aspeto que tem a ver com a iniciativa do CHEGA que parece-me absolutamente legítimo, é ao ser confrontado pela sociedade e pelas pessoas com quem reúne, nomeadamente esta afirmação de apresentar

este diploma que estamos aqui a votar, foi feito em Comissão, onde eu estive, e quando da audição dos peticionários, o Sr. Deputado do CHEGA disse que ia propor um projeto de decreto legislativo regional que revogava a taxa turística, ou seja, agiu em conformidade com aquilo que afirmou em Comissão. Isto é, nada foi feito à revelia nem foi feito em corredores, não foi algo que tenha sido por uma qualquer pressão e depois aparece aqui um diploma não se sabe bem porquê. Não. Foi feito no âmbito duma discussão em que se verificou que a sociedade civil e as entidades do setor acharam pertinente voltar a falar no assunto e fazer um pedido aos Srs. Deputados, para que pudessem reconsiderar esta proposta, sobretudo, que ela não vigorasse em 2023 e, eventualmente, até revogá-la. E foi isso que foi feito.

Da parte do CDS, a nossa posição é a mesma, oito meses depois, não mudou nada, mas para o CDS, tudo o que possa permitir que a taxa turística - e aí discordo um bocadinho da apreciação do Deputado Nuno Barata, embora compreenda, pronto é um bom exercício, a questão de quem vota a favor é contra, ou quem não é não é contra, não pode votar, é um bocadinho rebuscado, mas de qualquer das formas, da parte do CDS, qualquer iniciativa que, neste caso, impeça a taxa turística de entrar em vigor no início de 2023, porque consideramos que não é oportuno – e agora não vou aduzir os argumentos – ademais, eu acho que os argumentos do PSD, PS, CDS e também doutros partidos, logo à noite, quem quiser ver o programa Parlamento, pode rever os argumentos de cada um destes partidos, por isso não vamos aqui insistir, porque obviamente todas as Sras. e Srs. Deputados sabem muito bem quais é que são os argumentos de cada partido. E, por isso, relativamente a estas duas iniciativas, o CDS em consciência e por acharmos, considerarmos e reafirmarmos que janeiro de 2023 não é a altura oportuna para ter esta

taxa turística, preferencialmente a proposta do CHEGA é efetivamente aquela que nós acompanhamos a 100%, que é a revogação e a não implementação. A proposta do Sr. Deputado Carlos Furtado é positiva, porque permite que não entre em vigor em janeiro de 2023. E por essa ordem de ideias, obviamente vamos acompanhar as duas iniciativas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, este é um assunto amplamente discutido.

Há 8 meses iniciámos essa discussão e aprovámos uma taxa turística regional. Na altura, muitos contestaram a sua legalidade e ela foi confirmada pelo Representante da República. E, portanto, importa também deixar claro quais são as principais virtudes desta taxa turística regional que foi aqui aprovada e qual era o seu propósito.

Desde o início, sempre dissemos que o propósito da taxa turística regional era assegurar que haveria recursos para investir na preservação ambiental, que de facto é o nosso maior legado, o nosso património ambiental e é isso que os turistas que nos procuram esperam do destino Açores.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Imagine porquê?!

O Orador: Nesta perspetiva, há sinais preocupantes que foram aprovados, por exemplo, no Plano e Orçamento para 2023.

O Governo Regional corta não apenas na promoção turística da Região em cerca de 11 milhões de euros, mas também corta quase 2 milhões de euros na sustentabilidade do destino. E isso, sim, é um risco e é um

sinal contrário àquilo que se pretende para o futuro e para a sustentabilidade do nosso destino.

Ainda sobre a taxa turística, se há alguns constrangimentos que ela eventualmente possa provocar na cobrança, algo que foi discutido em Comissão e que é uma das principais razões que levaram os empresários a contestar a mesma, ela tem virtudes, sendo que uma das principais virtudes é permitir à Região e ao Governo Regional arrecadar receita para que possa investir na preservação ambiental. Eu creio que isso é reconhecido por todos como uma mais-valia e esse é o principal objetivo da mesma.

A segunda virtude da mesma, tem a ver com uma taxa turística de âmbito regional e não de âmbito municipal, e exemplo disso muito concreto é a Associação Intermunicipal do Algarve que se prepara, neste momento, para discutir a aplicação de uma taxa turística de âmbito regional para a Região do Algarve, porque entende que é preferível aplicar uma taxa turística comum às várias autarquias, em detrimento de aplicação distinta, por cada um dos municípios que abrangem a Região do Algarve. E este é mais um exemplo da virtude da taxa turística.

Também foi aqui, de certa forma, trazida a debate e foi deixado no ar ao longo dos meses, a ideia de que os açorianos estavam contra a aplicação de uma taxa turística regional. E isso não corresponde à verdade. Não corresponde à verdade, desde logo, porque os açorianos não são apenas os empresários do setor do turismo.

E os parceiros do turismo não são apenas empresas de alojamento local, os empreendimentos turísticos, as rent-a-car ou a restauração. E a esse respeito, importa também ter em conta os pareceres que nós recebemos no âmbito da análise das iniciativas em apreciação.

A Associação de Guias de Informação Turística dos Açores, que lida diariamente com os turistas que nos visitam, disse, e passo a citar:

“A AGITA não se opõe à implementação de uma taxa turística, seja ela a nível municipal ou regional, desde que os valores obtidos com a mesma sejam utilizados não só em prol da preservação ambiental do arquipélago, mas também na melhoria, manutenção de infraestruturas de transportes e condições de trabalho no setor turístico de forma equitativa entre as 9 ilhas da Região e importa que esta taxa venha impulsionar o crescimento harmonioso de todas as ilhas e que os valores obtidos não sejam investidos apenas naquelas em que já existe uma maior carga turística.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto não é um programa político.

O Orador: Diz ainda, e é importante realçar, que “é imperativo que a aplicação de uma taxa turística permita elevar os Açores enquanto destino turístico, não apenas na ótica do visitante, mas também do trabalhador do setor e do residente. Cremos que o crescimento do turismo na Região e o investimento do valor cobrado por uma taxa turística, tem de ter estas três figuras, por forma a ir de encontro à tão apregoada sustentabilidade que esperamos alcançar”.

Mas não é apenas a AGITA. Também a Associação Ecológica Amigos dos Açores diz que “Os amigos dos Açores não se opõem à implementação de uma taxa turística, independentemente da sua aplicação a correr a nível municipal ou regional, desde que haja...” - e aqui realço esta parte – “...articulação administrativa entre os diversos níveis de gestão. Considera-se que as receitas obtidas devem ser utilizadas de forma transparente e pública na conservação da natureza, na gestão ambiental, bem como na gestão e conservação de infraestruturas afetadas pela atividade turística”.

Realço a parte da articulação, Sra. Secretária Regional Berta Cabral,

porque a legislação que foi aqui aprovada dizia expressamente que o Governo deveria criar uma plataforma digital que permitisse articular o trabalho que terá que ser feito na cobrança da taxa turística entre o Governo, a Direção Regional do Turismo e os empresários da parte da do alojamento que terão que a aplicar.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): É o ambiente, não são os empresários.

O Orador: Portanto, Sra. Secretária, (e que já fiz em Comissão) é: qual o ponto de situação da plataforma, uma vez que estamos a 15 dias da entrada em vigor desta iniciativa, caso nada aconteça, mas para já, o que está aprovado é a sua aplicação imediata em 2023 e, portanto, qual o ponto de situação?

É que as associações empresariais que ouvimos em Comissão disseram que não foram consultadas nem auscultadas pelo Governo no âmbito da aplicação desta plataforma.

Porque é que o Governo não ouviu essas associações, uma vez que apregoa a transparência e o diálogo, e qual é o ponto de situação?

É que há problemas, de facto, no turismo, reconhecemos, muitos não começaram em 2020, já vinham dantes, há pressão em alguns locais bem identificados, mas a inexistência de um plano de ordenamento turístico, agudiza ainda mais esses problemas.

A Região continua a aprovar diariamente novos alojamentos novos empreendimentos, sem que tenha uma ideia concreta do que é que quer para o turismo dos Açores, porque não tem um plano de ordenamento turístico que responda aos desafios que a Região enfrenta neste momento. E o mesmo se aplica também no plano estratégico e de marketing dos Açores. A Secretária já disse que vai haver durante o ano 2023. Mas o tempo continua a passar e os problemas mantêm-se e, portanto, há

respostas que não estão a ser dadas. E espera-se, também, que o Governo Regional tenha uma opinião mais concreta sobre esta matéria e importa, por isso, saber o que foi feito em relação à plataforma turística.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(* **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM foi contra a aplicação da taxa turística regional, desde o momento da sua apresentação, e mantemos a mesma posição. Entendemos que este não é o momento nem o tempo para dar esse salto fiscal.

Deputado António Lima (BE): Saque fiscal?! O que é isso?

O Orador: Para além de nos encontrarmos num momento pós-pandémico e de retoma turística, também invocamos os problemas burocráticos e logísticos para o setor turístico dos alojamentos locais. O setor reivindicou a sua revogação e é esta oportunidade que o Parlamento tem de dar voz ao povo, pela segunda vez, em concreto ao setor turístico.

Da parte do Grupo Parlamentar do PPM, contem com a nossa coerência, com o nosso apoio em revogar ou adiar a sua aplicação, conforme o que resultar da votação dos dois diplomas em debate.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
(*Berta Cabral*): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Estamos aqui a apreciar dois diplomas de decreto legislativo regional, um deles a pedir o adiamento da aplicação da taxa turística, o outro pedir a revogação da taxa turística.

Sobre essa matéria, há 8 meses atrás tivemos aqui um conjunto de argumentos em cima da mesa que acabaram por não ter o acolhimento maioritário desta Assembleia e a taxa turística foi aprovada. Respeitamos a democracia e o Governo respeita aquilo que a Assembleia aqui decide. E, portanto, nesse sentido, nós estamos preparadíssimos para aplicar a taxa turística a partir de janeiro. A plataforma está pronta, a inscrição é automática, sairá um e-mail automaticamente para cada empresário e eles validarão a sua inscrição. Obviamente que só faremos isso a partir do momento em que a taxa entre em vigor e não antes disso.

No, entretanto, temos aqui duas propostas para serem aprovadas. E os argumentos utilizados na primeira aprovação da taxa turística, têm a ver com – como dizia agora há pouco o Sr. Deputado – assegurar recursos para a preservação ambiental, garantir a sustentabilidade. O Algarve prepara-se para uma taxa turística, mas os Açores são diferentes do Algarve, felizmente, portanto, nós estamos numa circunstância completamente diferente em relação a tudo isto.

Eu queria começar por anunciar que ontem mesmo, a Região Autónoma dos Açores foi reconhecida como “nível 3-prata destino sustentável”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Nível 2, nível 3 e no próximo ano seremos auditados para nível **ouro**.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É esse o caminho que nós estamos a seguir, Srs. Deputados. É essa a estratégia. Aqui a questão não é do POTRAA, aqui a questão é de um percurso sustentável que nós estamos a fazer e que está a dar resultados. E o que conta são os resultados, não são os planos, os documentos, os papéis, a burocracia. Isto é que conta, o trabalho.

Deputados Flávio Soares Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: A plataforma está pronta, porque sabe o que é conta nesta Secretaria Regional? É o trabalho. E é preciso não me conhecer para alguma vez pensar que não havia plataforma para aplicar a taxa.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Eu não deixo para amanhã o que se pode fazer hoje. Nunca deixei e já é tarde para fazer.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, a plataforma está pronta aplicar-se-á a taxa se ela se mantiver; se ela não se mantiver, regozijamo-nos com isso, pois nós queremos um destino que faça o seu percurso de sustentabilidade, nós somos um destino jovem, queremos continuar a fazer um percurso no sentido de nos afirmarmos em termos de notoriedade internacional. E nesse aspeto temos vários galardões que podemos neste momento exhibir, todos atingidos este ano. A cartilha de sustentabilidade ganhou o primeiro prémio nacional e ganhou o prémio em Praga, em novembro. Em novembro, na Feira do Turismo em Londres, na WTM, nós ganhámos como o “turismo com maior potencial de crescimento”...

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: o que quer dizer que os Açores estão muito longe da massificação. Não podemos confundir massificação do destino - ainda por cima um destino com 9 ilhas - e todo o esforço que tem sido feito para transferir fluxos turísticos para todas as ilhas. Massificação não é isso.

Não se pode confundir isso com pontos de visitaçao de que aqui já se falou como a Lagoa do Fogo, da Poça da Beija, da Caldeira de Santo Cristo, etc., com alguma pressão turística, pontos esses que têm que ser trabalhados pontualmente e nós estamos a trabalhar nesse sentido, mas não se pode confundir isso com o turismo e com o destino turístico

no seu conjunto. Isso não é correto, isso dá sinais contrários ao mercado e não ajuda a promover os Açores, bem pelo contrário.

Além disso, queria também referir que a *National Geographic Traveller* considerou os Açores como um dos melhores destinos do mundo, este ano.

Deputado Rui Anjos (PS): E Lisboa que também pratica a taxa turística.

A Oradora: Mas isto significa que nós temos ainda um percurso muito grande de afirmação e de notoriedade. Não estamos ao nível do Algarve, não estamos ao nível de Lisboa, não estamos ao nível de destinos consolidados. Nós temos que consolidar o nosso mercado.

Srs. Deputados, volto a dizer aquilo que aqui disse: nós estamos preparados para aplicar a taxa, se for essa a decisão maioritária desta Assembleia que nós respeitamos e sempre respeitaremos. Essa é a parte que eu aqui quero deixar bem vinculada.

Quanto ao turismo, não vou voltar a falar de números. Já toda a gente sabe que nós batemos todos os recordes e que temos 19% de crescimento da receita. Isso é contrário àquilo que aqui foi dito. 19% de receita, com um crescimento de dormidas inferior, significa que nós temos turismo de qualidade, temos turismo que paga mais e que deixa mais valor acrescentado.

Deputado Rui Anjos (PS): Então se temos isso, podemos cobrar 1 euro.

A Oradora: Que os nossos empresários têm que se adaptar, porque não é o Governo que vai adaptar os empresários, não é o Governo que vai criar condições. São os empresários que vão criar condições para que os turistas, quando vierem aos Açores, tenham um serviço de qualidade compatível com aquilo que nós queremos, desejamos e que o nosso destino merece e tem esse percurso de notoriedade a nível nacional que nós temos que respeitar e consolidar.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Eu acho que se impõe dizer que o turismo e a sustentabilidade dos Açores não começou consigo e não acabará consigo. Não lhe fica bem, a Sra. Secretária fala como se a Região não tivesse arrecadado em 2019, o galardão de “Arquipélago destino sustentável”. Isso aconteceu.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E podia não acontecer!

Deputado Flávio Soares (PSD): E ainda bem!

O Orador: Resultado de um trabalho que foi feito pelo Governo do Partido Socialista em parceria com os parceiros do setor e com as empresas.

Deputado João Bruto Costa (PSD): Ah, isso já foi esse Governo? Está-se a contradizer na sua própria intervenção!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os senhores é que acham que o mundo só existiu de 96 a 2020.

O Orador: Estava a dizer que há trabalho feito, e é louvável que a Sra. Secretária reconheça que o trabalho feito no passado está a produzir resultados, isso é bom para todos e é esse também o nosso objetivo.

Garantir a sustentabilidade do destino, aproveitando o bom trabalho que foi feito e capitalizando em prol do destino Açores. Isso é, e reconhecemos, não temos qualquer problema com os resultados quando eles são bons. Mas há que analisá-los e há que o fazer com frieza.

Por outro lado, a Sra. Secretária disse aqui algo que das duas uma: ou não disse a verdade em Comissão ou não está a dizer a verdade aqui.

Deputado Flávio Soares (PSD): Quando foi em Comissão? Não foi em outubro? Estamos em dezembro.

O Orador: Então, em Comissão, a Sra. Secretária foi questionada sobre a plataforma e respondeu, está no relatório o seguinte:

“A Secretária Regional respondeu que a plataforma eletrónica será elaborada logo que seja necessário e depois de verificarem o que vai acontecer com esses diplomas em apreciação”. Ou seja, a senhora não falou a verdade em Comissão ou agora, porque aquilo que disse agora foi diferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para além do mais, não sabe interpretar o que foi dito.

O Orador: A Sra. Secretária disse que a plataforma estava preparada.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Ah preparada! **Está** preparada ou **estava** a ser preparada?

O Orador: A Sra. Secretária, disse que a plataforma estava preparada.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não vá por aí!

O Orador: E então Senhora Secretária?

(Apartes impercetíveis do Deputado Joaquim Machado e da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas)

O Orador: Sr. Presidente, eu gostava de concluir a minha intervenção, se me for permitido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aliás, toda a gente aí quer que o senhor conclua!

O Orador: Eu ouvi atentamente a Sra. Secretária e creio que isto que vou dizer é importante para o esclarecimento público.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Carlos Silva conclua a sua intervenção.

O Orador: Em Comissão, a Sra. Secretária foi questionada sobre qual era o ponto de situação da plataforma. E respondeu, está no Relatório na página 14, e passo a citar novamente:

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não é no relatório! Foi em Comissão!

O Orador: “A Secretária Regional respondeu que “a plataforma eletrónica será elaborada logo que seja necessário e depois de verificar o que vai acontecer com estes diplomas em apreciação”. Isto é diferente daquilo que disse há pouco.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não disse nada disso.

O Orador: Há pouco, a Sra. Secretária disse que estava preparada e que logo que fosse aprovada, enviaria um e-mail para os empresários, correto?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Certo!

O Orador: Então isso não corresponde ao que está aqui, Sra. Secretária. A senhora não disse isso em Comissão. Disse que iria aguardar pela decisão desses diplomas para elaborar a plataforma. E, portanto, aquilo que disse não corresponde à verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só isso?

Os senhores não podem com uma boa notícia!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Quando é que isso foi?

(Apartes impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Sra. Secretária Regional já está inscrita para responder. Portanto, não vale a pena estarem com essa gritaria.

Faz favor Sr. Deputado Carlos Silva.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

De facto, aquilo que nos importa é que no dia 1 de janeiro 2023 estejam criadas as condições para se aplicar aquilo que foi aprovado nesta Assembleia. A democracia é assim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E então?! Qual é a sua dúvida?!

O Orador: As decisões que foram tomadas, foram aprovadas. E o que nos importa aqui garantir é que ela é aplicada e em parceria com os empresários, porque a última coisa que se quer é que a aplicação da taxa seja um obstáculo à sua eficácia e isso depende do Governo Regional que tem aqui um papel importante.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não, não! Está feito.

O Orador: Acho que devia ter auscultado e dialogado com os parceiros de forma a facilitar esta mesma cobrança.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O melhor é adiar!

O Orador: Porque é importante que este valor arrecadado seja investido na preservação ambiental. E reitero esta este propósito, porque isso é o mais importante.

Tem sido aqui muito debatida a questão da aplicação da taxa nos empreendimentos turísticos, mas o diploma que está aqui novamente a ser apreciado, também aborda uma outra temática que tem a ver com os com os cruzeiros. E sobre esta matéria ninguém discute. Ninguém coloca em causa a entrada em vigor de uma taxa turística relativamente ao desembarque de passageiros de cruzeiros.

Isso significa o quê? Que estão de acordo com esta taxa que é aplicada no desembarque de passageiros? Ou o problema aparentemente é apenas com a cobrança dos alojamentos locais?

É que a Sra. Secretária trouxe aqui a ideia de que nos Açores os alojamentos locais vão ter um trabalho que é diferente daquilo que se cobra em Lisboa, no Porto, no Algarve ou noutras regiões do mundo, onde é comumente aceite a aplicação dessa taxa.

Portanto, importa também aqui esclarecer, Sras. e Srs. Deputados, se o problema é apenas a aplicação de uma taxa nos estabelecimentos hoteleiros, nos alojamentos locais ou casas de turismo em espaço rural, ou se também a aplicação de uma taxa no desembarque de passageiros provenientes de cruzeiros? Porque é isso também que está aqui em causa. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Quero lhe dar os parabéns, porque não tinha conhecimento publicamente - só oficiosamente - que o sistema estava feito. Descobri no domingo à noite, descobri no domingo à noite.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu já sabia!

O Orador: Você tem mais tempo do que eu.

Você interrompe sistematicamente, ainda por cima quando uma pessoa está a dar os parabéns.

De forma humilde, e já que fui intitulado de *pai da taxa turística* pelo Sr. Deputado Rui Martins , e porque tenho algum carinho pela *criança*, pedia que me dessem acesso ao dado e se me podem dar um *username* (provisório) para eu ver se, à partida em termos burocráticos e de sistema administrativo, é intuitivo e não vai forçosamente a dificultar o trabalho dos nossas empresas hoteleiras. Gostaria de pedir isso à Sra. Secretária Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional de Turismo.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos Silva:

Começava por lhe dizer que há turismo antes de nós e haverá turismo depois de nós. E, felizmente, Deus é que nos deu a natureza que hoje nos permite ter o destino que temos, mas é com o nosso trabalho que ele é sustentável. E esse trabalho começou, continuou e há de continuar, porque se não tivesse continuado, seguramente o resultado não era o que

é. E, portanto, acho que nestas coisas é bom dar o seu a seu dono e quem esteve antes esteve, esteve bem; quem está tem que continuar, porque senão não estava bem como está. Portanto, sobre esse assunto, estamos entendidos.

Sobre a questão da plataforma, Sr. Deputado, a minha audição está gravada, felizmente, hoje em dia está tudo gravado nesta Casa. Não é o relatório que conta, é a gravação.

Deputada Joana Pombo (PS): Isso é menosprezar o trabalho de quem os faz.

A Oradora: Tem alguma coisa contra a audição?

Qualquer pessoa, qualquer açoriano pode ir ao site da Assembleia e ver a gravação. Há algum problema contra isso?

Pronto, acabei a audição a dizer que no dia em que a taxa entrasse em vigor, a plataforma estava a funcionar. Foi isso que eu disse.

Deputado Berto Messias (PS): Já tínhamos saudades de si, Sra. Secretária!

A Oradora: Quando é que foi a audição? Pode-me dizer, Sr. Deputado, se faz favor?

Voz de um deputado não identificado: 7 de novembro.

A Oradora: 7 de novembro. E hoje que dia é? 15 de dezembro.

Sabe o que é 1 mês de trabalho?!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Foi 1 mês de trabalho, mas não foi só para si. Houve mais gente aqui dentro a trabalhar!

Tenha respeito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É isso que o senhor não sabe!

Já percebeu a diferença? É esta a diferença.

Sobre isso estamos esclarecidos.

Então 1 mês de trabalho, não dá para fazer isto?!

Dá para fazer isto e muito mais!

Deputada Andreia Costa (PS): Isso é uma falta de respeito enorme!!

“Dá para fazer isso e muito mais”? Mas não foi só a Sra. Secretária que fez!

A Oradora: Ficaram muito agitados com o trabalho dum mês, mas de facto é assim, trabalha-se muito num mês.

Sr. Deputado Pedro Neves, como sabe, a plataforma não está online, por isso mesmo, pediu o *username* (provisório). Vamos pedir à empresa que tente disponibilizar um *username* provisório. E, já agora, para que todos fiquem a saber para que não haja dúvidas, pois parece que há muitas dúvidas, foi a *Cybermap* que fez a plataforma.

Muito obrigada.

Deputado Vílson Gomes (PS): Que novidade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há bocado disse em a parte que até tinha algum medo, porque de facto o ruído é tanto e a exaltação é tanta que espero não causar mais nenhum.

Eu intervenho uma vez mais, visto que o debate se dirigiu não tanto para a questão da forma e do timing, mas também e principalmente com a intervenção da Sra. Secretária, para o conteúdo e para o setor turístico em geral. E, por isso, vou tentar também debruçar-me um pouco sobre isso.

A Sra. Secretária fala em sustentabilidade, mas parece esquecer que uma taxa turística pode ser um fator que contribui efetivamente para a sustentabilidade do destino. Não será por acaso que muitíssimos turísticos mundiais, inclusive aqueles com que eventualmente não nos podemos comparar, destinos em toda a Macaronésia, com exceção da Madeira, julgo eu, mas Canárias, Cabo Verde, Baleares, destinos insulares por todo o mundo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): As Canárias não têm taxas turísticas!

O Orador: Canárias tem taxa turística sim senhor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem não. Baleares têm, mas Canárias não.

O Orador: Se calhar vi mal, julgo que têm, mas posso ter-me enganado, no entanto as Baleares têm.

Há inúmeros destinos que têm taxas turísticas. Aliás, a taxa turística que aprovámos nesta Casa tem um valor irrisório, comparada com a maioria das taxas turísticas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está a sugerir que a taxa turística seja mais alta?

O Orador: E - já fizemos este debate - não acredito que haja um turista que venha para os Açores que a primeira coisa em que pense antes de vir cá será quanto é o valor da taxa turística, 4 euros na época alta, no máximo, quando este ano se alugavam carros por 300 euros, por aqui já vemos a ordem de grandeza da taxa turística, comparada com os valores que implicam uma viagem de férias aos Açores em determinadas alturas do ano. Não é sempre assim, mas em época alta pode ser.

A Sra. Secretária fala em sustentabilidade e acha que é mais importante um selo sustentabilidade do qual a Região é cliente - julgo que é importante referir isso - do que ter um plano de ordenamento turístico, sendo que o plano estratégico de marketing julgo que não é o mais relevante.

Acha mais importante um selo do que aquilo que pensam as pessoas que cá vivem sobre o que é sustentabilidade do turismo, daquilo que viram neste verão em muitos sítios completamente desordenados, em que nem se podia passar de carro, a senhora acha que isso é sustentável?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Acho! O senhor é que não acha!

O Orador: Isso pode ser sustentável para alguns, mas para as pessoas que aqui vivem que veem os preços da habitação aumentar, que veem a construção de hotéis sem qualquer tipo de ordenamento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor já não sabe o que é que quer.

O Orador: ... as pessoas não acham que isso seja sustentabilidade, só é sustentabilidade para alguns.

Não é sustentável de modo algum, quando há, por exemplo, salários baixíssimos no turismo, em que as pessoas trabalham horas sem fim, muitas vezes sem as receber. Isso não é sustentabilidade, por muito que

alguma entidade que a Região contratou para avaliar a sustentabilidade do destino, o diga, o que a senhora tem que perguntar e o que é preciso é perguntar aos açorianos se acham que esse tipo de turismo é sustentável.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso não é correto!

O Orador: Isso é o que está em causa. E do ponto de vista ambiental e da conservação dos espaços que são obviamente sujeitos a pressão por parte dos visitantes, a taxa turística é um fator importante. E os turistas compreendem isso. Não tenho dúvidas de que a grande maioria deles, senão a totalidade, não se importa de pagar 4 euros para garantir que o seu impacto negativo...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: ... para além daquele que é positivo que também há, como é óbvio, não se importam em contribuir para que os locais de visita tenham uma conservação adequada, para quê? Para não onerar o nosso orçamento.

O Governo que está muito preocupado com o Orçamento da Região, também deve achar que uma receita, além daquela que já tem, para manutenção de espaços, seria bem-vinda. E isso também é sustentabilidade e efetivamente, aliás, até estranho, mas o PPM falou - posso estar enganado no termo, mas em *saque fiscal*. Bem, isto não é um imposto, não se aplica aos residentes.

É preciso não confundir as coisas, não se aplica aos residentes e não se aplica às empresas. Ninguém vai ter custos com esta taxa e apenas os turistas irão pagar. E não tenho dúvidas que a grande maioria deles, senão a totalidade, pagará de bom grado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate, porque...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estava a correr mal.

O Orador: Tendo em conta até a natureza de algumas das questões que foram aqui levantadas, gostava de partilhar o entendimento que da minha parte, como Deputado desta Casa, tenho em relação a alguns desses argumentos.

Em primeiro lugar, dizer que a propósito da discussão destas duas iniciativas, foram elencados argumentos de natureza dupla.

Argumentos formais que eu consideraria e que se alicerçaram no facto de nós, ainda este ano, já termos discutido esta matéria e de a termos aprovado. Partes destes argumentos, da maneira como eu os entendi, invocam uma certa diminuição ou uma aparente diminuição da capacidade que os Srs. Deputados proponentes teriam de apresentar estas iniciativas, porque ainda não entrou em vigor aquilo que nós votamos recentemente. E depois temos argumentos substantivos.

Eu gostava de começar por dizer que não reconheço legitimidade nenhuma aos argumentos formais. Eu acho que qualquer um dos Deputados desta Casa não tem a sua legitimidade diminuída de apresentar uma proposta, pelo facto de termos votado um diploma ainda há meses.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E, portanto, eu acho que o juízo faz-se a outro nível. O juízo faz-se, sim, do ponto de vista político e de saber: “mas, então, porque é os senhores não disseram isso na altura em que votaram? – isso é outra conversa. Agora, qualquer um dos deputados, e julgo que ninguém me pode considerar suspeito de ser advogado de defesa, nem do CHEGA

nem do Sr. Deputado Independente, mas nesta matéria, eu não concordo de todo com estes argumentos colocados nesta perspetiva.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Portanto, acho que quer um quer outro, têm inteira legitimidade para apresentar a proposta que apresentam, muito embora da minha parte, eu discorde radicalmente, quer de uma quer de outra, mas têm essa legitimidade, nem têm a sua legitimidade diminuída pelo facto de, ainda recentemente, nós termos votado da maneira como votámos.

Depois, nós temos aquilo que podemos considerar os argumentos substantivos. Aqueles que foram apresentados pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, que eu também não discuto, porque é uma questão de convicção e, portanto, faz parte do seu entendimento destas matérias que não devem existir taxas, podemos um dia discutir sobre isso, mas não é este o momento.

Depois, há um outro grupo de argumentos, que são também substantivos, e que se prendem fundamentalmente com aquilo que ouvi sobre a necessidade de consolidação do turismo regional, com a necessidade de termos um setor mais consolidado, disto ser uma matéria que se aplica a destinos massificados, que não podemos correr o risco de entender que a taxa turística pode sinalizar que o destino está massificado. Bom, eu também, sobre esse ponto de vista, gostava de começar exatamente por dar nota da satisfação quanto ao facto da Região Autónoma dos Açores estar a fazer um percurso que foi iniciado ainda no anterior Governo, com a aprovação da Cartilha da Sustentabilidade, que foi iniciado ainda no anterior Governo com a certificação pelo *Earthcheck* e que deve continuar e acho muito bem que se continue nesse trajeto. Mas é a partir daqui que me parece que nós divergimos no entendimento das coisas. É que tudo isto que foi falado, inclusive a taxa turística, são instrumentos,

não são fins. São instrumentos ao serviço de um objetivo que é a sustentabilidade do destino turístico Açores. E não é apenas - e aí discordo - nas situações em que já há turismo massificado que existem taxas turísticas. Isso é uma ideia errada e há numerosos casos que demonstram que outros destinos turísticos, antes de chegarem ao processo de massificação, e até na perspetiva de valorizar outros aspetos, como exatamente o de sinalizar o cuidado quanto à sustentabilidade do destino, fazendo com que os visitantes paguem pelo acesso a esse destino, colocam o assunto numa perspetiva completamente diferente. E é essa a perspetiva com que nós entendemos que o assunto deve ser colocado. Ou seja, o de reforçar a ideia de valor que o destino turístico Açores deve apresentar.

E que, no caso concreto, até o montante é reduzido. Há um exemplo que o outro dia tive conhecimento, as ilhas Galápagos, exatamente com o argumento da questão da preservação ambiental, cobram por acesso uma taxa turística de 100 dólares.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é completamente diferente. Têm espécies em extinção.

O Orador: Não é diferente.

Ó Sr. Deputado, se quer colocar o assunto do ponto de vista se a espécie está ou não em extinção, não é isso que está em causa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está, está.

O Orador: O que está em causa é sinalizar, com este instrumento, Aquele que é o cuidado que quem tem a responsabilidade de gerir o destino turístico, coloca na perspetiva da sustentabilidade.

Eu nome defendo, obviamente, que a taxa turística deva ser de 100 euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ninguém diria!

O Orador: Mas este foi apenas um exemplo, para sinalizar que este é um instrumento.

Gostava também de dar nota da satisfação por saber que está tudo preparado para a entrada em funcionamento da taxa turística. E é isso, espero, sinceramente, que aconteça. Mas o que me preocupa nesta discussão é outra coisa. É que nós estamos a focar-nos demasiado naquilo que é um instrumento, e não naquilo que é o fim e o objetivo.

É porque se nos focarmos no objetivo, há um conjunto de outras questões que estão em falta, que nós achamos que devem urgentemente ser colocadas perante esta Assembleia, nomeadamente a questão do plano de ordenamento turístico e que são essenciais para consolidar este objetivo. Aliás, não deixa de ser curioso que, excluídos os argumentos formais, excluído o argumento da convicção do Iniciativa Liberal, todos os outros argumentos que são apresentados hoje, estão mais fragilizados no seu mérito e na sua validade, do que estavam há 8 meses atrás. E isso é fruto, conforme bem disse o Sr. Deputado Pedro Neves, de todas as notícias que têm saído a propósito desse assunto. Se nós estamos a bater todos os recordes, se estamos a ultrapassar todas as marcas, se estamos a ultrapassar todos os números, bom, então o que isso demonstra é que hoje, mais do que há 8 meses atrás, este é um instrumento que deve ser considerado e, na nossa opinião, este é um instrumento que deve ser implementado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: E, portanto, eu diria que aqueles que se opõem à taxa turística com estes argumentos, são vítimas do sucesso do turismo na nossa Região, porque são exatamente todos os números que têm sido postos cá

fora que demonstram que hoje, mais do que há 8 meses atrás, segundo esses argumentos, faz todo o sentido nós ponderarmos este instrumento e, na minha opinião, faz todo o sentido que a Região esteja dotada deste instrumento que é a taxa turística.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente e Srs. Membros do Governo:

Existe a perspectiva de que as taxas turísticas são algo que sucede em toda a Europa. Olhamos para o mapa das taxas turísticas a nível europeu e o que podemos verificar é que, por exemplo, no caso que o Bloco de Esquerda deu, em Espanha, apenas existem duas comunidades autónomas em que é cobrada a taxa turística, nas Baleares e na Catalunha. Nas Canárias, não é aplicada. E há declarações do Governo das Canárias, deste ano, em que dizem que não faz qualquer tipo de sentido criar taxas turísticas, tendo em conta as dificuldades que são previsíveis para manter os fluxos turísticos, que a comunidade autónoma espanhola necessita. É um argumento que podemos utilizar aqui na Região Autónoma dos Açores, porque as dificuldades que as Canárias vão enfrentar são as dificuldades que os Açores e outros destinos turísticos vão enfrentar, tendo em conta a conjuntura económica que vamos ter que enfrentar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é evidente que as regiões e os países tomam diferentes opções. Por exemplo, Londres e todo o Reino Unido. Londres que é uma das zonas turísticas mais fortes da Europa, que é que eles dizem? Que as taxas turísticas não fazem sentido e que são mais um fator penalizador para os fluxos turísticos.

Mas podíamos dar outros exemplos, como a Finlândia, a Irlanda, a Suécia, Chipre, etc., etc. Ou seja, há países e regiões que não utilizam as taxas turísticas. E o argumento desses governos é que prejudicam os fluxos turísticos. E é gente com muita experiência e com taxas turísticas muito fortes, como exemplo das Canárias, de Londres ou do Reino Unido.

Quero, também, aqui referir que em relação ao Bloco de Esquerda, não percebeu, porque não foi pronunciada a palavra “saque” - posso lhe garantir, pois foi uma intervenção que está escrita.

Deputado António Lima (BE): Foi o que eu percebi.

O Orador: Pode ter percebido, mas não percebeu bem.

Quero, também, dizer o seguinte, que é um pouco, o que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse - um pouco não, é exatamente - seguindo a sua linha de argumentação.

É que do ponto de vista da legitimidade que os Deputados têm de apresentar propostas em relação a esta matéria, não pode ser colocada em causa. Porque, como é evidente, há um conjunto de circunstâncias que se alteraram e que podem fazer os Deputados mudarem de opinião em relação a esta matéria, porque na altura não mediram bem as consequências ou porque, entretanto, receberam um conjunto de informações, um conjunto de pedidos de reuniões, um conjunto de informações por parte dos interessados, que é legítimo em democracia. Era só o faltava que nós, os Deputados, depois de decidirem sobre uma

determinada matéria, que a sociedade civil conversasse connosco, que nos dissesse “não concordamos com a sua posição por isto e por aquilo e gostaríamos que pudesse alterar a sua posição”, era só o que faltava que os Deputados estivessem numa posição absolutamente dogmática e fechados a qualquer contributo, a qualquer informação, a qualquer pedido de reunião, a qualquer postura absolutamente dogmática que os impedisse de poder sair de uma posição que, em determinadas circunstâncias, consideraram a melhor, mas que podem, obviamente, como qualquer ser humano em qualquer circunstância e em qualquer assunto, pode voltar a ser reanalisada.

Digo-vos já que, da minha parte, já tomei aqui algumas decisões, das quais me arrependo e em que percebi que errei, porque não sou uma pessoa que não cometa erros e, portanto, já aqui tomei decisões e já aqui disse algumas coisas, das quais me arrependo de ter dito e de ter votado de determinada forma.

O que eu penso que é negativo é pensar “bom, como eu já tomei esta posição, agora estou aqui dogmaticamente e daqui não saio”. Acho que isso é que é uma postura negativa e que não favorece a democracia. É pura e simplesmente achar que a partir daqui, não alteramos a nossa posição, venha quem vier. Mesmo que sejam apresentados argumentos válidos, eu já não saio desta posição e estou aqui entrincheirado teimosamente nesta posição.

A verdade é que para analisar esta questão da taxa turística, é preciso ter em conta a reação muito negativa dos agentes económicos, claro que é. Os agentes económicos e aqueles que tiveram oportunidade de fazer ouvir a sua voz, têm legitimidade para considerar que, sendo esta uma medida que lhes prejudica o negócio e a economia dos Açores...

Deputado Carlos Silva (PS): Não prejudica nada.

O Orador: ... não podem falar porque o Parlamento já decidiu desta forma?!

É evidente que têm legitimidade para falar com certeza!

É evidente que têm legitimidade para dizer: “meus senhores, nós não concordamos. nós o que estamos a solicitar é que façam uma nova análise do assunto, porque temos estes dados”.

E mais: as circunstâncias alteraram-se ou não se alteraram?

É evidente que se alteraram. Estamos a enfrentar uma crise económica o que irá provocar uma descida geral do poder de compra das pessoas, mesmo do norte da Europa, da Alemanha, dos holandeses, dos italianos, dos espanhóis. Há um conjunto de europeus que estão a ver o seu poder de compra diminuído. E é óbvio que criar uma taxa turística em contra ciclo do ponto de vista do crescimento económico da Região, não é uma medida, na minha perspetiva, inteligente.

Bom, eu vou dizer-vos qual é o meu desejo.

O meu desejo é que, ainda hoje, por toda a Europa a notícia seja que os Açores passam ser uma zona livre de taxas turísticas e que os Açores deixam de aparecer neste mapa das regiões que criaram taxas turísticas. Acho que é importante. Acho que muita gente olha para estes dados.

É muito importante que amanhã, não, daqui a uns minutos, se possa anunciar que os Açores são novamente uma zona livre de taxas turísticas. Os Açores são uma região que está a impedir mais esta medida desfavorável ao crescimento económico da Região, desfavorável ao crescimento turístico da Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Discorreu na sua intervenção acerca das virtudes da taxa turística, face ao crescimento do turismo e aquilo que é o percurso, nesse particular, da nossa Região e que permanece e é consolidado, porque é positivo e é algo que obviamente nos satisfaz a todos, mas incorre aqui num – diria - lapso sobre o entendimento que faz dessas taxas. Até porque falou na questão das Galápagos e dos 100 dólares que se paga para ir lá. Então, eu vou-lhe dar aqui uma série de exemplos: nomeadamente a ilha de Fernando Noronha, tem uma taxa de 25 euros; não é uma taxa turística da maneira que o Partido Socialista votou a proposta do PAN; trata-se de uma taxa absolutamente seletiva.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas para que é que serve a taxa? Diga lá.

O Orador: Fernando Noronha não tem mais capacidade para construção de alojamentos, não tem mais capacidade a não ser aquela que já está, logo, são 25 euros para selecionar quem vai àquele destino, que não é uma taxa turística de 1 euro.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que diz lá! O senhor sabe que não é!

O Orador: Depois, temos Veneza 40 euros que se paga. Isto é o quê? É uma taxa seletiva para selecionar e diminuir o acesso a Veneza, para não ir toda a gente.

Deputado Nuno Barata (IL): Para diminuir o acesso dos pobres!

O Orador: Eventualmente é o que é, é uma taxa de 40 euros.

Depois, Galápagos 100 dólares, é verdade, para lá de todas as questões ambientais e de preservação de natureza, por ser um habitat singular e que deve ser protegido, esse destino é também, uma vez mais, aliás, os 100 dólares é uma taxa seletiva. Para quê? Para não ir toda a gente às Galápagos, obviamente.

É exatamente essa incongruência em que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro incorreu, que eu estou a tentar demonstrar que não é exatamente como disse.

Nova Zelândia tem uma taxa turística de 35 dólares. E a Nova Zelândia ainda tem ainda tem um aspeto mais interessante. E a grande diferença entre a Nova Zelândia e os Açores e aquilo que nós queremos que os Açores sejam, eventualmente é que os Açores não são um destino turístico consolidado com a qualidade que a Nova Zelândia consegue propiciar. E isso é que é a grande diferença. É óbvio que eu gostava que os Açores fossem a Nova Zelândia. E não é e não é por causa da das questões naturais, porque aí não tenho dúvidas que os Açores são extraordinários e não têm problemas em fazer meças com a Nova Zelândia. Aqui a questão tem a ver exatamente com o tipo de turistas que têm e com o tipo de turismo que oferece. E, nomeadamente a Nova Zelândia, se repararmos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, sabe quem são os principais países emissores de turistas para a Nova Zelândia? A Austrália, Estados Unidos da América, Reino Unido.

Quer comparar o poder de compra destes turistas com o mercado emissor para os Açores atualmente?

Não faz sentido estar a dizer que a taxa turística é algo que os turistas vão pagar de bom grado, quando o nosso destino efetivamente não está

consolidado. E vou lhe dizer mais um aspeto: a questão da qualidade da oferta turística devia ser, efetivamente, aquilo era aquilo que nos devia fazer trabalhar em prol do turismo e em prol dum melhor desenvolvimento.

Quanto à questão de Cabo Verde, prevê arrecadar, com o agravamento da taxa turística, 8 milhões euros por ano. A nossa Região teve um aumento, só até setembro, em termos de proveitos do turismo, de 17 milhões de euros. E aqui dou-lhe um exemplo de Santa Maria e da Graciosa que com menos turistas, conseguiram arrecadar maior rendimento, o que é positivo, é esse o percurso que temos que trilhar.

Quando lhe digo que do ponto de vista da consolidação do destino e das questões de qualidade, eu até estaria – julgo que o CDS estaria disponível, se estivéssemos a discutir uma taxa turística de 10, 20 ou 30 euros, isso sim, aí se calhar estávamos a falar noutra patamar. Só que enquanto os Açores não se forem um destino efetivamente consolidado e que tenha um serviço de qualidade que permita e justifique esse tipo de taxa, não faz sentido a taxa miserabilista de 1 euro, pois não vai ser essa taxa que vai afastar turistas, mas também não é essa taxa que vem

Salvar, não é nenhum maná nem é isso que vai contribuir para a salvaguarda e sustentabilidade ambiental dos Açores.

Portanto, nós somos contra, porque, como disse ontem o Sr. Deputado Gustavo Alves, é uma socialização do diploma socializar, como quiseram fazer na parte do nomadismo digital. É exatamente isso, é uma visão socialista das taxas e tachinhas.

Tenho que dizer também que do ponto de vista da salvaguarda ambiental, o que está em causa e aquilo que deve ser o percurso dos Açores e da Região, é algo que até devia orgulhar o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque foi um processo que também foi iniciado anteriormente e está a

ser intensificado e perseguido por este Governo na mesma. E tem a ver com o quê? Com a proteção dos monumentos naturais, nomeadamente, quantificando as capacidades de carga, fiscalizando e garantindo que as capacidades de carga são cumpridas, para quê? Para não para depauperar aquilo que é o nosso património natural e talvez até entrarmos numa lógica do utilizador- pagador. Isso, sim, fará muito mais sentido, do que alguém chegar aqui e agora paga 1 euro que não serve rigorosamente de nada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isso sim. Ora aí está.

O Orador: Outro aspeto também distinto de que não falámos aqui hoje, tem a ver com a taxa turística, por exemplo, que é prevista ser paga aos cruzeiros.

E já agora, relativamente aos cruzeiros...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Essa questão já foi falada aqui.

O Orador: ... então eu peço desculpa pelo lapso, mas talvez não estava aqui, por isso ouvi não ouvi falar.

De qualquer das formas, a questão dos cruzeiros é outro aspeto que é importante.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ó Rui não vale a pena.

O Orador: Se calhar quanto à questão dos cruzeiros, também devíamos estar a falar, mas não era de uma taxa de 2 euros, se calhar devia ser mais significativa. Ma também este diploma esquece um aspeto, é que os cruzeiros, efetivamente, já têm uma taxação - não se chama taxa turística - que reverte para a Região, pelo desembarque dos passageiros de cruzeiros que não tem a ver... porque é que o Cruzeiro, da mesma maneira que o PAN propôs, e bem, atendendo a que quer implementar

uma taxa turística, reconheço a coerência e reconheço o valor da proposta em diferenciar aquilo que é o pagamento dos turistas que chegam por cruzeiro, face aos outros. Porquê? Porque, efetivamente, também está quantificado que os passageiros de navios de cruzeiro, não deixam grande retorno económico para a Região, porque não são consumidores de restaurantes, não alugam carros, normalmente têm já viagens pré-reservadas e têm um impacto muito reduzido do ponto de vista do retorno económico; e têm, pelo inverso, um impacto elevado quando vêm cá descarregar lixo, sendo que estamos em ilhas no meio do Atlântico onde temos que fazer o processamento de resíduos, o que para nós é muito mais oneroso do que noutras paragens e, portanto, não faz grande sentido. E daí, onerar eventualmente mais os passageiros que chegam por cruzeiro até faria sentido, mas uma vez mais, não é falar numa taxa miserabilista de 2 euros, se calhar era uma taxa mais elevada, tendo em conta aquilo que já é a taxa pré-existente e eventualmente consolidá-la, para não ser um role de taxas, pois acho que ninguém gosta quando vê o preço duma coisa e depois verifica que tem mais a taxa disto, daquilo e daqueloutro. Que para os turistas de cruzeiro, é isso que vai acontecer, havendo a taxa turística, porque é a taxa turística em cima da taxa de desembarque e da taxa da Porto dos Açores.

Por isso, e regressando àquilo que me levou a intervir novamente, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, está equivocado quanto a taxas turísticas que, neste caso, não faz qualquer sentido, sendo que há (outras) taxas seletivas para o turismo, mas isso é outro tipo de patamar onde, infelizmente, os Açores não se podem dar ao luxo de entrar neste momento, porque não têm, infelizmente, uma oferta turística de qualidade que mereça esse tipo de taxa seletiva.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Quando falou e assumiu que errou, eu fiquei supercontente, porque é um ser humano como todos nós que erramos todos os dias.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olha agora!

O Orador: E como o Sr. Deputado tem sempre argumento para tudo, é difícil eu achar que poderia errar nalguma coisa, porque tem sempre a certeza de muita coisa, parece o nosso antigo Presidente da República, Cavaco Silva. Ao início até pensei que V. Exa. estava a fazer uma autocrítica sobre teimosia. E vejamos porquê.

Tivemos uma iniciativa apresentada aqui no princípio deste ano. Depois, todos os indicadores turísticos demonstraram o que o PAN disse aqui neste plenário, de que iríamos bater os recordes de turismo, tendo sido usados contra-argumentos de que não iria ser assim, mas batemos todos os recordes, aliás, o tempo deu razão ao PAN. E de forma teimosa, o PPM continua a votar exatamente da mesma forma, quando, à partida, os argumentos iniciais sobre a iniciativa que foram usados pela Coligação foram todos por água abaixo. E, por isso, eu pensei que o Sr. Deputado estava a fazer uma autocrítica, mas não. Eu achava que, à partida, que quem votou a favor da taxa turística, tendo em conta todos os indicadores turísticos, aliás, até o próprio VAB (valor acrescentado bruto) agradeceu

o aumento do turismo que nós tivemos – o leite não salvou a Região em 2022, basta olhar para os indicadores...

Deputado Berto Messias (PS): Não perca tempo, Sr. Deputado!

O Orador: Não perco, Sr. Deputado, não perco.

E, portanto, achei muito estranho, porque pensei que o PPM desta vez iria votar a favor, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, nesse aspeto, tem uma costela tecnocrata...

Deputado Berto Messias (PS): Não é só uma! São várias costelas!

Deputado José Ávila (PS): Quem o viu e quem o vê!

O Orador: ... e julguei que ia pensar “ok não vou ser teimoso, e vou votar a favor desta vez, porque todos os indicadores assim o demonstram”.

Sobre o mapa daqueles que têm ou não taxa turística, Sr. Deputado, eu não trouxe aqui algo esquemático sobre quem tem taxa e quem não tem, mas se olharmos para vários países ou regiões, neste caso, posso dar o exemplo de Itália, já que se falou de Veneza, a 16 de janeiro de 2023 Veneza volta novamente a cobrar taxa turística, não só para reduzir a carga, mas também para defender o património arquitetónico e natural de Veneza.

Por isso, o argumento tanto pode servir para o CDS, como pode servir em termos ambientais. Para nós, além do património arquitetónico que também temos, mais importante, pelo menos para o PAN - e não podemos comparar com Veneza - é o nosso património natural que nós, obviamente, queremos preservar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E quanto é que vai ser?! 10 cêntimos?

O Orador: Por isso, Sr. Deputado Paulo Estêvão, gostei muito quando demonstrou que nós todos erramos, evidente, mas eu pensava que era desta vez que o PPM iria votar a favor...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não pode!

O Orador: ... uma vez que temos agora argumentos que cheguem perante estes indicadores que estão a ajudar, sem dúvida, a Região.

Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Provedor dos seres humanos!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Martins:

Certamente, fui eu que não me consegui explicar bem a propósito da invocação do exemplo das Galápagos ou então V. Exa. não percebeu...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a primeira hipótese, Sr. Deputado.

O Orador: Exatamente. De qualquer das formas, não é por aí que eu agora vou perder tempo.

O que eu gostaria era de contraditar uma ideia que a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão poderia deixar no ar, é que as taxas turísticas são uma espécie em vias de extinção. E que, portanto, nós estamos a ir contra a corrente. Eu estou a dizer que essa ideia poderia, porventura, ficar da sua intervenção. E não é assim, porque: França tem taxa turística; Alemanha tem uma coisa interessantíssima, não só tem uma taxa que podemos considerar a turística, como tem uma coisa que se chama a *taxa cultural*; Itália, Espanha, Suíça, Grécia, Bélgica, Eslovénia, Áustria, Bulgária, Croácia, Holanda, Hungria, República Checa, 20 países das Caraíbas têm-na; a Nova Zelândia também a têm.

E as razões e as motivações para a taxa turística são essencialmente duas. Uma - que acho que não é o nosso caso - que é a questão do destino massificado e, portanto, conter a procura; e outra é aquela de criação de valor e de afetação dessas receitas à preservação da sustentabilidade. É

esta a motivação que nós entendemos que deve existir para uma taxa turística na Região. É, por isso, e por esse motivo...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): São taxas seletivas!

O Orador: Ó Sr. Deputado Rui Martins, o senhor pode não concordar com aquilo que eu estou a dizer, agora que estas são as duas motivações principais que por todo o mundo os países e as regiões têm para adotar uma taxa turística, vai ter santa paciência, mas é exatamente assim.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas não é para conter nada, é uma receita!

O Orador: No nosso caso, não acho que seja por uma questão de massificação do destino, mas acho que, isso sim, é por uma questão de criação de valor e de reverter essas receitas para a preservação e sustentabilidade do destino. E acho, sinceramente, que este é um caminho a percorrer nesse instrumento, como noutros instrumentos, por exemplo, naquilo que tem a ver com a cobrança a visitantes - não a residentes, mas a visitantes - a muitas das áreas protegidas dos parques naturais que a Região tem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas isso é outra coisa!

O Orador: Um percurso que foi também iniciado nos Governos do Partido Socialista e que deveria ser aprofundado e continuado, porque é importante nós exteriorizarmos o valor, por muito pouco que ele seja, da utilização daquilo que é o nosso património natural, desde logo. Não devem ser os nossos residentes a pagar, porque esses já pagam através dos seus impostos, mas ter esse tipo de abordagem é também importante, ou seja, da valorização daquilo que nós temos para oferecer. E essa é uma das vias. O caminho não é o inverso. O caminho é o deste tipo de

valorização. E esse é o motivo e o fundamento para que nós concordemos e achemos que deve existir uma taxa turística.

Termino salientando aquilo que já por várias vezes aqui foi referido.

Todos os argumentos substantivos, quanto à questão do ponto em que estávamos no setor turístico, hoje, 8 meses depois da discussão da introdução ou não da taxa, esses argumentos, a existirem, estão sobremaneira fragilizados pela realidade e pelos números que vamos conhecendo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tempo foi passando, foram se sucedendo várias intervenções, mas pedi agora a palavra para dar resposta, desde logo, a algumas acusações. O Sr. Deputado António Lima insistiu novamente nas pressões que eu sofro. Bem, Sr. Deputado, pelo meu percurso de vida bem se percebe quais são as pressões. Dos outros percursos de vida, das pressões de que alguns são vítimas e das pressões que exercem, cada um falará das suas. Das minhas falo eu e tenho à vontade para falar delas.

Relativamente ao Sr. Deputado Nuno Barata, eu até percebo o seu incómodo (e também o meu!) desta iniciativa já ter sido aqui discutida e aprovada há uns meses e voltar agora, alguns meses depois, a esta Casa. Mas devo registar que o facto dela ter sido discutida e aprovada aqui e voltar novamente, a esta Casa para ser calmamente discutida, analisada e

votada, a mim deixa-me confortável. Deixa-me, por exemplo, incomparavelmente mais confortável, do que as votações que aconteceram aqui ontem ao início da tarde, da iniciativa que foi votada e aprovada aqui nesta Casa, onde nós hoje temos a plena consciência de que aquilo que foi votado e aprovado nesta Casa é passível de ser revisto, porque o que foi votado e aprovado, com as alterações que foram feitas, não é um documento limpo. E entre um documento limpo e um documento que tenha que vir duas vezes a esta Casa para ser aprovado de forma limpa e consciente, eu acho que a segunda possibilidade é sempre melhor do que a primeira.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Nuno Barata, eu reconheço que a sua natureza liberal - que também de certa forma é a minha - que taxas e taxinhas esquece. Mas eu sou assim de 2ª a domingo. O Sr. Deputado já não é bem assim.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Porque o senhor já defendeu aqui nesta Casa há uns tempos atrás que as taxas aplicadas nas marinas dos Açores são demasiado pequenas para o serviço que é prestado. E agora o senhor diz que quando comparamos, 1 euro é muito de taxas e taxinhas, mas, entretanto, o senhor acha que têm que ser revistas as taxas das marinas.

Sr. Deputado, decida-se quantos dias por semana é que o senhor é liberal, porque assim não chegamos lá, percebe?

É que realmente isso dá que pensar, Sr. Deputado.

Eu não sei se isso tem a ver com o destinatário das receitas das taxas ou com outra razão qualquer. Por isso, acho que o senhor nos deve explicar isso.

Relativamente a outras intervenções feitas aqui, depois da intervenção do Sr. Deputado Rui Martins, fiquei pensando numa coisa que afinal não sabia. É que afinal... eu sou de esquerda e não sabia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor está a variar muito e muito rapidamente.

O Orador: Quando o Sr. Deputado Rui Martins diz que uma taxa de 1 euro é uma taxa miserável, mas afinal parece que boas são as taxas seletivas, então desculpe, Sr. Deputado, mas eu não jogo na equipa que o senhor joga, porque se há coisa que eu não gosto é de *taxas seletivas*, isso é o pior que existe. Eu sou pela democracia. No dia em que determinado espaço não suportar uma carga de mais de 500 pessoas, pois que seja por ordem de chegada e não pelo tamanho da algibeira. Eu nunca votarei situações que estarão acauteladas pelo tamanho da bolsa de quem vai frequentar o espaço, porque isso é o pior que se pode fazer e as sociedades modernas devem sempre caminhar para a universalização do direito e não para a seletividade do direito.

Queria ainda acrescentar que em relação a alguns argumentos que foram aqui aduzidos, nomeadamente quais as zonas que têm taxas turísticas e as que não têm taxas turísticas, por exemplo foi aqui indicado que Londres concretamente não tem taxa turística, pois também pudera, os preços que já são praticados lá já têm taxa, taxinha e *taxão*.

Os Açores, por enquanto, ainda não têm isso tudo, ou seja, os preços que ainda praticamos aqui na restauração, na hotelaria, até nas rent-a-car, apesar dos excessos do verão passado, acho que ainda nos permitem de alguma forma ter a tal folga para a dita taxa turística *miserável* – segundo as palavras do Sr. Deputado Rui Martins.

Como ainda me sobram 5 minutos, o que é coisa muito rara ter tempo para falar duma iniciativa, vou guardá-los para alguma possível intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro tenho uma notícia para si. O senhor já criou a taxa, a taxa cultural, sabe porquê?

Porque esta taxa, no âmbito das deslocações dos artistas, dos nossos pintores, dos atores, dos músicos, sabe que quem é que paga essa taxa turística?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também tenho uma segunda notícia para si. É que nós não temos tartarugas gigantes em perigo de extinção, que é o que acontece nas Galápagos. Nós não as temos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

E isso explica que se tenha uma posição que não se possa comparar os Açores com as Galápagos.

Sr. Deputado Pedro Neves, também tenho uma notícia para si.

Nós não somos Veneza, nós não estamos a afundar e nós temos uma posição diferente. Aliás, nós estamos é a levantar os Açores, nós estamos e a melhorar a situação dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E também lhe quero dizer outra coisa sobre os países, sobre Londres e os ingleses e o que os ingleses fazem.

Desde o Tratado de Methween que acho que os ingleses fazem melhores negócios do que nós e acho que pensam melhor do ponto de vista do negócio e do ponto de vista das batalhas. E penso isso, como já vos disse, desde o Tratado de Methween, acho que eles foram mais espertos do que nós do ponto de vista comercial. E acho que continuam a ter boas decisões.

Também quero dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que V. Exa. fez um esforço significativo - é preciso reconhecer não só o que foi negativo, mas também o que foi positivo - e teve uma preocupação com o crescimento do turismo que inclusivamente obrigou a SATA a fazer um esforço muito grande para captar fluxos turísticos e a partir daí há um desequilíbrio até comercial da SATA, V. Exa. sabe que fez esse percurso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh Sr. Deputado, ao que isto chegou!

O Orador: Há uma ligação. E o que é que foi justificado na Comissão de inquérito?

Que este esforço feito por parte da SATA, era para captar fluxos turísticos. Ora, a decisão que o Partido Socialista está a tomar é exatamente contrária a esse esforço que foi feito durante anos, porque a taxa turística vai prejudicar os fluxos turísticos.

Tinha aqui mais uma questão para referenciar ao Sr. Deputado Pedro Neves, e começo a achar que V. Exa. tem razão em relação ao nómada digital - entretanto, o senhor abandonou o local, mas já regressa, porque o senhor diz: “bem, então, com o crescimento turístico que nós tivemos já tendo aprovado a taxa turística, isso prova que eu tinha razão. Não, eu penso exatamente o contrário. É que não estando a taxa turística a ser

aplicada, os Açores continuaram a crescer turisticamente, porque ela não está a ser aplicada, ela não tem aplicação prática, porque as pessoas não pagam, porque a taxa cultural ainda não é paga. E é evidente que é por não ser paga e por não ser executada que ainda estamos a crescer do ponto de vista turístico.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Cuidado com as costas. O senhor ainda dá um mau jeito!

O Orador: E é evidente que o senhor não pode somar 1 mais 1, se no outro lado tem o 1, mas depois no outro lado tem o zero, porque a taxa turística não existe do ponto de vista prático, ou seja, não está a ser cobrada.

Portanto, V. Exa. não pode colocar na equação algo que ainda não existe e que ainda não está a ter efeito.

E mais, Sr. Deputado, sabe uma coisa?

Eu aqui quero fazer uma referência ao Bloco de Esquerda que ainda há pouco falava na taxa turística das Canárias, que é assim uma fantasia que o Sr. Deputado António Lima se lembrou de inventar, porque não existe.

Deputado António Lima (BE): Oh Sr. Deputado, por favor!

O Orador: O Governo das Canárias, pressionado pelo PODEMOS que pertence à sua família ideológica, o que disse foi “não, a estas circunstâncias, não são boas. Há uma quebra do poder de compra das pessoas que vai refletir-se - se as pessoas têm menos dinheiro - do ponto de vista do crescimento turístico. Ora, o que é que nós temos que fazer?

É criar um conjunto de vantagens, porque as pessoas continuem a vir para os Açores e não exatamente o contrário como V. Exas. querem fazer com a taxa turística e com outros projetos que não avançaram e que prejudicariam o fluxo turístico para os Açores.

Portanto, Sr. Deputado, não conte com aquilo que ainda não existe. Só pode colocar na equação, a partir do momento em que esses efeitos práticos se concretizarem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir mais neste debate, mas uma vez suscitado pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, queria também aproveitar para clarificar que tal como o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também não encontro nas duas iniciativas qualquer tipo de atropelo ao formalismo.

O que eu disse foi que elas foram admitidas e se o foram, é porque não têm qualquer tipo de atropelo ao formalismo e é legítimo a qualquer um dos Srs. Deputados apresentá-las. O que eu entendo é que há coisas diferentes entre aquilo que está positivado no nosso Regimento e aquilo que é - outra coisa - do domínio do entendimento de cada um ou, se quiserem, da ética.

No meu entendimento, não faz sentido apresentar, 8 meses depois, uma alteração a uma medida que ainda nem sequer está implementada. Mas é do meu entendimento - permita-me V. Exa. que o tenha.

Relativamente à dúvida do Sr. Deputado Carlos Furtado, aliás, uma estratégia que já foi aqui tentada por outros partidos, eu não sou de facto liberal só de vez em quando.

Sr. Deputado Carlos Furtado, temo que o senhor está enganado. Eu sou liberal às segundas, terças, quartas, quintas, sextas, sábados, aos domingos ainda sou mais.

Deputado José Pacheco (CH): Vai à missa.

O Orador: E sou há muitos anos. Basta visitar os textos que publico quer nas redes sociais quer em jornais desde há longuíssimos anos a esta parte, para perceber isso.

Já o Sr. Deputado Carlos Furtado, numa tentativa de fazer aqui uma mistura entre a piada e desconstruir o meu argumento, confundiu uma coisa gravíssima. O senhor confundiu taxas com tarifas que são coisas completamente diferentes. Ora, o que eu defendi, e continuo a defender, foi uma atualização do sistema de tarifas das marinas dos Açores. E, já agora, fazendo face à preocupação dos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda e do e do PAN sobre o efeito nocivo dos navios de cruzeiro, também, já agora, uma atualização das tarifas de utilização dos portos dos Açores por parte dos navios de cruzeiro, no sentido de cobrarmos valores mais consentâneos com o serviço que prestamos. E esta é a diferença entre uma taxa e uma tarifa. Uma tarifa é cobrada sobre um serviço que é vendido ou um serviço que é prestado; e uma taxa a uma taxa é cobrada transversalmente a todos os cidadãos.

Eu pergunto se todos os cidadãos que vêm para os Açores fazer turismo durante 4, 5 ou 10 dias, se todos fruem das mesmas coisas transversalmente? Obviamente não fruem.

O que a Região devia estar preocupada, isto sim, era em cobrar tarifas de utilização de bens e serviços que a Região presta a alguns cidadãos, nomeadamente em espaços que estão a ser massivamente ocupados porque nós não temos de facto um turismo massificado, mas estamos zonas privilegiadas, zonas com mais procura, que estão a sofrer níveis de

pressão que não são recomendáveis. E aí acho que sim, era de todo interessante a Região ponderar um sistema de cobrar uma tarifa pela utilização destes espaços. Aliás, a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, ontem ou anteontem, fez referência a umas declarações minhas em Sta. Maria sobre esse aspeto e que eu não tive oportunidade na altura de clarificar, mas sobre muitos dos monumentos naturais que nós temos e que estão a ser massivamente a utilizados, alguns dele, inclusivamente, pondo em causa a sua manutenção. E dou vários exemplos, como a Lagoa de Fogo, as Sete Cidades, a Pedra que pica e uma série de monumentos naturais que nós temos de relevante importância para os Açores, para Portugal e para a humanidade, como o caso dos Fósseis de Sta. Maria é para a humanidade - é bom que as pessoas tenham noção disso - e que podem ser destruídos por uma simples utilização desenfreada de quem ali resolver acorrer. E certamente não vai ser uma taxa turística de 1, , 3, 4, ou 5 euros por turista que vai resolver os danos que vão ser criados nessas zonas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS e do Deputado José Pacheco

: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu dei uma gargalhada monumental com aquilo que o senhor disse sobre o crescimento do turismo que tivemos, foi porque não tivemos taxa turística. Foi **maravilhoso**, Sr. Deputado!

E depois acrescentou que nós não podemos meter na equação aquilo que supostamente não existe, aí concordo. Mas o Sr. Deputado acabou de

fazer isso, ou seja, aquilo que supostamente vai existir a partir de 1 de janeiro, que ainda não existe, mas já consegue assumir à partida que o aumento do turismo é porque não existe taxa turística. Bem, então, eu também posso assumir que se houvesse taxa turística, a nossa percentagem de crescimento ainda ia ser maior. Então, são duas assunções que supostamente estão ambas erradas. Mas o mais engraçado é que o argumento usado - e isto tem a ver com a brincadeira sobre a teimosia - tem a ver com os argumentos da Coligação na primeira iniciativa e não destas. Os argumentos foram de que nós não temos turismo suficiente para termos uma taxa turística. Só que já rebentámos completamente com todos os indicadores. E na altura, o PAN disse que poderia ser de prevenção, mas o senhor usou novamente, aliás, está convicto – eu não digo que é teimoso, é convicção – de que mesmo com estes indicadores... eu pergunto: quais são os indicadores, então, que nos vão dizer que o turismo está consolidado?

É que isto nunca foi respondido na altura e continuamos sem essa resposta.

Sobre o argumento de que o crescimento se calhar era maior, foi hilariante, Sr. Deputado! Foi hilariante!

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão quis fazer uma *gracinha* com um lapso que reconheci no imediato na minha intervenção, fingindo que eu não o tinha feito, o que não é muito elegante, mas os gestos ficam com quem os fazem, dizendo que não há taxa turística nas Canárias e que isso era um

espécie de... fantasma que eu tinha inventado. Mas há pouco, o Sr. Deputado também quis fazer outra *gracinha* com a inexistência de espécies em perigo nos Açores, dizendo que não havia tartarugas em perigo nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Gigantes.

O Orador: Pequenas ou grandes, o que quiser.

Mas isso revela, de facto, por um lado, um enorme desconhecimento do que é a biodiversidade na Região, da sua importância. E, para além do desconhecimento, revela uma desvalorização dessa mesma biodiversidade. E, por exemplo, do estatuto de Reservas da Biosfera, que têm várias ilhas, como o Corvo, ilha pela qual o senhor foi eleito.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas temos ou não temos tartarugas gigantes?

O Orador: Os Açores têm 28 espécies de flora em perigo. Têm 3 espécies de fauna terrestre. Têm 8 espécies de fauna marinha e 29 habitats ameaçados. E os números não são meus, são do próprio Governo.

Por isso, não desvalorize a importância dos Açores. Não desvalorize a importância da nossa biodiversidade. Não desvalorize a importância de a preservar e de a valorizar, com taxas turísticas, se for preciso, sim senhor.

É preciso que isto fique registado e que se diga: não há tartarugas gigantes nos Açores, não há, mas há muitas coisas, muitas espécies que são extremamente importantes e que temos que valorizar. E o senhor o que fez foi tratar em tom jocoso que não deve ser feito e devia ter mais responsabilidade a esse nível.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h15.

Eram 18h00.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18h20.

Presidente: Antes de irmos para intervalo estava inscrito o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Se eu soubesse o quanto o senhor tem um tratamento diferenciado para as taxas e tarifas, confesso que tinha apresentado não uma proposta de alteração só dos elementos que apresentei, mas também para mudar o nome à taxa turística e passava a chamar-se “tarifa turística regional”. E em vez de ser 4 euros para 4 dias... olhe, se calhar era 5 euros para 4 dias e levava porta-chaves de oferta e aí eu já tinha garantido o seu voto!

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor pode vender um porta-chaves por 4 euros!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sei que esta é uma hora tardia em que os debates se começam a perder com muitas intervenções, eu sei. Mas esta também será a minha última grande intervenção.

(Risos dos Deputados das diversas bancadas)

Prometo ser breve em próximas ocasiões. Mas é irresistível. É mais forte do que eu.

Sr. Deputado, António Lima, enquanto eu aqui estiver, este Parlamento não será um velório. A boa disposição faz parte do debate parlamentar. Olhe o debate no parlamento inglês, cheio de sentido de humor. Tomara que eu conseguisse imitar um pouco daquilo que lá acontece. As coisas sérias podem ser debatidas com algum sentido de humor. É importante que o debate parlamentar não seja um velório como é, por exemplo, no Irão dos aiatolas, ninguém se ri, ninguém se pode rir, ninguém pode esboçar um sorriso mínimo.

Deputado António Lima (BE): E na Arábia Saudita como é?

O Orador: E V. Exa. tem aqui quase sempre uma postura de Torquemada -Grande inquisidor Mor de Castela do século XVI. Isso impede, de facto, que a abordagem seja feita com exemplos mais ilustrativos, que possam ilustrar uma determinada situação, Sr. Deputado. Mas eu não vou abusar da sua paciência.

Vou -lhe só dizer o seguinte:

Deputado António Lima (BE): Ah claro!!

O Orador: Ainda, V. Exa. não era nascido e já o PPM tinha créditos firmados na defesa do ambiente.

Deputado António Lima (BE): Oh sim!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ainda nem sequer o Bloco de Esquerda existia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu estava a falar-lhe, não na defesa do ecossistema porque aí o PPM está e estará sempre pois todas as medidas são importantíssimas, mas de um caso muito específico.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Isso era quando o senhor estava no CDS!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Também!

O Orador: Estava a falar das tartarugas das Galápagos. E foi por coisas assim que aconteceu o que aconteceu nas Galápagos.

(Neste momento o Deputado Paulo Estêvão exhibe uma fotografia de Mário Soares nas Ilhas Galápagos)

Foi exatamente por coisas assim, por este género de abusos que levaram Mário Soares, um homem cheio de sentido de humor, mas na década 80 ainda não existiam os cuidados do ponto de vista ambiental. A verdade é que passaram a existir enormes cuidados ambientais, como temos hoje em dia essa perspetiva. Evidentemente que os abusos eram muitíssimos e

é evidente que a fauna e flora daquele local específico que manteve um ecossistema completamente isolado e que tem que ser ultra protegido, porque é completamente diferente de tudo o que se possa comparar do ponto de vista do ecossistema. Por isso, é evidente que têm que ser tomadas medidas muito fortes e muito diferenciadas.

Depois, terminando as minhas intervenções como prometi, o que eu lhe disse, Sr. Deputado Pedro Neves, é absolutamente lógico, é uma lógica vulcânica de Spock. Eu quero lhe dizer o seguinte: a medida ainda não teve o efeito concreto, porque as taxas ainda não foram cobradas, logo V. Exa. não pode aqui criar uma relação de causa-efeito nesta matéria. A seguir podemos se, entretanto, esta taxa não cair.

Terceiro ponto, e termino, dizer o seguinte: a minha crença absoluta, a minha convicção, nesta matéria, é que os Açores é um destino que precisa de ser consolidado e que este género de burocracia e este género de taxas prejudicam o destino Açores. E nas minhas decisões, há uma coisa que coloco sempre acima de tudo que é os Açores os interesses dos Açores. E, por isso, estou absolutamente convencido que com a decisão que o PPM tomou de tentar impedir que esta taxa seja aplicada, estamos a defender os interesses dos Açores e dos açorianos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Podemos, então, avançar para a votação destes diplomas.

Vamos então votar, na generalidade, o **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 73/XII** do Sr. Deputado Independente.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 73/XII** foi rejeitado na generalidade, com 24 votos contra do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA e 1 do PAN, 20 a favor do PSD, 3 CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do IL.

Presidente: Vamos agora votar na generalidade o **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 75/XII** apresentado pelo CHEGA.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 75/XII** foi aprovado na generalidade, com 20 a favor do PSD, 3 CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da IL e 1 do Deputado Independente e 24 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

O diploma tem dois artigos, posso colocá-los à votação em conjunto?

(Os/as Deputados/as dão um aceno de cabeça em sinal da sua concordância à sugestão da Mesa)

Estão à votação, o 1º e o 2º artigos do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 75/XII foi aprovado, em votação final global, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 24 contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado para...?

Deputado Joaquim Machado (PSD): É para uma interpelação, mas só fará sentido depois das declarações de voto!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto.

Deputado Carlos Furtado (Dep. Indep.): Muito obrigado Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Diz o sábio povo que *os meios justificam os fins*.

A iniciativa que foi agora aprovada foi o meio que utilizei, na falta de outro meio melhor, para atingir o objetivo que é o de que esta taxa turística não entre em vigor a 1 de janeiro de 2023. Mas ficará assegurada a possibilidade de entrar a 1 de janeiro de 2024, conforme eu

defendi. Isto, se os *pais e os padrinhos* da iniciativa que agora é revogada, entenderem por bem que ela volte a esta Casa.

Eu votei favoravelmente a iniciativa que impede a taxa turística de entrar em vigor em 1 de janeiro de 2023, não votei a possibilidade da iniciativa voltar a esta Casa.

Conforme disse a Sra. Secretária Regional, a plataforma já existe. A vontade dos 28 Deputados que estão deste lado, ao que parece, continua a existir, portanto, a partir do mês de setembro, terão as Sras. e Srs. Deputados destas bancadas a possibilidade de fazer voltar a iniciativa a este plenário, porque no meu entender, esta iniciativa e esta taxa turística regional não morreu hoje. Ela foi ferida, mas não morreu.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Oh Sr. Deputado pelo amor de Deus!

O Orador: Caberá a quem a defende, se entender por bem, fazer voltar esta iniciativa a esta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Julgo que o Sr. Deputado António Lima se inscreveu primeiro.

Presidente: Eu peço desculpa, mas não percebi quem é que deste lado se tinha inscrito.

O Sr. Deputado António Lima estava inscrito para uma declaração de voto?

Deputado António Lima (BE): Quero me inscrever!

Presidente: Pronto, está inscrito.

Faça favor, Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Apenas para felicitar todos aqueles que lutaram por isto, eu apenas aqui dei voz à vontade das (muitas) pessoas em assembleias municipais e associações que achavam que não é este o tempo da taxa turística. Assim se fez a vontade, assim aconteceu.

Eu continuarei a ser contra taxas e taxinhas. E, tal como disse na minha primeira intervenção, estarei sempre disponível para discutir este e outros temas. Mas, desde já, faço aqui a declaração de que não é este o meu entendimento, até porque tal como eu disse, penso que temos outras formas de angariar as verbas e também acho que é responsabilidade do Governo Regional e de todos nós cuidar daquilo que nós andamos a chamar os outros, os turistas, para verem e usufruírem.

Não tenho muito mais a dizer.

Aos peticionários da Petição e aos muitos outros, muito obrigado pelo alerta que me lançaram, em tempo próprio, e assim foi feito. E antes que ficasse em vigor, a taxa turística não chegou a ver a luz do dia.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra este Projeto de Decreto Legislativo Regional que revoga - neste caso, tendo sido aprovado, revogou - a taxa turística, porque convictamente considera que a existência da taxa turística seria benéfica para os Açores. E, convictamente, porque também temos a convicção de que essa é a opinião dos eleitores que depositaram a confiança no Bloco de

Esquerda. E nós temos eleitores a quem responder. O mesmo não se pode dizer de todos os Deputados nesta Casa, porque nem todos representam partidos políticos que têm responsabilidades.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Oh o que é isto?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é duma arrogância inqualificável!

O Orador: De facto, nós representamos os eleitores e não mudámos de opinião de maio até aqui.

De facto, cometeu-se um erro hoje. Um erro grave e um erro que terá consequências. E lamentamos que tenha sido cometido por mudanças de opinião do dia para a noite.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto?

Sr. Deputado Joaquim Machado, pediu a palavra para uma interpelação, certo? Tem a palavra.

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Srs. Membros do Governo Regional: Para interrogar V. Exa., Sr. Presidente, sobre o seguinte:

Passadas 48 horas sobre a informação do Sr. Deputado Berto Messias à Câmara de que ia entregar a V. Exa. os *links* dos Planos Regionais de Emprego, eu pergunto se é uma deficiência dos serviços ou se o Sr. Deputado Berto Messias continua à procura dos *links*? Ou se, deliberadamente, enganou esta Câmara dizendo que ia entregar aquilo que não tem?

Deputado José Pacheco (PS): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é paixão!

Deputada Andreia Costa (PS): É amor!

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, tenho-lhe a informar que a Mesa ainda não recebeu tais *links*.

Deputado Berto Messias (PS): Mas vai receber!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Amanhã faz 72 horas!

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado pede a palavra para uma interpelação à Mesa? Faça favor.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que eu sou um dos Deputados mais novos aqui nesta Casa, em termos de participação, queira V. Exa. por favor informar, se souber ou então pedir parecer jurídico ao Gabinete Jurídico da Assembleia, se um deputado que passou a independente, tem menos representatividade ou representa menos do que qualquer outro deputado que ainda representa algum partido?

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Legitimidade tem! Representatividade é que não tem!

Presidente: Sr. Deputado, temos todos a mesma legitimidade aqui dentro.

Deputado José Pacheco (CH): Legitimidade tem! Representatividade é que não tem!

Presidente: Se não há mais declarações de voto, vamos avançar para o ponto 8 da nossa agenda, **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 64/XII** –“Funcionamento das cantinas e bufetes escolares”.

Trata-se duma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, que foi retirada e adotada pelo Partido Socialista.

Deu entrada na Mesa um requerimento, assinado pelo CDS e pela Iniciativa Liberal, no sentido deste diploma baixar de novo à Comissão para nova reapreciação.

Os requerimentos são imediatamente postos à votação e é isso que farei de seguida.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com o requerimento, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento colocado à votação foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 votos contra do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado, pede a palavra para?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Para fazer um requerimento, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, notificado do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do Iniciativa Liberal, referente ao Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 64/XII – “Funcionamento de cantinas e bufetes escolares” – e que consiste na pretensão aprovada de baixa à Comissão parlamentar competente, vem ao abrigo do disposto no artigo 146º, nº1, requerer que seja declarada a urgência do referido Projeto de Decreto Legislativo Regional.

O presente requerimento fundamenta-se no facto de já ter havido uma análise deste diploma na respetiva Comissão, já ter sido trabalhada uma

proposta de substituição em Comissão, bem como na urgência desta matéria ser decidida, tendo em conta o potencial benefício para as famílias açorianas”.

Entrego o requerimento a V. Exa.

Presidente: Sim senhor, é permitido, neste caso, intervenções.

Pergunto se há intervenções, uma vez que já foi justificada a urgência?

(Pausa)

Não havendo inscrições, vou colocar à votação este Pedido de Urgência.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 20 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está aprovada a urgência deste Projeto de Decreto Legislativo Regional na tramitação da Comissão.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para uma interpelação à Mesa, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente, apenas para confirmar se temos todos o mesmo entendimento sobre o que significou a aprovação deste requerimento?

A sua aprovação, o que significa é que o prazo para emissão em Comissão é de 5 dias; que o número de intervenções e da duração do uso da palavra pelos Deputados e pelo Governo Regional será organizado

pela Conferência; que as propostas de alteração devem ser apresentadas até ao início do debate na especialidade; que não haverá debate na especialidade sobre os artigos relativamente aos quais não tenha havido propostas de alteração; e que o prazo para a redação final será de 2 dias.

Presidente: Sim senhor.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Muito obrigado.

Presidente: Entramos nos pontos 9 e 10 da nossa agenda.

Sr. Deputado Pedro Neves, pede a palavra para?

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, quero pedir um intervalo regimental de 5 minutos, por favor.

Presidente: Regressamos às 10 para as 7.

Eram 18 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 52 minutos.

Decidiu a Conferência de Líderes que os pontos 9 e 10 da nossa agenda seriam discutidos também em conjunto.

O ponto 9 é o **Projeto de Resolução nº 139/XII** – “Integração do representante da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais no Conselho Regional de Bombeiros”.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do CHEGA.

O ponto 10 diz respeito ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 76/XII** – “alteração ao DLR nº 7/99/A, de 19 de março, que estabelece a orgânica do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, apresentada pela Representação Parlamentar do PAN.

Os tempos já estão fixados nos nossos painéis de controlo do tempo.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco para a apresentação do Projeto de Resolução nº 139/XII.

Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já anteriormente tínhamos explicado, trata-se de algo bastante simples, ou seja, a integração do representante da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais do Conselho de Bombeiros dos Açores não existe. E, neste sentido, fizemos esta recomendação até nem sabia que o PAN também estava a trabalhar nesta matéria. E dentro daquilo que é a lealdade que estas coisas devem ter, conversámos – do IL também não fazia ideia – e apoiarei o diploma do PAN, porque aqui está em causa o que eles nos pediram, aquilo que eles acham que é uma injustiça, que já acontece a nível nacional, ou seja, poderem ter voz, legitimamente, dentro do Conselho Regional de Bombeiros, apenas isso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para apresentação da sua iniciativa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores é um ativo de valor imensurável no âmbito da sua missão de natureza diversa na Região e que coloca em funcionamento um sistema de apoio à população

em diversas esferas de vida quotidiana, com elevado padrão de disponibilidade, sempre que há uma vida em risco ou que precise de resgate.

Esse serviço de administração e execução de políticas de emergência e de proteção civil, designadamente na mitigação e na resposta a acidentes graves e catástrofes, de proteção e socorro de populações, animais e bens, prevê a coordenação dos agentes de proteção civil nos termos legalmente previstos.

Como tal, melhorar os mecanismos ao dispor destes agentes é não somente aperfeiçoar as condições de trabalho aos bombeiros, para facilitar o desempenho das suas atribuições, mas também melhorar a qualidade de vida das populações.

Ora, a Lei de Bases da proteção Civil prevê que este serviço regional tenha carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, possuindo condições que permitam executar as funções que cabem na sua missão.

Cabe-nos ser um elemento condutor e facilitador de execução dessa missão, implementando os mecanismos ao nível das decisões políticas que estão ao nosso alcance, que simplificam a intervenção e a ação dos soldados da paz que, sempre que interpelados pelo toque da sirene acorrem em nosso auxílio, colocando não poucas vezes a sua vida em risco.

É um reconhecimento deste altruísmo, abnegação e, simultaneamente, das falhas na legislação para o refletir que. desde o início desta Legislatura, o PAN Açores assumiu o compromisso de as colmatar trazendo a esta Casa diversas iniciativas legislativas que pretendem dignificar a missão e o trabalho dos nossos bombeiros.

A atribuição do subsídio de risco é aquela que merece mais destaque, estando a sua execução dependente do Estatuto dos Bombeiros dos

Açores, que está sempre para breve na voz do Sr. Secretário da Saúde, em resposta ao requerimento do PAN Açores de setembro passado, mas que é um “breve”, demasiado longo para os bombeiros e para a dignificação do trabalho que continuam a prestar às comunidades. Mas não ficamos apenas por aí. O nosso trabalho tem sido constante, sendo que, ainda no âmbito do orçamento regional para 2023, no mês passado, apresentámos e vimos aprovado a revisão da remuneração base dos bombeiros das Associações Humanitárias dos Açores, evitando-se, assim, que os bombeiros fiquem novamente colados ao ordenado mínimo regional, algo que não se entende, visto que apresenta uma mão de obra altamente especializada, com diversas formações nas mais variadíssimas áreas.

O serviço Regional contempla diversas instituições que prestam apoio concertado e articulado entre organismos e entidades, a fim de potencializar as sinergias entre os agentes de proteção civil, garantindo assim, a eficiência na qualidade da prestação de serviço de proximidade. É fundamental que esta qualidade continue a ser permanente, sendo elementar. Para tal, atualizar com regularidade a organização de respostas às necessidades arquipelágicas. A Lei de Bases da Proteção Civil define as responsabilidades, impõe vários princípios na organização e funcionamento de resposta que se revestem de enorme importância na definição de uma rede organizada e articulada de resposta a uma situação de catástrofe, sendo essencial na definição da estrutura, organização, valências e disponibilidade de ação ao Serviço Regional de Proteção civil e Bombeiros dos Açores.

Assim, o Decreto Legislativo Regional nº 7/99/A, na sua última redação em vigor, estabelece o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e otimiza a racionalização de recursos e atribuições de proteção civil.

Prevê ainda que os órgãos de serviço, dentre os quais se destaca o Conselho Regional de Bombeiros que assiste os bombeiros nos domínios de maior importância para estes.

Quer isso dizer que atualmente a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais que têm assento no Conselho Nacional, está arredada desta composição do Conselho Regional dos Bombeiros. Uma lacuna que urge colmatar em virtude da incontestável importância que esta entidade assume para a atividade cujos contributos estimulam aperfeiçoamento da atividade na Região. Sendo reivindicação dos bombeiros a sua inclusão, não havendo motivos para tal discriminação, deve atender-se às reclamações dos bombeiros e corrigir esta lacuna através da inclusão de um representante regional da ANBP no respetivo conselho, bem como a atualização das competências e do funcionamento, sem prejuízo do já previsto.

É este o objetivo primordial desta iniciativa que, de forma simples, traz justiça e voz aos soldados da paz nos Açores.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão apresentadas ambas as iniciativas e estão abertas as inscrições.

Vamos, então, passar à votação **Projeto de Resolução nº 139/XII** do CHEGA.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 a favor do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado para?

(* **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Sr. Presidente, eu creio que a bancada do PSD não tinha 21 Deputados.

Presidente: Tinha 20.

Secretário: Peço desculpa. Vou repetir o resultado da votação.

Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 20 do PSD e 1 Deputado Independente, 3 a favor do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Vamos agora passar à votação na generalidade do **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 76/XII** do PAN.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 20 do PSD, 3 a favor do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma declaração de voto.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É incrível, não houve sequer debate!

Esta foi a importância dos partidos que votaram contra. Pelo menos o Bloco de Esquerda tentou, mas o Sr. Presidente foi mais rápido que o Sr. Deputado António Lima, mas notou-se à partida – isto até foi colado da taxa turística regional – que temos poderes instalados que fazem alguma fricção daquilo que era da mais inteira justiça, para que tivéssemos alguém no Conselho Regional de Proteção Civil que pudesse tomar decisões para todos os açorianos. Nada melhor do que meter um

representante das vozes dos bombeiros que é quem tem as mãos diretamente no problema.

Lamento imenso que isto tenha acontecido mesmo sem debate.

Acho que os bombeiros mereciam pelo menos um debate relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os nossos bombeiros mereciam mais.

A não aprovação deste diploma, no meu entender, consiste num desrespeito grave por aqueles que são os primeiros operacionais em caso de catástrofe, mas também no apoio aos doentes, no transporte de doentes urgentes e não urgentes.

O destrato que demos aqui àqueles que são a linha base, a base da pirâmide da estrutura dos bombeiros, é algo de muito grave. O que vimos aqui foi os dois partidos do arco da governação acederem às influências dos *senhores condecorados* das corporações de bombeiros, em vez de atenderem ao princípio de valorizar quem está na linha da frente em matéria do serviço que os bombeiros prestam.

Hoje, com esta votação, sinto pena que tão ilustres representantes do povo, em terminadas alturas, atuem desta forma.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu vou fazer realmente uma declaração de voto e não uma declaração de populismo.

Não houve debate, é certo, tentámo-nos inscrever, não foi só o Sr. Deputado a António Lima, eu também tentei, estávamos aqui à espera uns dos outros e, entretanto, o Sr. Presidente passou à fase seguinte sem nos dar a palavra.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E o Sr. Presidente fez muito bem!

Deputado Nuno Barata (PS): O Sr. Presidente já tinha avisado duas ou três vezes!

O Orador: Portanto, não foi por qualquer desmerecimento para com os bombeiros, ou para quem quer que seja, ainda mais da minha parte, seria mesmo uma negligência absurda até. Mas importa aqui explicar o que interessa e porque é que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra esta iniciativa do PAN.

Nós votámos contra, porque as Comissões produzem trabalho e houve um trabalho feito nas Comissões. E os partidos políticos, das duas uma, ou chamaram pessoas a Comissão, mas não interessava, foi só para passar tempo ou então não valia a pena ter chamado as pessoas à Comissão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O trabalho produzido na Comissão, demonstrou que o Conselho Regional de Bombeiros não é a concertação social dos bombeiros. É o Conselho Regional de Bombeiros.

É preciso que se perceba isto e eu percebo isso melhor do que ninguém, porque não sei se o Sr. Deputado já presidiu a alguma associação, mas eu presidi a uma associação nos Açores durante muitos anos, uma associação que também dependia da República e que também tinha

a representação nacional e eu era uma extensão na Região. Portanto, sei muito bem daquilo que estou a falar e sei definir o que é concertação social e o que é aconselhar quem tem a função de decidir, de planear, de deliberar, de justificar.

Deputado Pedro Neves (PAN): Diga isso na República!

O Orador: Se as pessoas ouvidas em Comissão, numa forma avassaladora... e não nos podemos esquecer que as pessoas que estão representadas no Conselho Regional de Bombeiros não são escolhidas nem são condecoradas. São pessoas da sociedade que se candidatam à presidência das associações humanitárias de bombeiros e que fazem parte deste Concelho.

Portanto, a condecoração que têm é ser tão voluntários como os voluntários que lá estão.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Por isso é que o Grupo Parlamentar do PSD votou contra este Projeto. Nada contra a associação. Acho que a Associação Nacional de Bombeiros tem que fazer um caminho. Se pretende fazer parte do Conselho Regional de Bombeiros, começou pelo lado errado, ou seja, no lugar de sensibilizar o Conselho e de mostrar que devia fazer parte, bem, o que se viu na Comissão foi uma coisa quase estigmatizante relativamente à associação.

Portanto, nós só podíamos votar contra, sob pena de estarmos a provocar algum desequilíbrio num órgão consultivo, num órgão de auscultação da proteção civil que se quer que tenha tranquilidade para poder aconselhar o Sr. Presidente da Proteção Civil, ainda mais na nossa Região, sujeita a tanto pela nossa localização.

Sr. Deputado Pedro Neves, eu, ao contrário de si, se calhar estive no terreno e participei. Eu também sou um agente de proteção civil enquanto polícia.

Deputado Pedro Neves (PAN): Por isso mesmo!

Presidente: Sr. Deputado, isto é uma declaração, não se pode dirigir a outra bancada.

O Orador: Sim, não vou entrar em diálogo, Sr. Presidente.

Portanto, foi por esta razão e para mostrar que estamos do lado da proteção civil e daqueles que representam os bombeiros, porque a Federação também representa os bombeiros, os presidentes das associações também representam os bombeiros e a Associação Nacional de bombeiros também representa bombeiros. Neste conflito de pessoas que representam os bombeiros, prevaleceu em democracia a maioria.

Portanto, o que aconteceu em Comissão foi nós optarmos por aqueles que, esmagadoramente, emitiram parecer desfavorável. Vir aqui dizer “nós vamos pôr a Associação Nacional de Bombeiros no Conselho Nacional de bombeiros” era impor. E não contem com o Grupo Parlamentar do PSD para impor. Nós quando vamos para a Comissão e auscultamos, é para decidir normalmente de acordo com aquela que é a maioria das auscultações e dos pareceres que são ditos em Comissão. Portanto, foi isso que nós fizemos e é assim que entendemos.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O CDS votou favoravelmente estes diplomas, por um lado, porque sobretudo a proposta do PAN - que era a criação de um DLR - acabava por retirar aquilo que é a nomeação do Conselho de Bombeiros...

Deputado Francisco Coelho (PS): Rigidez!

O Orador: É uma rigidez boa num aspeto, neste caso, respondendo aqui a um aparte, porque efetivamente o Conselho Regional de Bombeiros é definido por decreto regulamentar regional. Ora, o decreto regulamentar regional permite que a Assembleia possa retirar membros, ou seja, revogando alíneas, mas não permite que possamos integrar outros membros e, dessa forma, a proposta que o PAN trouxe, também a do CHEGA recomendava ao Governo que mexesse no DRR, mas a do PAN traz essa centralidade ao Parlamento, para sermos nós a decidir quem é que deve ou não deve fazer parte desse regulamento. O que é muito diferente de dar *vouchers*.

De qualquer das formas, o que está em causa, para o CDS, viabilizando esta proposta do PAN, prendia-se também com um aspeto que nos parece fundamental e que tem a ver com os elos da proteção civil no terreno serem os municípios. E sendo os municípios, também nos parece pertinente que este Conselho Regional de Bombeiros tivesse a representação da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. Porque, uma vez que são o elo que no terreno representa a proteção civil, para nós faz todo o sentido que pudesse fazer parte desse órgão.

Do ponto de vista da constituição desse órgão, salvo melhor opinião, parece-nos que se poderiam afinar eventualmente algumas presenças, porque se temos a Federação de Bombeiros que representa todas as

associações humanitárias de bombeiros, parece-nos pelo menos questionável ou de debate que esteja representada a Federação e todas as associações humanitárias de bombeiros.

De todo o modo, não iríamos propor essa alteração, pelo que deixo apenas esta referência também para o debate futuro e posterior que não é agora neste momento.

Por isso é que este foi o posicionamento do CDS. Prendia-se exatamente com o facto de considerarmos que e isso não estava vertido em nenhuma das propostas e nós estávamos a trabalhar numa proposta de alteração para que pudesse ser integrada, pelo menos, a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, uma vez que – e volto a reforçar - são o elo da proteção civil em cada uma das ilhas, sendo que para nós faz todo o sentido que pudesse ter assento também no Conselho Regional de Proteção Civil e Bombeiros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho lamentável que não se consiga integrar um representante dos bombeiros profissionais.

Eu penso que nem vale a pena estarmos a falar aqui da importância que têm os bombeiros voluntários e não vou voltar a repetir o que já disse algumas vezes.

No meu entender, os bombeiros deviam fazer parte do estado, deviam fazer parte daquilo que é proteção civil, a sério.

Eu também não compreendo o que é que se quer dizer com *estabilidade*. Normalmente, eu defendo a pluralidade e acho que ela dá estabilidade. A estabilidade, dita assim, quando se quer excluir um representante ou alguém que tenha voz, só conheço mesmo nas ditaduras. Num regime democrático, não consigo compreender porquê a exclusão, não consigo compreender. Mas isso se calhar não é um problema de CHEGA, não é um problema do José Pacheco, se calhar até nem é um problema deste Parlamento. É um problema dos bombeiros e eu acho e recomendo vivamente a todos os bombeiros que tratem deste problema e que o resolvam, porque se há algo (que nós não sabemos) a acontecer aqui, talvez seja melhor os bombeiros começarem a tratar disto, ou seja, começarem a pôr na rua as suas ambições. E não vamos falar de sangue azul, nem vamos falar

de outras coisas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou a favor de ambas as propostas em debate, quer do CHEGA quer do PAN que, com formas diferentes, efetivamente criam o mesmo, sendo que a proposta do PAN tem, obviamente, uma consequência mais eficaz, mais rápida e mais imediata, e de certa forma também mais adequada, pela forma como foi apresentada através do Projeto de DLR.

Para nós a questão não gera grandes dificuldades, aliás, a declaração de voto, de certa forma, também serve para justificar bastante bem a nossa

posição, porque pensamos que não há grande debate sobre esta matéria. É uma reivindicação da Associação Nacional de Bombeiros que é justa, cuja integração no órgão semelhante acontece a nível nacional, ela não retira nem representatividade nem direito de representação a nenhuma outra entidade e, efetivamente, traz, ou poderia trazer, ao Conselho Regional de Bombeiros um contributo dos bombeiros profissionais, que têm também uma visão sobre o que é o Serviço Regional de Proteção Civil, sobre aquilo que se passa na realidade a cada momento, as mais valias que existem, mas também as dificuldades com que se deparam no terreno. E esse contributo, para nós não faz sentido que não seja integrado no Conselho Regional de Bombeiros.

Naturalmente, lamentamos que a maioria não tenha tido a mesma opinião e esperamos que, apesar de tudo, ao contrário do que aconteceu com a taxa turística, num futuro próximo - não já amanhã - se possa reavaliar esta reivindicação, porque ela é efetivamente justa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra as propostas aqui apresentadas, porque nos parece que esta matéria não está, nem de perto nem de longe, consolidada.

Deputado José Pacheco (CH): Está como os *links!*

O Orador: Este assunto foi apresentado na Comissão de Política Geral, no caso do CHEGA com um pedido de urgência. O PAN também

apresentou o seu Projeto de Decreto Legislativo Regional. E a intenção dos seus proponentes era que esta matéria, mesmo sendo discutida no final de novembro, pudesse ser agendada já no plenário de dezembro. E foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através de mim, que propôs como diligência, tendo em conta que havia esta urgência do CHEGA e, portanto, isso inviabilizaria audições, o pedido de pareceres escritos, quer da Federação de Bombeiros dos Açores, quer das restantes Associações de Bombeiros quer, também, da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais. E a verdade é que nós fomos confrontados nesses pareceres com uma discordância total da parte da Federação e das Associações que enviaram os seus contributos relativamente à integração desta Associação Nacional de Bombeiros no Conselho Regional de Bombeiros, invocando todas as partes, argumentos que são todos eles legítimos e muitos deles pertinentes. E a verdade é que esta matéria não está consolidada, porque eu julgo que carece de um debate mais alargado entre todos os envolvidos, se houver o entendimento de que a composição do Conselho Regional de Bombeiros deve ser alterada.

Há pouco, o Sr. Deputado Rui Martins - e eu peço desculpa por estar-me a dirigir a ele numa declaração de voto, mas é no bom sentido - deu um contributo que me parece importante, sobre a pertinência de integrar neste Concelho a Associação de Municípios da RAA, porque não a ANAFRE? No caso, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais? Mas existe também uma Associação Nacional de Bombeiros Voluntários que não é considerada. Nós temos bombeiros nos Açores que são filiados na CGTP e outros na UGT. O Conselho Regional de Bombeiros também trata matérias no âmbito da carreira destes bombeiros. Não fará sentido que também a CGTP e a UGT, nestas matérias, estejam presentes no

Conselho Regional de Bombeiros, a partir do momento em que se define que a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais deva estar representada.

Portanto, eu julgo que esta matéria não está consolidada.

O Grupo Parlamentar do PS está disponível, naturalmente, para no âmbito dos trabalhos da Comissão de Política Geral, promover e participar num debate mais alargado sobre esta matéria. Dependerá também daquela que é a visão que o Governo tem, e que todos temos, sobre aquilo que deve ser este Conselho Consultivo do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Não está em causa, naturalmente, nenhum desrespeito àquele que é o trabalho e às exposições desta associação Nacional. Mas a partir do momento que é proposta esta inclusão, julgamos que há aqui um conjunto de outras matérias que devem ser tidas em conta, quer do ponto de vista operacional, como é o caso, por exemplo, da AMRAA, quer também do ponto de vista da circunstância laboral dos bombeiros na nossa Região e que, desse ponto de vista, deveria merecer também o envolvimento de outras estruturas que trabalham também estas matérias e que acompanham as matérias do ponto de vista laboral.

Portanto, tendo em conta aquilo com que fomos confrontados nos pareceres que recebemos e também porque me parece que estando em causa uma matéria tão séria e tão importante como é um Conselho Consultivo do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e a instabilidade que esta medida tão rápida e tão célere no Parlamento sem um amplo debate poderia gerar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que esta matéria não está ainda devidamente consolidada e deve merecer, da nossa parte, uma ampla reflexão e um debate importante sobre aquilo que deve ser este Conselho Consultivo e o

papel que pode vir a ter no futuro, sendo ou não alargado. Daí que neste momento, entendamos que não é pertinente aprovar estas propostas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, é para que fique registado na Mesa que a iniciativa do PAN era a integração, neste caso um assento do Conselho Regional da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e não do Sindicato de Bombeiros, como o Sr. Deputado Berto Messias disse. É preciso fazer essa correção, porque é extremamente importante e acho que a Federação de Bombeiros fez também essa confusão.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias para a interpelação...?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Oh Sr. Presidente, eu... enfim, não disse isso. Portanto, peço que seja feito o extrato da minha intervenção no Diário das Sessões e que seja entregue ao Sr. Deputado Pedro Neves, ou que, seguindo a doutrina da Sra. Secretária, ouça a minha gravação daquilo que eu acabei de afirmar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente estes dois Projetos de Resolução, quer do CHEGA quer do PAN.

Como disse o Sr. Deputado Pedro Neves, nós estávamos também a trabalhar num projeto de decreto regional amplamente, como – penso – todos os outros grupos e representações parlamentares estiveram a trabalhar ainda antes destes diplomas chegarem à Comissão de Política Geral, precisamente em conjunto com os representantes nos Açores da Associação dos Bombeiros Profissionais. Mas, caídos na Comissão estes Projetos, e olhando os pareceres unânimes e coincidentes das associações de bombeiros... tocam sirenes!

E foram precisamente essas sirenes que nos fizeram votar favoravelmente estes Projetos. É que quando há muito unanimismo à volta de uma coisa, há podridão, cheira a podridão.

Desde o argumento de que era uma associação nacional a ser integrada num órgão regional. Como se a ANIL - Associação Nacional da Indústria de Laticínios - não fizesse parte do Conselho da Agricultura. Até à incapacidade desta gente se representar. Também que não há bombeiros profissionais nos Açores. Tudo isso, todos os argumentos que nos foram aduzidos mais aqueles que estão nos pareceres escritos, vieram confirmar a necessidade da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais estar representada neste Conselho. Porque só com a representação destes, em conselhos dessa natureza, se poderá avaliar, de facto, a necessidade que temos de alterar todo o paradigma -a partir de agora vou utilizar muito esta expressão...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): E bem!

O Orador: ... que é para não ser só uma expressão, eu preciso ver em atos, de facto, a alteração do paradigma.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Já está a ver.

O Orador: Não estou.

E é por isso que nós entendamos que todo esse unanimismo e toda essa coincidência nas posições reflete, precisamente, a necessidade de alterar o paradigma e de introduzir novidade neste processo, que tem muitos anos. Quando foi instalado nos Açores o Serviço Regional de Bombeiros e Proteção Civil, por via daquilo que todos nós sabemos que foi a ocorrência de 1 de janeiro de 1980, foi preciso criar associações, foi preciso criar esforços e todos nós reconhecidíssimos às pessoas, aos cidadãos, às doações que foram feitas em todas as ilhas, em todos os concelhos onde não havia bombeiros para se instalarem essas instituições. Hoje, a realidade não é mesma. Hoje, passados estes anos todos, é preciso repensar tudo isso, é preciso encarar este processo e desmontar todo o problema que está neste processo para o melhorar, para o tornar mais eficiente e para o tornar mais eficaz.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, vamos prosseguir a nossa agenda.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Lembro às Sras. e Srs. Deputados que às 8 horas iniciaremos o nosso concerto no átrio da Assembleia.

Os trabalhos terminaram às 19h30.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Sandra Micaela Costa **Dias Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Deputados que faltaram à Sessão:

Ana Luísa Pereira **Luís**

() Texto não revisto pelo orador.*

A redatora: Ana Paula Lemos